

cadernos do

terceiro mundo

ANGOLA EXCLUSIVO
Entrevista com Paulo Jorge

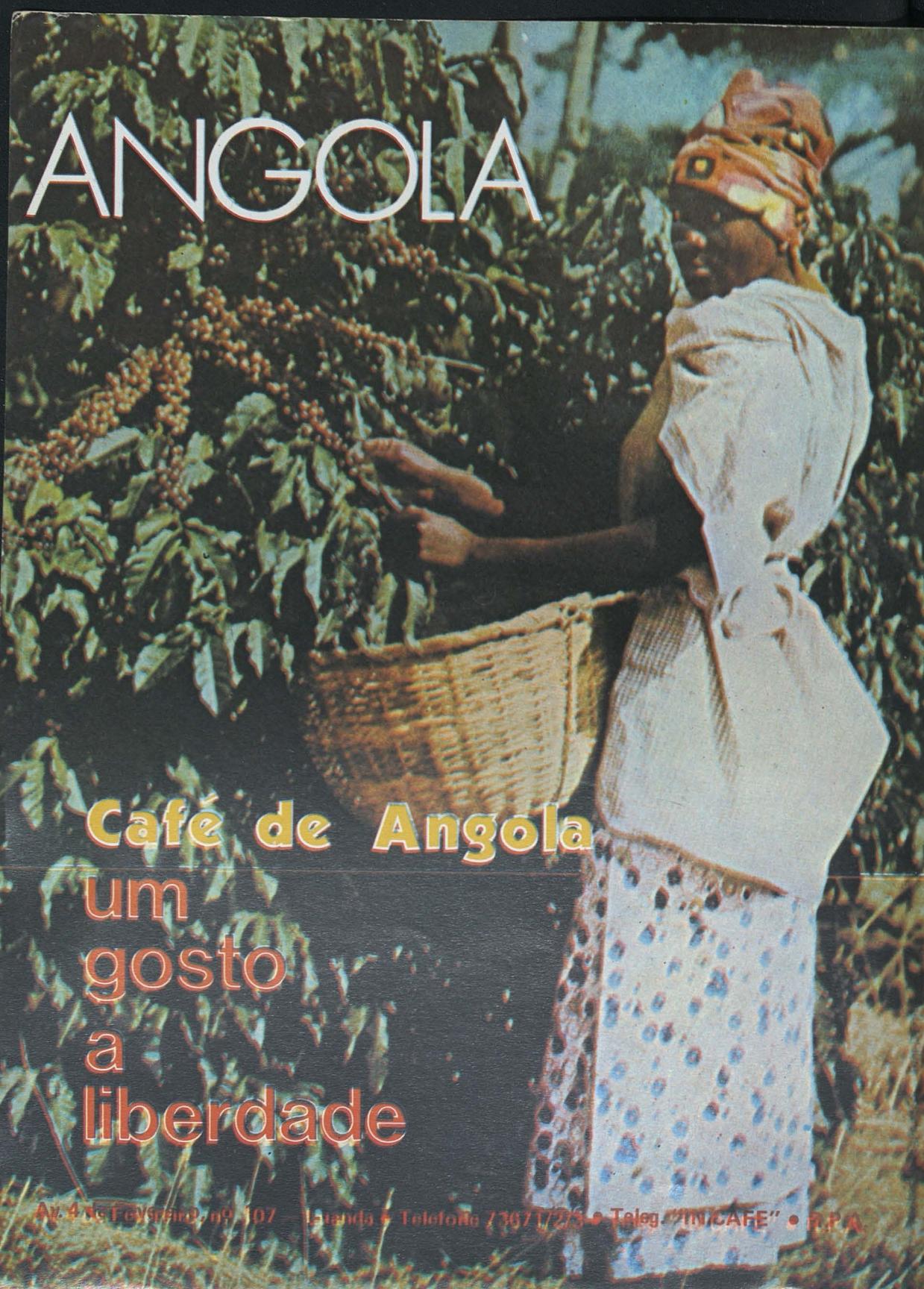
Março - 1982 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano IV - nº 43

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira, Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 170,00



**A BATALHA
DA INFORMAÇÃO**

ANGOLA



Café de Angola
um gosto a liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 71671725 • Teleg. "IM/CAFE" • P.P.A.

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

A nova informação

Quando "cadernos do terceiro mundo" foi fundada, em 1974, ainda não havia surgido o termo Nova Ordem Informativa, mas os Não-Alinhados já haviam expressado em Argel que as estruturas da comunicação internacional constituíam uma herança nefasta do passado colonial e contribuíam para a manutenção dos laços de dominação ideológica sobre o Terceiro Mundo.

Nossa revista surgiu precisamente como um esforço concreto, que contribuiu na criação de uma informação alternativa, reivindicação dos países em desenvolvimento, que hoje é reconhecida como válida e legítima pelas Nações Unidas e pela maioria dos governos do mundo. Não obstante, a batalha da informação continua. A reunião de Acapulco marcou o fim de muitas ilusões — o Terceiro Mundo sabe que já não pode esperar apoio dos Estados Unidos para o desenvolvimento independente de suas comunicações — e coloca o desafio de procurar novos caminhos que permitam ouvir a voz dos oprimidos.

Este é o tema central desta edição de "cadernos do terceiro mundo" e essa é também a razão de ser de nossa revista que, de 1974 até hoje, já publicou dois milhões e meio de exemplares em três idiomas (português, espanhol e inglês). Duas importantes entrevistas neste número confirmarão ao leitor que informamos sobre temas transcendentais, que a chamada grande imprensa ignora. O chanceler angolano Paulo Jorge e o dirigente opositor zairense Karl I Bond falarão com exclusividade para "cadernos" sobre problemas candentes do continente africano.

CARTAS LETTERS CARTAS

Polônia x Brasil

(...) Falou-se e escreveu-se tanto sobre o racionamento de carne na Polônia, mas não fizeram as contas. Esse racionamento prevê um consumo de 36 quilos de carne por ano para cada polonês, distribuídos equitativamente, enquanto que no Brasil, segundo dados de fevereiro, e segundo a desnivelada distribuição de renda, a média é de menos de 14 quilos per capita, isto é, tem brasileiro que não vê carne durante todo o ano. Rodolfo G. Malheiros, Rio de Janeiro, Brasil.

Clube de Amigos

(...) cadernos do terceiro mundo, para mim, é uma das melhores publicações que já tive em mãos. A revista nos dá uma visão ampla e geral das relações Norte-Sul e do processo de desenvolvimento dos países pobres explorados pelos ricos e poderosos. Como uma família que somos, leitores e admiradores, venho propor a criação de um Clube de Amigos, no qual poderíamos trocar idéias e comentar sobre assuntos tratados na revista. Antônio J. de Jesus, Salvador, Brasil.

Namíbia

A Namíbia já seria independente, Angola não seria constantemente agredida e a mancha vergonhosa do *apartheid* teria há muito desaparecido do continente africano se não fossem os egoístas interesses dos países ocidentais. Estes constituem o trunfo máximo do regime de Pretória para manter a opressão do povo sul-africano e namíbio e para prolongar o cortejo de morte e destruição na África Austral. Luis S. Fidalgo, Lisboa, Portugal.

Rompimento com a reação

CTM surge, creio eu, como um importantíssimo veículo que, rompendo com os interesses da reação, permite que conheçamos o mundo que nos gira em volta, não num sentido meramente empírico, mas bastante profundo, principalmente em relação aos países do Terceiro Mundo que, para a maioria das pessoas, não existem. Daniel J. F. Rocha, Belém, Brasil.

Amazônia saqueada

Excelente (e triste) a reportagem sobre a violação e devastação da Amazônia, a maior e mais completa que tive oportunidade de conhecer. Ali está flagrante toda a dimensão do crime perpetrado contra o povo brasileiro, a segurança nacional e a ecologia mundial; tudo isso feito com a aprovação e o beneplácito dos governantes do país, verdadeiros entregistas da nação aos piratas internacionais. Luiz Fontes, Salvador, Brasil.

Nordeste

Se um dos objetivos da política econômica do governo é "corrigir os desniveis inter-regionais e a má distribuição de renda", por que o governo não faz algo para a solução definitiva dos problemas do Nordeste, ao invés de soluções paliativas? Como sabemos, a diferença entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil é de um grande desnível. (...) O sistema prefere investir em obras obscuras como é o caso das usinas nucleares, e depois escolhe o Nordeste como depósito de lixo atômico. José Filgueira Neto, Natal, Brasil.

Armamentismo

Mesmo filtradas, chegam-nos notícias do grande volume de vendas de armas pelo governo brasileiro a vários países do Terceiro Mundo e mesmo de aviões com finalidades bélicas. Com o potencial e riquezas que possui, o Brasil deveria estar a exportar alimentos, que tanto o mundo tem necessidade. Rui S. Freitas, Portot, Portugal.

Zimbabue

(...) Mesmo uma revista especializada como os cadernos tem dedicado ultimamente pouco espaço na divulgação daquilo que se passa no recém-libertado país, fato que não acontecia durante a guerra de libertação. Por que não fazer uma longa e profunda reportagem sobre esse país? Henrique J. Paiva, Luanda, R. P. de Angola.

Intercâmbio

Elian G. de Oliveira

Rua Cônego Santana, 1.028
Cachoeirinha — 30.000 Belo Horizonte — MG — Brasil

Milton de França

Rua 7, nº 20 — Redenção — 65.000 — São Luis — MA — Brasil

Tito Mandavela Francisco

Rua de Kativela — CP 3245 — Luanda — R. P. de Angola

Carlos Tavares

Caixa postal 18212
01000 — São Paulo — SP — Brasil

Adivair A. Francisco

Rua Serrana, 657 — V. Queiroz
13.480 — Limeira — SP — Brasil.

Nesta edição



Matéria de capa: A batalha da informação

- 6 Editorial: A luta pela Nova Ordem Informativa Internacional
10 Acapulco: A grande desilusão, *Agustín Castaño*
14 Pana: Um sonho de vinte anos
16 A raposa e as galinhas, *Roberto Remo*
30 IPS: a objetividade alternativa
33 Peru: liberdade de imprensa, para quem? *Abraham Lama*
35 Asin: quando o Estado informa, *José M. Pasquini*

América Latina

- 37 El Salvador: O pluralismo das direitas, *Carlos Javier Guerrero*
42 Equador: A geopolítica de uma crise, *José Steinsleger*
46 Bolívia: A rebelião operária, *Luis Rodrigues dos Santos*
48 Costa Rica: Monge propõe a volta ao campo, *Andrés Martínez*

Africa

- 51 Angola: Paulo Jorge: "A independência da Namíbia
será um ato de justiça", *Altair L. Campos*
57 Zaire: A "cleptocracia" de Mobutu em crise, *Carlos Castilho*
64 Karl I Bond, malabarista político, *Antonio Tavares Telles*

Opinião

- 66 A militância polonesa do Papa, *Neiva Moreira*

Mundo Árabe

- 68 Egito: Até onde Mubarak poderá ir?, *Mohamed Salem*
71 Bahrein: Umá luta em duas frentes, *Beatriz Bissio*

Ásia

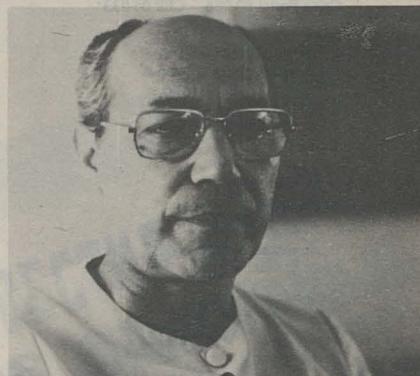
- 77 Índia: Os comunistas perdem Kerala, *Narinder Koshla*

Cultura

- 81 A "Nova Canção" latino-americana, *Fernando Reyes Matta*
88 Notas

Mulher

- 89 A presença feminina em Granada, *Merle Hodge*
91 Panorama Tricontinental



Paulo Jorge



João Paulo II,
militante polonês?

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquinio de Bragança
Wilfred Burchett

● *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetti (editor)
Samara e Amaury dos Anjos

Tradução
Vanize Campos

Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorido Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Circulação em 70 países.

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.29!
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alineados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos desta edição:

Afrique Photo, p. 11; Contextos, pp. 18 e 30; Nueva Política, pp. 21, 22 e 32; F. Nakamura, p. 36; Beatriz Bissio, pp. 33 e 48; Hilda Renk Teixeira, pp. 37, 39 e 41; Salpress, p. 41/2; Cesar A. Moreno, p. 42; Nueva, pp. 43 e 44; Altair L. Campos, p. 51; D. O. R. (Luanda), p. 53; Camera Press, p. 59; Cadernos do Terceiro Mundo, pp. 65, 83 e 85; David Rubinger, p. 69; Chico Nelson e Juca Martins, p. 86; Soberanía, p. 88; Free West Indian, p. 91; Steiner Keystone, p. 94; Dubois, p. 95; e do nosso arquivo. Capa: Willy.

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

● *Edições em espanhol*

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gérónimo Cardoso

editora periodistas do terceiro mundo a. c.
calle Califórnia, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCOP: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone: 724-712

● *Edições em inglês*

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESAS NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Revista Mensal
nº 43

março — 1982

Preço de capa: Cr\$ 150,00

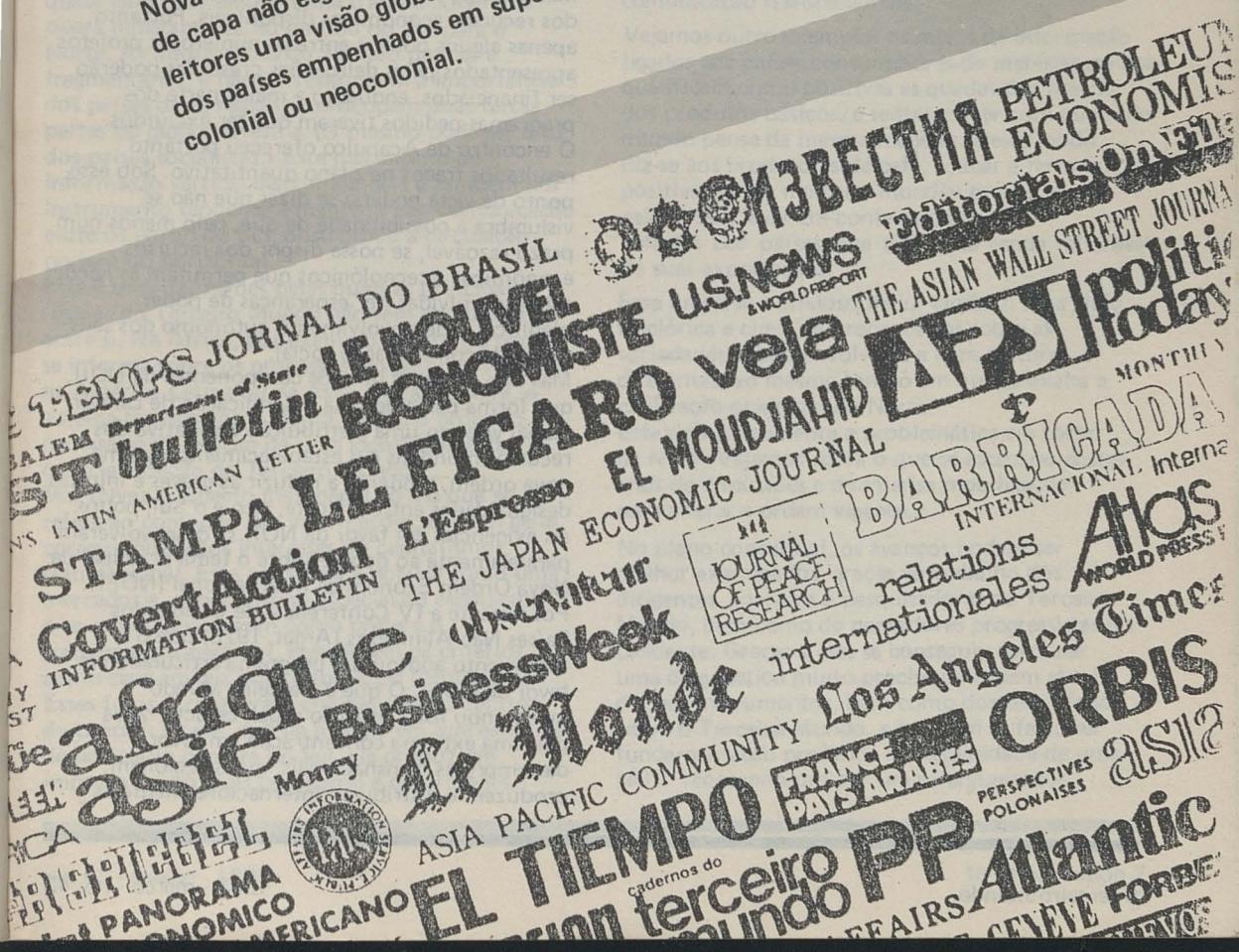
Números atrasados: Cr\$ 150,00

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda, BE-LIZE: Cathedral Book Center, Belize City, BOLIVIA: Tecnoibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz, BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro, CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto, COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá, COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José, CHILE: Distribuidor Sur, Dardignac 306 — Santiago, EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdoba, 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258, EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arco 708, San Salvador, ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papirus Bookellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA, FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris, GRÂ BRETA-NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London, GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro-Disco, Conselho Nacional da Cultura, HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam, HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa, ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paolo, 4-A, Roma — Spagna, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma, MÉXICO: Unión de Expedidores y Vocaadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal 100 livrarias em todo o país, MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo, NICARÁGUÁ: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, NICARÁGUÁ, PANAMA: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá, PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1, PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim Antônio de Aguiar 66, Lisboa, PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 667 inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929, REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo, REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg, S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular, SUÉCIA: Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm, VENEZUELA: Publicações Espaço, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

A batalha da informação

A realização da conferência de Acapulco motivou uma cobertura mais completa de um tema crucial de nossa época, como a luta do Terceiro Mundo para democratizar a informação, ou, em termos técnicos, por uma Nova Ordem Informativa Internacional. Nossa matéria de capa não esgota o assunto, mas tem o mérito de levar a nossos leitores uma visão global de uma importante frente de luta dos países empenhados em superar a herança colonial ou neocolonial.



editorial editorial editorial editorial editorial editorial

A luta pela Nova Ordem Informativa

A recente reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional de Desenvolvimento das Comunicações (ver página 10) serviu para atualizar a problemática relativa à Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Este é um dos assuntos centrais do diálogo Norte/Sul e uma das reivindicações fundamentais do Movimento dos Países Não-Alinhados.

O Conselho, reunido em Acapulco, havia recebido a missão de concretizar projetos que os países do Terceiro Mundo consideraram de realização indispensável e urgente no campo informativo. Mas durante as discussões ficou evidente a escassez dos recursos econômicos disponíveis. Portanto, apenas alguns poucos entre os numerosos projetos apresentados pelas delegações presentes poderão ser financiados, enquanto a maior parte dos programas pedidos tiveram que ser excluídos. O encontro de Acapulco ofereceu portanto resultados fracos no plano quantitativo. Sob esse ponto de vista poderia se dizer que não se vislumbra a possibilidade de que, pelo menos num prazo razoável, se possa dispor dos recursos econômicos e tecnológicos que permitam às nações subdesenvolvidas ter esperanças de poder planificar o desenvolvimento autônomo dos seus meios de comunicação social.

Mas este é apenas um dos componentes da NOII, que forma parte de uma reivindicação de caráter global visando uma distribuição equitativa dos recursos mundiais e o estabelecimento de uma nova ordem, tendente a reduzir as graves e injustas desigualdades entre o Norte, rico e o Sul, pobre. As exigências em favor da NOII se desenvolveram paralelamente ao debate sobre o tema principal da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Foi durante a IV Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados (Argel, 1973) que o movimento adotou um programa articulado em favor da NOEI. O que o Terceiro Mundo questionou foi a situação atual, caracterizada por uma extrema concentração em favor das empresas transnacionais, que selecionam, produzem e distribuem internacionalmente as

informações. Assim, as quatro maiores agências de notícias (duas norte-americanas, uma inglesa e outra francesa) são responsáveis por mais de 80% das notícias que diariamente circulam no mundo. O sistema transnacional configurou um virtual monopólio no campo informativo. Uma das consequências é a disparidade informativa entre o Norte e o Sul. As notícias oriundas do Ocidente capitalista invadem os meios de comunicação do Sul, multiplicando artificialmente a sensação de importância e influência do Norte. Por outro lado, as informações, aspirações, realidades e problemas dos países subdesenvolvidos são quase ignoradas pelo sistema transnacional que opera injustamente no sentido do Sul para o Norte. As informações do Sul são poucas e fragmentárias, e não correspondem à importância dos países desta região, que ocupam duas terças partes do globo terrestre. (O mesmo pode ser dito dos países socialistas.) Este mecanismo de informação vertical discriminatória é também um instrumento tendente a manter a não-comunicação entre os países do Sul, obstruindo a circulação no sentido horizontal.

Esta é uma das razões pelas quais as principais regiões do Terceiro Mundo não têm comunicação entre si. Na África, por exemplo, pouco ou nada se informa sobre os processos em desenvolvimento na América Latina ou na Ásia. Desta maneira, o sistema transnacional atenta contra o processo necessário de criação de uma identidade e da conscientização do Terceiro Mundo.

Mas talvez o aspecto mais negativo é o que se refere ao conteúdo das informações, que em geral correspondem aos interesses do capitalismo transnacional. Este considera a notícia como uma mercadoria, dando ênfase especial ao espetacular e ao sensacional, assim como prefere o tratamento superficial. Prevalecem os critérios comerciais em vez dos culturais ou formativos. Esses fatos já receberam críticas severas dentro do próprio Norte, mas na medida em que esse tipo de noticiário penetra no Sul, ele produz um impacto muito mais pernicioso e deformante.

Como é óbvio, os valores contidos nessas informações correspondem às sociedades capitalistas ricas e não podem senão se chocar com os legítimos interesses dos países subdesenvolvidos e dependentes. Para tomar exemplos mais nítidos, as notícias e imagens exportam um consumismo que a grosso modo, corresponde ao das classes médias das nações ricas, fomentando portanto uma tendência comprista em amplas camadas sociais, que as economias dos países pobres estão longe de poder satisfazer. Enquanto isso, os interesses econômicos do Terceiro Mundo são subvertidos incessantemente pelos meios de comunicação transnacionais.

Vejamos outro exemplo: os meios de informação ligados aos países consumidores de matérias-primas qualificam como positivas as quedas dos preços dos produtos básicos, e tentam fazer com que todo mundo pense da mesma maneira. Desse modo, diz-se aos produtores de café, açúcar e ferro que é positivo para o mercado mundial que os preços caiam, sem levar em conta as perdas sofridas por países que têm uma renda miserável de suas exportações.

Esse universo noticioso inclui também uma visão folclórica e cheia de preconceitos sobre as sociedades subdesenvolvidas e com culturas diferentes, ao mesmo tempo em que se exalta a civilização ocidental do Norte.

Esta é sinteticamente a problemática em torno da NOII. Vejamos agora o que se alcançou nestes anos de discussões e de intensa mobilização para alterar a ordem vigente.

No plano conceitual, os avanços podem ser melhor examinados, graças ao trabalho dos dirigentes, analistas e pesquisadores do Terceiro Mundo, bem como de pensadores progressistas do Ocidente. Graças a eles se conseguiu formular uma diagnóstico muito preciso da ordem atual e de seus instrumentos, bem como dos seus efeitos sobre o Terceiro Mundo, e também se fez uma fundamentação profunda da necessidade de uma NOII rebatendo um por um os argumentos

contrários, apresentados pelos defensores do sistema transnacional.

Os países do Terceiro Mundo e do bloco socialista, junto com algumas nações da Europa Ocidental, isolaram a superpotência norte-americana nas Nações Unidas, onde a oposição intransigente de Washington só foi apoiada por uma parcela do Primeiro Mundo. A Unesco, que adotou a temática da NOII, tem sido a caixa de ressonância deste debate e o cenário das violentas acusações do governo norte-americano contra esta agência especializada. Trata-se de uma situação que desespera o establishment do sistema transnacional. Este detém um virtual monopólio no campo informativo e silencia sistematicamente os seus adversários, mas não pode impedir que estes esvaziem a legitimidade das posições defendidas pelos países ricos dentro da comunidade mundial. Praticamente todas as votações realizadas na ONU nos últimos anos, assim como todas as comissões constituídas para analisar assuntos vinculados à informação, sempre deram razão ao Terceiro Mundo. O reverso da medalha se registra no plano prático. Este consiste basicamente em projetos para desenvolver as comunicações no Terceiro Mundo, já que seria utópico aguardar que o sistema transnacional se auto-reforme, transformando-se em democrático, receptivo e horizontal.

Um desenvolvimento amplo, veloz e coerente dentro do Terceiro Mundo requereria um vasto plano multilateral no âmbito das Nações Unidas. Mas a retração dos EUA significou a impossibilidade de ser feito um programa dessa natureza. Os limites dessa via estão assinalados pela experiência concreta do PIDC.

Não há surpresa no fato dos Estados Unidos e setores mais conservadores do Ocidente se oporem à NOII e se neguem a dar recursos para concretizá-la. De um ponto de vista mais realista, deve-se ver como um triunfo o fato de que algumas potências desenvolvidas tenham efetuado contribuições.

Mas de todas as maneiras, nos próximos anos, cabe esperar que a colaboração multilateral satisfaça apenas uma pequena parte das necessidades do Terceiro Mundo em matéria de comunicações.

O resto terá que necessariamente ser resultado do esforço dos países subdesenvolvidos e, em menor medida, da cooperação bilateral de governos ou núcleos progressistas na área desenvolvida. Somente poderão se registrar avanços positivos para uma NOII como resultado de esforços realizados pelos próprios interessados, nas seguintes direções:

— Cooperação e intercâmbio Sul/Sul — os recursos do Terceiro Mundo para trocar informações num sentido horizontal são escassos, mas isto não quer dizer que empregados racionalmente, não possam produzir uma corrente informativa importante, especialmente entre os próprios países do Terceiro Mundo. Isto pode ser planejado a nível regional (ver página 35) com relativa facilidade. Mas também é possível organizar um intercâmbio direto entre a África, Ásia e América Latina. A experiência da IPS e do pool de agências do Terceiro Mundo comprovam esta possibilidade. A cooperação internacional fortaleceria estas experiências, mas só a vontade dos governos do Terceiro Mundo pode dotar suas agências dos instrumentos necessários e abri-las a um intercâmbio noticioso mais intenso. Até agora, salvo poucas exceções, isso não acontece. E a cooperação internacional não pode substituir a ausência de uma vontade política esclarecida e firme.

A coordenação das agências seria a primeira medida para estabelecer uma corrente informativa. Mas a cooperação Sul/Sul pode também se estender a todos os demais níveis de comunicação social, segundo características de cada setor e também materializar a realização de projetos de capacitação profissional, já que dentro do Terceiro Mundo existem centros de relativo desenvolvimento que podem dar assistência aos menos avançados.

editorial editorial editorial editorial editorial editorial

— Âmbitos nacionais — é aqui onde obviamente é possível produzir reformas e mudanças substanciais. Através da coordenação estatal, pode-se articular uma política que garanta por um lado a circulação de um noticiário adequado aos interesses nacionais e que sirva de referência ao desenvolvimento sócio-cultural de cada país. Por outro lado, deveria ser criado um sistema que elimine o conceito de informação como mercadoria e que consagre o critério da notícia como um direito social.

Contrariamente ao que sustentam interesseiramente os adversários da NOII, esse caminho não implica necessariamente a eliminação da empresa privada ou a destruição do pluralismo, nem a instituição do totalitarismo estatal no campo informativo. O que se exige é um poder estatal que coordene ativamente os interesses dos diversos componentes da sociedade e outorgue os instrumentos para levar à prática uma informação com conteúdo social.

O questionamento feito aos meios de informação do Terceiro Mundo não tem nada a ver com o fato de que eles são em sua maioria privados, mas sim com o conteúdo das informações que divulgam. Estas são, com demasiada frequência, um simples reflexo das mensagens e valores do sistema transnacional. Sucede também que muito comumente os núcleos econômicos que controlam a imprensa local estão estreitamente ligados ao sistema transnacional.

O dilema consiste em saber em que medida esses meios de comunicação, mantida a sua composição acionária, poderiam corrigir essa orientação e introduzir valores noticiosos adequados aos interesses nacionais.

Teoricamente poderíamos sugerir o seguinte esquema: ao Estado compete oferecer uma estrutura adequada para fazer circular no país um conjunto de informações nacionais e estrangeiras de acordo com os interesses da nação. Aos meios privados, cooperativos ou estatais, corresponde uma seleção e tratamento independentes, de acordo com o público ao qual se dirigem.

O conflito se apresenta quando uns poucos interesses privados dominam os grandes veículos de informação, exercendo assim um controle sobre importantes segmentos da opinião pública e convertendo-os em meros importadores dos valores do sistema transnacional.

Nos âmbitos nacionais também existem valiosas exceções de mudanças registradas em alguns veículos, mas estas são pouco frequentes. É que no que se refere à NOII existem dois níveis a serem considerados: o da ação internacional, envolvendo a conciliação de interesses muito diferentes e apresentando limitações diferentes das que já analisamos; e o do âmbito nacional, onde somente os governos comprometidos com a vontade política de libertar seus povos (a minoria lúcida do Terceiro Mundo) estão decididos a pôr em prática políticas orientadas para a concretização de uma nova ordem informativa.

E mesmo nesses casos, essas políticas são frequentemente adiadas em razão das prioridades governamentais que deixam para uma etapa posterior as transformações no campo informativo. De todos os modos, nesse plano, os progressos terão lugar na medida em que as relações de força no Terceiro Mundo se modifiquem em favor dos movimentos de libertação.

É nesse nível decisivo que se apresentam intimamente associados os problemas da nova ordem informativa e da nova ordem econômica, com a luta de libertação do Terceiro Mundo. Disso se depreende que no plano multilateral e nas organizações internacionais, é útil e necessário prosseguir nos esforços, porque nesse caminho é possível conseguir avanços e triunfos de importância inquestionável. Mas ao mesmo tempo deve-se ter em conta que apenas uma nova relação de forças poderá conduzir à criação de uma nova ordem informativa em escala global. O caminho da NOII é portanto longo e difícil. Mas essencial, porque passa pela eliminação dos mecanismos de dominação e pela autodeterminação dos povos.

Acapulco: a grande desilusão

Agustín Castaño



10 terceiro mundo

O Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), um ambicioso projeto patrocinado pela Unesco, deu seus primeiros passos, mas estes foram tão curtos que grande parte das expectativas que havia despertado sua criação se transformaram em decepção.

As cifras justificam a desilusão: na segunda reunião do PIDC, realizada no balneário mexicano de Acapulco entre 18 e 25 de janeiro, os países do Terceiro Mundo apresentaram uns 50 projetos cuja realização iria requerer cerca de 90 milhões de dólares. Ao final da reunião, o PIDC se encontrou com recursos muito inferiores aos previstos. Com apenas seis milhões de dólares à disposição do fundo comum do PIDC, só puderam ser aprovadas 14 iniciativas. As demais ficaram arquivadas, à espera de fundos difíceis de obter.

O PIDC foi criado no marco da Unesco, em 1980, em Belgrado, a partir de uma proposta dos Estados Unidos, visando estabelecer um fundo que permitisse ao Terceiro Mundo financiar suas necessidades mais urgentes no campo da comunicação e informação.

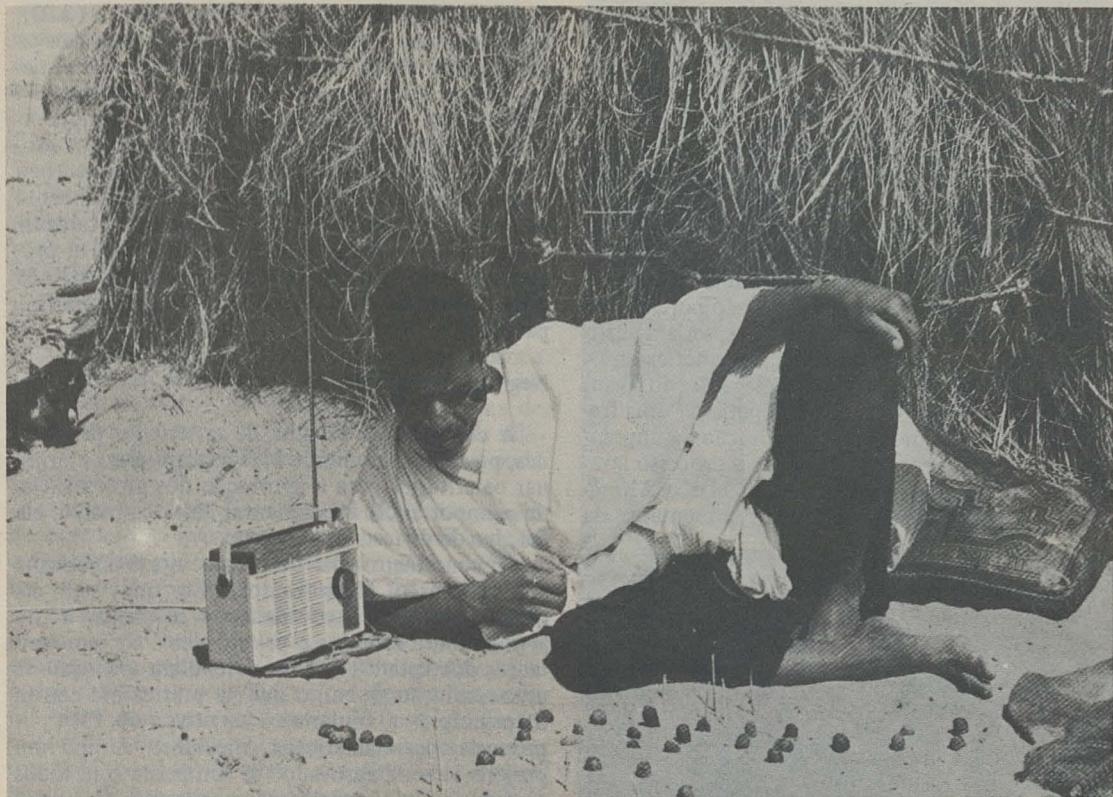
O Conselho Intergovernamental do PIDC — composto por 35 países — se reuniu, excepcionalmente pela segunda vez em um ano, para tratar de questões como a eleição do novo diretor, os critérios de prioridades para aprovação dos projetos e o financiamento para os mesmos.

As três comissões — a de finanças, a de critérios e a de projetos — estabelecidas para discutir estes pontos trabalharam paralelamente, o que suscitou críticas por parte de inúmeras delegações. Segundo o representante da Iugoslávia, Tom Matelanc, "teria que se haver reunido primeiro a de finanças e de critérios e depois então teria sido lógico passar para a de projetos".

Os projetos apresentados refletiam as realidades específicas de cada região. Os países africanos, em geral, elaboraram projetos visando desenvolver suas infra-estruturas de comunicação, incorporando a grande população rural ainda marginalizada. Quanto aos países da Ásia e América Latina, a ênfase foi dada no estabelecimento de redes que interliguem os diferentes sistemas nacionais de comunicação já existentes.

Vagas promessas

Logo na primeira sessão plenária vieram à tona as contradições entre os países do Norte e os do Sul. Ao se levantar a questão das contribuições dos países mais ricos, os representantes dos Estados Unidos, Alemanha Federal e Japão tomaram de imediato uma clara posição em favor da ajuda aos meios de comunicação privados e do incentivo às relações bilaterais. Os Estados Unidos chegaram a afirmar claramente que já levavam adiante um pro-



Os projetos dos países africanos visavam desenvolver suas infra-estruturas de comunicação para incorporar a população rural ainda marginalizada

grama no espírito do PIDC, mas à margem deste. Segundo o chefe da delegação norte-americana, William Harley, "o seu governo está comprometido em uma variedade de esforços destinados a vincular a AID (*Agence for International Development*) e o setor privado numa tentativa internacional voltada para o desenvolvimento das comunicações".

A delegação japonesa reiterou os conceitos expressos pelos Estados Unidos. Anunciou um incremento de 200 milhões de dólares na ajuda a projetos de comunicação através de mecanismos bilaterais... ou seja, à margem da Unesco. Reafirmou também a importância da consulta e participação do setor privado nos programas de desenvolvimento das comunicações. Quanto ao PIDC, deixou apenas uma vaga promessa de estudar alguma forma de participação no programa.

Com pequenas nuances os Estados Unidos, Japão e Alemanha Federal reafirmaram o tempo todo a mesma postura: deixaram bem claro seu pouco interesse em contribuir para programas multilaterais como o PIDC, que não tenham maciço investimento privado. Em outras palavras, isso significou que da ajuda substancial esperada desses países pouco se concretizou.

Contradições acirradas

As reações à postura adotada pelos países que propuseram o programa e mais poderiam contribuir se fizeram sentir durante toda a reunião. O chefe da delegação iraquiana, Anuar Abdullah Dilsos, referindo-se às reticências de alguns países ocidentais em prestar uma colaboração efetiva, enfatizou: "O PIDC está dando seus primeiros passos e necessita de um apoio a nível internacional". Falando em nome do grupo de coordenação da comunicação entre os países Não-Alinhados, Dilsos pediu uma explicação aos "países poderosos" pelo seu silêncio quanto à colocação em marcha do programa.

Já o presidente do "Grupo dos 77", o venezuelano Tarry Murcie, além de reiterar a posição de Dilsos, ressaltou o papel positivo que o PIDC pode jogar no desenvolvimento do diálogo Norte/Sul.

O secretário-geral da Unesco, o senegalês Amadou M'Bow, fez uma crítica mais ampla, estendendo-a a certos órgãos e agências de notícias que acusam o PIDC de obstaculizar a liberdade de imprensa:

"Creio que há muito de ignorância, mas também existe má fé. Se é má fé, é ainda mais grave. Em nome da liberdade, essa imprensa ignora a verdade estabelecendo uma equação que equipara o PIDC ao controle dos meios de comunicação e à demissão de jornalistas. Assim atribuem ao programa um poder que na realidade não tem".

As divergências realmente tomaram um caráter de confrontação ideológica durante a discussão de dois projetos apresentados pelo México em favor do desenvolvimento da imprensa sindical e do treinamento de técnicos em comunicação popular. Os projetos, cada um por 60 mil dólares, seriam destinados a bolsistas de dez países latino-americanos.

Miguel Alva Orlandini, da delegação do Peru, afirmou que ambos os projetos repetiam "uma fraseologia utilizada durante a estatização da imprensa peruana", criticando duramente o processo levado adiante no governo do general Velasco Alvarado. O delegado norte-americano representante da

Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), Clifford Block, assinalou que as críticas do delegado peruano "recordavam os perigos que os projetos podem encerrar pelo seu enfoque ideológico". Por sua vez, o delegado da Argentina, Mario Corciera, defendeu vigorosamente a rejeição dos projetos. A delegação mexicana, no entanto, recebeu amplo respaldo dos restantes países, especialmente da Venezuela, União Soviética, Cuba e Nicarágua, e ressaltou que os projetos só realizariam um programa mínimo, dentro dos propósitos do PIDC de criar formas de comunicação autônomas e participativas.

Negociações difíceis

A comissão de escolha de critérios e prioridades, presidida pelo hindu M. Rasgotra, iria determinar os critérios para a aprovação dos projetos. Dada a importância fundamental desta comissão, ela foi alvo de difíceis negociações.

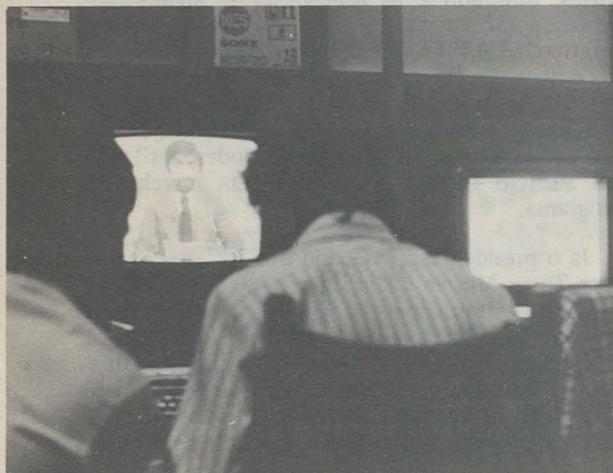
O conselheiro da delegação norte-americana ante a Unesco, Elkin Taylor, disse que "nem sequer entendia a necessidade de se chegar a um acordo sobre critérios e prioridades". Os representantes dos Estados Unidos defendiam a adoção de uma resolução global, o que na prática iria contra os princípios e anularia os objetivos do PIDC. A proposta norte-americana, mediante a qual um projeto só seria aprovado "se cumprisse com todos os critérios", foi considerada por muitos delegados como uma manobra para impor os seus princípios de ajuda através de canais bilaterais e com recursos do investimento privado. O delegado da Guiana, Christopher Nascimento, argumentou que era impossível que um só projeto pudesse englobar todos os critérios em discussão.

A posição da delegação norte-americana se manteve inflexível em diversas questões. Elkin Taylor afirmou que se não se mudasse a redação da ordem de prioridades seu governo não daria o seu consenso, o que obrigou a renegociar este ponto. O trecho que diz que "os projetos deverão aumentar a capacidade de comunicação e a capacidade de receber e transmitir informação, de indivíduos e grupos nas comunidades urbanas e rurais, seu acesso aos meios e a possibilidade de uma ativa participação social", também não foi aceito pelos Estados Unidos, que exigiram que a menção ao acesso aos meios e à participação social fosse excluída, o que efetivamente foi feito.

Por fim, chegou-se a uma fórmula de compromisso, negociada entre a Iugoslávia, Venezuela, Nigéria, Cuba, Alemanha Oriental e Guiana, por um lado, e Estados Unidos e Alemanha Federal, por outro. Ficou decidida a adoção de oito prioridades e seis critérios. As prioridades seriam dadas, em síntese, aos projetos destinados à implantação



Da ajuda substancial esperada pelos países do Terceiro Mundo pouco se concretizou



ou desenvolvimento das estruturas nacionais ou regionais e das capacidades de produção de mensagens, com o objetivo de facilitar "um fluxo livre e um intercâmbio maior e mais amplo dos produtos culturais".

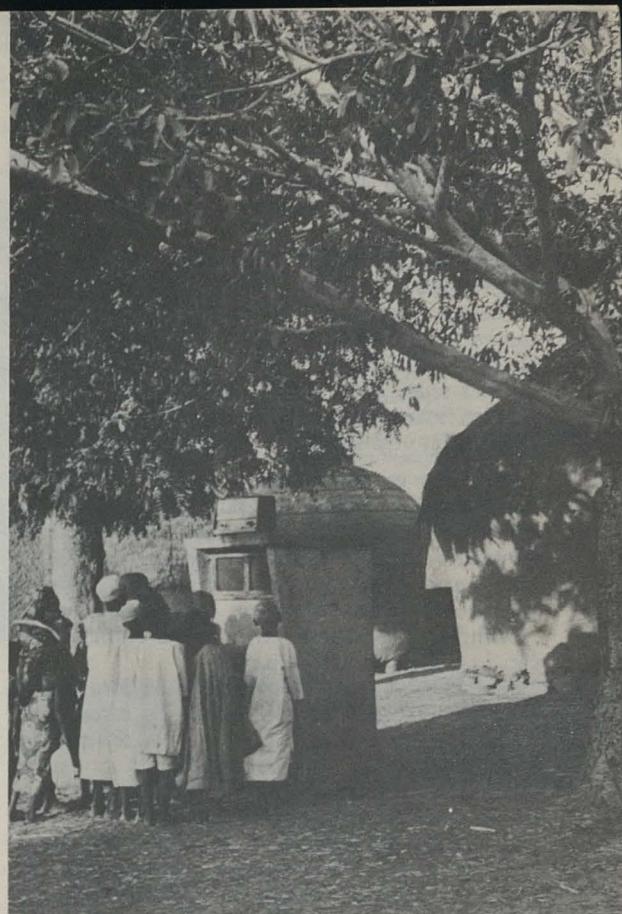
Finanças: recursos difíceis

Os trabalhos da comissão de finanças não foram menos difíceis. A comissão se viu às voltas com um problema crônico em programas dessa natureza: a dificuldade de obter recursos para a realização dos projetos. Para se facilitar a contribuição de todos os países, foram estabelecidas quatro formas de ajuda: através de contribuições em dinheiro para a conta especial do programa; por meio de contribuições em serviços e em dinheiro; sob a forma de fundos em depósitos e, por último, através da seleção de projetos específicos que qualquer país pode financiar.

O resultado final ficou no entanto muito aquém do esperado, já que se reuniu para o fundo comum do programa pouco menos de seis milhões de dólares. A maior parte dessa quantia foi conseguida mediante a contribuição de algumas potências ocidentais e da União Soviética. A mais significativa contribuição partiu da França, não só porque foi a maior colaboração individual — dois milhões de dólares — como porque, apesar de pertencer junto aos Estados Unidos ao mundo industrializado, adotou uma posição de pleno respaldo ao Terceiro Mundo. Outras nações ocidentais, como a Holanda, Canadá, Áustria e Itália prometeram contribuições que, independente do seu significado econômico, serviram para demonstrar que as reivindicações do Terceiro Mundo podem ser compreendidas no Primeiro Mundo.

A falta de financiamento determinou o corte da maioria dos projetos. Estados Unidos e Japão, países que estão entre os maiores exportadores de tecnologia do mundo — área dominada pelas grandes transnacionais — defenderam a idéia de que o PIDC devia se concentrar em projetos de infra-estrutura, equipamentos e treinamento. Justificando essa posição, William Harley, chefe da delegação norte-americana, afirmou que as tecnologias de computadores e satélites são as que "oferecem uma verdadeira oportunidade revolucionária". Essa postura foi contestada pela embaixadora da França, Jacqueline Baudrier, que ao mesmo tempo em que enfatizou o papel da tecnologia no desenvolvimento das comunicações, afirmou que ela não assegura a liberdade de informação e a ampla participação dos múltiplos setores sociais.

No decorrer da reunião surgiram casos de países que optaram por fazer contribuições ao PIDC atadas a determinados projetos, adotando a quarta modalidade da comissão de finanças. A Áustria



Aparelho receptor de rádio numa aldeia na Nigéria: um privilégio

anunciou que a sua ajuda se destinava especificamente à criação de um sistema de desenvolvimento das tecnologias da comunicação na África, enquanto que a Holanda decidiu apoiar um projeto no Zimbabue.

A comissão encarregada de discutir cada projeto se deparou com o fato de que alguns deles exigiam grandes recursos, como o projeto do Benin, no valor de 17 milhões de dólares, para o desenvolvimento de uma rede nacional de rádio-televisão. Alguns países, no entanto, que já possuem uma infra-estrutura montada no campo da comunicação, pediram apoio para projetos mais específicos. O México, por exemplo, apresentou um projeto de relativamente pequeno custo (80 mil dólares), para realizar uma avaliação global das telecomunicações no país e sua utilização real. A maioria dos projetos requeriam apoio para criar agências nacionais de imprensa ou reforçar as existentes, promover a implantação de redes nacionais de rádio e televisão, criar centros de formação de comunicadores e pesquisadores, impulsivar o desenvolvimento da imprensa rural e melhorar a utilização das novas tecnologias.

Pana: um sonho de vinte anos

ИЗВЕСТИЯ ПОТЕЛЕУ
Editorials on PETROLEUM
124 STREET JOURNAL

Uma significativa contribuição foi dada pelos países do Golfo Árabe, que anunciaram uma colaboração no valor de dois milhões de dólares para desenvolver as agências nacionais de notícias na África, reforçar as ações da Agência Panafricana de Notícias (Pana) e impulsionar a cooperação entre as agências africanas. Como esta região está entre as que mais sofrem do atual desequilíbrio no campo da informação e comunicação e dada a enorme capacidade financeira dos países do Golfo, o anúncio despertou expectativas de que maiores contribuições sejam feitas futuramente, fortalecendo política e financeiramente não só o PIDC como também outras organizações e programas desse tipo.

Um dos gestos que causou maior impacto na reunião foi a decisão de Bangladesh e Benin de contribuírem com dois e cinco mil dólares, respectivamente. Apesar dessa colaboração não ter nenhum peso financeiro real, a atitude dos dois governos foi muito elogiada, considerada mesmo "exemplar", levando-se em conta a crônica situação de miséria de ambos países.

Ao final da reunião, o balanço da comissão de finanças mostrava um saldo total de cerca de 50 milhões de dólares, dos quais apenas seis milhões ao fundo comum do programa, sendo o restante atado a contribuições a projetos específicos, conforme permitia a quarta modalidade. A quantia conseguida nessa reunião permitirá que se dê início a alguns projetos importantes, mas ainda não é o bastante. Basta compará-la ao orçamento da AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), que somente em 1981 destinou mais de 56 milhões de dólares para projetos de comunicação, dos quais 30 milhões utilizados no Oriente Médio. Frente a este quadro, o diretor-geral da Unesco, Amadou M'Bow, não ocultou o seu pessimismo: "Há grandes elementos de deceção. Não o oculto".

Dos 53 projetos apresentados, apenas 14 foram aprovados, já que a soma arrecadada ficou distante dos 90 milhões de dólares necessários. Desses projetos três são para a África, dois para os países árabes, dois para a Ásia e o Pacífico e cinco para a América Latina e o Caribe. A maioria são iniciativas regionais ou sub-regionais referentes à tecnologia, formação de pessoal e intercâmbio entre agências nacionais.

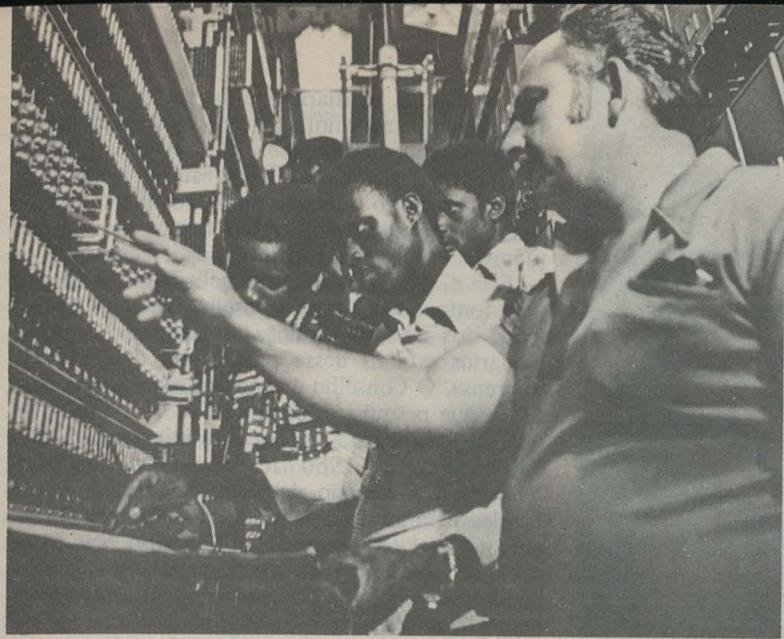
Apesar de todos os problemas, a conferência deixou saldos positivos, como, por exemplo, o projeto de criar a Agência Panafricana de Notícias (Pana), à qual se destinará um milhão e meio de dólares para a compra de equipamento e capacitação de jornalistas, ou a aprovação do projeto da Asin (Ação de Sistemas Nacionais de Informação) de implantar um centro de edição e tradução automatizado e tornar mais potente a rede de comunicações do sistema.

A maior rede de agências estatais de informação do mundo deve começar a funcionar em breve, reunindo nada mais nada menos do que 53 membros. É a Agência Panafricana de Notícias (Pana), cuja estruturação consumiu quase vinte anos de discussões. A demora na concretização desse objetivo, que é tão velho quanto a Organização da Unidade Africana (OUA), não teve origem em questões políticas. O maior problema foi sempre técnico.

Todos os países africanos podem facilmente falar por telefone com Londres, Paris, Bonn, Roma, Bruxelas, Madri ou Portugal. Mas as comunicações dentro do continente são praticamente inexistentes. Até hoje, para se falar de Angola para Moçambique, o caminho mais fácil é por Lisboa. As antigas metrópoles coloniais não criaram sistemas horizontais de comunicação. Todo o tráfego telefônico, telegráfico e radiofônico era todo ele no sentido do Sul para o Norte.

O mesmo fenômeno ocorre, em menor intensidade, com as comunicações aéreas. Viaja-se mais facilmente para a Europa, do que de um país africano para outro. Tudo isso constituiu um entrave para os governos interessados na criação de um sistema integrado de troca de informações dentro da África.

Todos os 53 países africanos são sócios da Pana, que terá a sua sede central em Dakar, no Senegal, e cinco subsedes regionais. Elas ficarão localizadas em Lagos (Nigéria), Kinshasa (Zaire), Lusaka (Zâmbia), Cartum (Sudão) e Trípoli (Líbia). Essas subsedes vão recolher o material das agências nacionais de países vizinhos, remetendo o material central para Dakar, de onde será feita a redistribuição na forma de boletins. No âmbito regional, também haverá a troca de material noticioso, que não



será enviado à central, por ser de interesse restrito a uma área geográfica.

O orçamento inicial da Pana prevê gastos da ordem de 4.700 mil dólares, a serem cobertos com contribuições de países árabes produtores de petróleo (2 milhões) ficando o restante dividido entre os 53 sócios africanos. Essa verba será utilizada na criação da rede de comunicações entre os países membros. Os salários, tarifas e despesas operacionais em cada país serão cobertos pelos respectivos governos.

Do total da ajuda dada pelos países do Golfo, 1.200 mil dólares serão aplicados na compra de equipamentos para as subsedes e para a sede central. O restante, para reequipar as agências nacionais dos países membros. No segundo ano de operações da Pana, os sócios africanos deverão contribuir com a soma de três milhões de dólares.

O diretor dessa rede de agências, Ousmane Diallo, revelou que o sistema de coordenação técnica dos equipamentos de transmissão das 53 agências nacionais africanas já está quase concluído, depois de três anos de trabalho em cooperação com a União Internacional de Telecomunicações.

No campo do treinamento de pessoal técnico e de jornalistas, alguns países europeus já se ofereceram para prestar assistência. É o caso da Áustria que contribuirá para o desenvolvimento da infraestrutura de comunicações na África Oriental, enquanto a Holanda financiará o desenvolvimento de um programa de capacitação técnica no Zimbabue.

A Pana distribuirá o seu material em três idiomas: árabe, francês e inglês, num primeiro passo. Há possibilidade de que alguns idiomas regionais possam vir a ser usados, quando a rede de comunicações estiver mais ampliada.

O esforço dos países africanos em prol da extensão da comunicação a todas as áreas geográficas levou à publicação de jornais em línguas nativas, em particular nas regiões rurais. Em 1972, a Unesco ajudou a criar mais de 12 jornais. Atualmente, se desenvolve a iniciativa de criar a rede de agências estatais de informação, a Pana, que terá 53 membros. Os países do Golfo Árabe contribuirão com uma ajuda econômica substancial para a concretização do projeto. Numa primeira etapa os idiomas usados pela Pana serão o inglês, francês e árabe, mas já está previsto o uso de algumas línguas regionais no futuro.



A raposa e as galinhas

Roberto Remo



16 terceiro mundo

Ninguém confiaria a uma raposa o cuidado com suas galinhas, mas a informação que o público recebe sobre a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) está nas mãos de quem tem tanto interesse numa adequada difusão dessa transcendental iniciativa quanto aquele carnívoro tem interesse pela integridade das aves.

Esta é, pelos menos, a conclusão a que chegou uma fonte insuspeita: o Conselho Nacional de Notícias dos Estados Unidos, integrado por dez funcionários estatais desse país e oito delegados da imprensa. O Conselho é uma organização independente que pesquisa as denúncias sobre a difusão de notícias imprecisas, errôneas e injustas. Quando em outubro de 1980 realizou-se em Belgrado, Iugoslávia, a reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), na qual foi aprovado o Relatório Mac Bride sobre as comunicações internacionais, o Conselho analisou a cobertura do acontecimento na imprensa norte-americana: 448 recortes de jornais e 206 editoriais publicados nos diários de todos os cãtos do país.

Míopes

Oitenta por cento dos artigos procediam de duas únicas fontes: as agências noticiosas AP e UPI. E nem um só deles informou sobre os discursos e resoluções de atividades básicas da Unesco em campos como a luta contra o analfabetismo, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia ou a promoção de pesquisas sobre a produção de alimentos básicos, amplamente debatidos durante as seis semanas da conferência.

Em troca, havia 57 notas dedicadas ao discurso de um delegado afegão que aproveitou a ausência do restante de seus companheiros para criticar a política de seu país e pedir asilo aos Estados Unidos. Outros 173 artigos relacionavam-se com o debate central da reunião: a política de comunicação. Mas, como assinala o Conselho, "houve uma apresentação pobre das opiniões alternativas nos temas da comunicação e os meios se mostraram severos críticos das atividades da Unesco nesse campo". Além disso, "quase nada foi informado" sobre a aprovação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (ver artigo neste número).

Sem ter informado adequadamente seus leitores do que se tratava, 158 editoriais foram abertamente hostis, sugerindo inclusive que os Estados Unidos se retirasse da Unesco se esta persistisse em apoiar a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

William Harley, que encabeçou o secretariado da comissão norte-americana para a Unesco duran-

te a administração Carter, comentou ao ler o relatório que a perspectiva da imprensa em seu país diante do debate sobre a comunicação internacional era "míope".

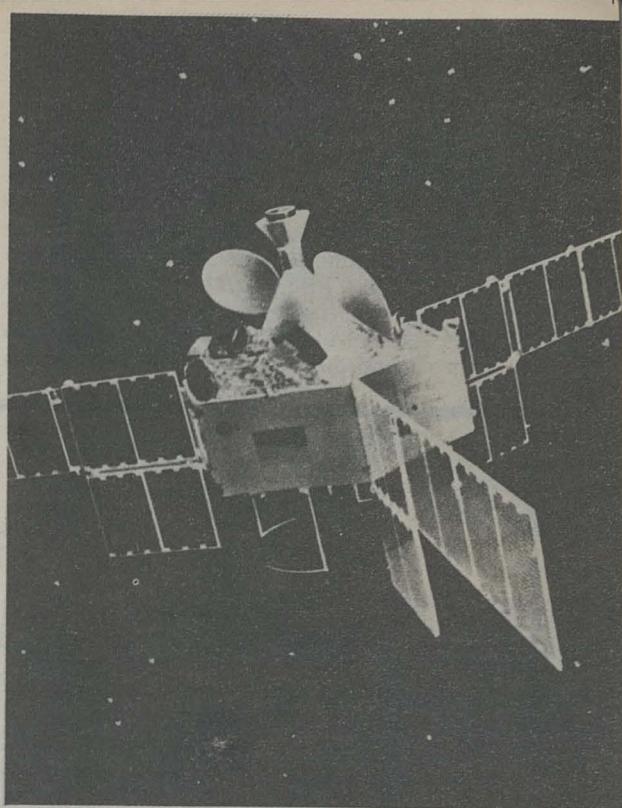
Se essa "míopia" da *AP* e da *UPI* é um problema para os Estados Unidos, o é muito mais para o Terceiro Mundo, já que as fontes que alimentam a imprensa norte-americana são as que proporcionam as informações veiculadas nos países pobres.

As quatro grandes

O Centro Internacional de Estudos Superiores da Comunicação para a América Latina (Ciespal), que funciona em Quito sob os auspícios da Unesco e da Universidade Central do Equador, realizou nos anos 60 uma pesquisa sobre a imprensa latino-americana e chegou à conclusão de que 80% de suas notícias internacionais eram proporcionados pelas duas mesmas agências norte-americanas *AP* (*Associated Press*) e *UPI* (*United Press International*). Em 1975, o comunicólogo chileno Fernando Reyes Matta repetiu o estudo para o Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), com sede no México. Os resultados não são estritamente comparáveis, já que a análise não se baseou nos mesmos jornais, mas a conclusão foi semelhante: 79% da informação internacional é originada em apenas quatro agências transnacionais (as duas norte-americanas, mais a francesa *AFP* e a inglesa *Reuters*). A *AP* e a *UPI* parecem ter reduzido um pouco a sua presença (60%), mas isso não quer dizer uma abertura de espaço a alternativas reais, mas sim a crescente pressão de outras agências europeias, como a italiana *Ansa* e a espanhola *EFE* (sete e oito por cento das notícias internacionais publicadas, respectivamente), que trabalham com os mesmos critérios das outras agências transnacionais.

Como bem sintetizou em 1978 um analista alemão de qualquer suspeita de radicalismo, o secretário de Estado alemão-ocidental para assuntos parlamentares, Alwin Bruck, "90% das notícias de imprensa, das emissões de rádio, dos filmes e dos programas de televisão que circulam no mundo são originados nos Estados Unidos, Japão ou uma pequena quantidade de países europeus".

Com dois terços da população mundial, o Terceiro Mundo recebe uma atenção mí nim a por parte desses produtores e distribuidores de notícias. Segundo relata a Unesco, em março de 1977, os correspondentes das quatro grandes agências noticiosas estavam radicados 34% na América do Norte, 28% na Europa, 17% na Ásia e Pacífico (incluindo Japão e Austrália), o que deixa apenas 21% para a América Latina, África e Oriente Médio.



Na era espacial também a tecnologia da comunicação está a serviço de um punhado de nações

Não apenas informa-se pouco sobre os países pobres, como também as informações são deformadas.

Objetividade tendenciosa

Um exemplo típico é proporcionado pelo seguinte telegrama, transmitido a 27 de fevereiro de 1974, ou seja, em plena "crise do petróleo":

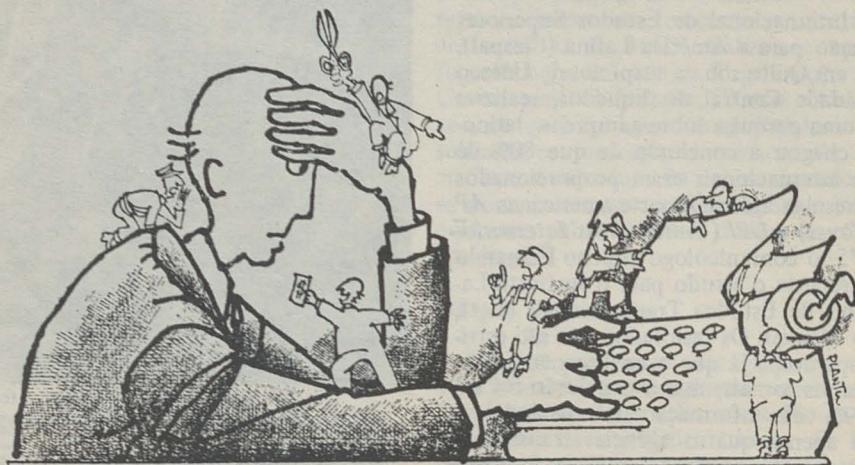
NOVA YORK, 27 (UPI) - EXISTE UMA COMPRENSÍVEL PREOCUPAÇÃO EM WASHINGTON POR UMA REUNIÃO DE VÁRIOS PAÍSES PRODUTORES DE BAUXITA, PROGRAMADA EM PRINCÍPIO PARA CINCO DE MARÇO EM CONÁCRI (GUINÉ). ALGUNS PERITOS CONSIDERAM QUE A CONFERÊNCIA PODERIA SER O COMEÇO DA CRIAÇÃO DE UMA SÉRIE DE CARTÉIS INTERNACIONAIS QUE CONTROLARIAM AS MATERIAS-PRIMAS ESSENCIAIS PARA AS NAÇÕES INDUSTRIALIZADAS, O QUE PODERIA FAZER RETROCEDER A ECONOMIA NORTE-AMERICANA EM MAIS DE 40 ANOS.

Informações como essa são publicadas pela imprensa do Terceiro Mundo diariamente. Um tema de indiscutível interesse para os países produtores de matérias-primas não é noticiado a partir de Conacri, onde a reunião ia se realizar, mas sim de Nova Iorque. Na realidade, nem mesmo se informa sobre o encontro, mas sim sobre a "preocupação em Washington" motivada por ele. Abandonando toda objetividade, editorializa-se sobre a informa-

cão, atribuindo-a a "alguns peritos" não identificados (uma velha técnica jornalística é introduzir as opiniões próprias como se procedessem de "fontes geralmente bem informadas", "especialistas no assunto" ou outros intérpretes anônimos). Como comentou Juan Somavía, diretor do Ilet e membro da Comissão Mac Bride da Unesco, o telegrama "traz implícita a mensagem de que é 'legítimo' que os países desenvolvidos se defendam dessa situação e tratem de impedir a capacidade organizativa do

Terceiro Mundo. Paralelamente, o telegrama adverte que a preocupação de Washington é 'compreensível' e que por isso é lógico que pudesse provocar represálias".

Os exemplos poderiam encher um livro e, de fato, vários foram escritos mostrando a parcialidade oculta nos telegramas das agências transnacionais, que nos acostumaram a ler "o governo esquerda da Nicarágua" ou "o presidente marxista Samora Machel", mas consideram falta de objetivi-



OS DOZE MANDAMENTOS DA NOII

A XXI Conferência Geral da Unesco, realizada em Belgrado, Iugoslávia, em outubro de 1980, aprovou por consenso os doze conceitos a seguir, nos quais deveria basear-se a Nova Ordem Informativa Internacional:

- 1) A eliminação dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a atual situação.
- 2) A supressão dos efeitos negativos de certos monopólios, públicos ou privados, e das concentrações excessivas.
- 3) A eliminação das barreiras internas e externas que se opõem à livre circulação e a uma difusão mais ampla e equilibrada da informação.
- 4) A pluralidade das fontes e canais de informação.
- 5) A liberdade de imprensa e de informação.
- 6) A liberdade dos jornalistas e de todos os profissionais dos meios de comunicação, liberdade de que não pode estar desvinculada da responsabilidade.

7) A capacidade dos países em desenvolvimento de conseguir melhorar sua própria situação, sobretudo através do equipamento, da formação do seu quadro de funcionários qualificados, da melhoria das suas infra-estruturas, visando que os seus meios de informação e de comunicação estejam ao nível das suas necessidades e aspirações.

8) A vontade sincera dos países desenvolvidos de ajudá-los a atingir esses objetivos.

9) O respeito à identidade cultural e ao direito de cada nação de informar a opinião pública mundial sobre seus interesses e aspirações e sobre seus valores sociais e culturais.

10) O respeito ao direito de todos os povos de participar nos intercâmbios internacionais de informação sobre uma base de equidade, de justiça e de interesse mútuo.

11) O respeito ao direito do público, dos grupos étnicos e sociais, e dos indivíduos, a terem acesso às fontes de informações e de participar ativamente no processo da comunicação.

12) Essa nova ordem informativa e de comunicação deve basear-se nos princípios fundamentais da lei internacional, tal como é enunciado pela Carta das Nações Unidas.

dade que se escreva "a administração direitista de Ronald Reagan" ou "a primeira-ministra capitalista Margaret Thatcher".

O cliente sempre tem razão

Essa parcialidade contra o Terceiro Mundo não é o resultado de uma conspiração ou de uma condição particularmente pervertida dos jornalistas que trabalham nas agências. É certo que a CIA utiliza frequentemente os meios de comunicação norte-americano para suas campanhas de desinformação e desestabilização, "plantando" nos jornais (como se diz na gíria da espionagem) textos redigidos pela Agência, como se fossem notícias ou editoriais dos próprios jornais, com a intenção de que depois repercutam ao serem recolhidos pelos telegramas e republicados em todo o mundo. Mas essa prática está atualmente proibida pela lei norte-americana (que Reagan quer modificar) e o código de conduta da CIA aprovado depois dos escândalos investigados pela Comissão Church do Senado norte-americano proíbe à comunidade de inteligência dos Estados Unidos recrutar agentes entre os jornalistas dessa nacionalidade.

O problema é mais complexo. As agências são empresas comerciais que vendem notícias. Como todo comerciante sabe, o cliente sempre é quem tem razão. E 90% da receita da AP, por exemplo, são gerados dentro dos Estados Unidos. Não é de estranhar, portanto, que a orientação dos textos corresponda à ótica internacional da grande imprensa desse país. A AP (e o mesmo vale para as três outras grandes agências) é uma importante fonte de informação para o Terceiro Mundo, mas os países pobres são um mercado residual para as vendas da agência, que não justifica a elaboração de um material adequado a seus interesses.

Como declarou o diretor-geral da Reuters, Gerald Long, "nós vendemos notícias. O tipo de reportagem que o Terceiro Mundo poderia desejar seria extremamente caro e provavelmente ninguém aceitaria pagar o ônus que isso implicaria". Long reconhece que "há uma responsabilidade moral que deve ser assumida" e, portanto, a agência "pode chegar a prover certos clientes de informações que não são pedidas e que não serão utilizadas. Mas isso seria inaceitável se formos longe demais".

Existindo uma confissão, não há necessidade de provas. Pode ser que alguns "abusos" sejam corrigidos, mas os usos das agências noticiosas transnacionais continuarão essencialmente iguais enquanto a informação for uma mercadoria.

Fluxo livre

Daí surge, na década dos 70, a reivindicação terceiro-mundista por uma Nova Ordem Informativa



As grandes agências são empresas comerciais que vendem notícias



Internacional, paralela à Nova Ordem Econômica Internacional.

Na realidade, como comenta o pesquisador boliviano Mário Arrieta, "o conceito de nova ordem está em formação. Sabe-se mais como não deve ser do que como deveria ser".

Os fundamentos legais da ordem informativa que não deve ser foram estabelecidos pela própria Unesco, durante a Conferência sobre Liberdade de Informação, realizada em Genebra em 1948, onde se consagrou o princípio do "livre fluxo de informação" a nível internacional.

Realizada no clima do pós-guerra, quando ainda não se tinha iniciado a Guerra Fria e o mundo vivia a euforia do triunfo das forças democráticas sobre o nazifascismo, a Conferência viu no conceito

de livre fluxo de informação uma extensão do de liberdade de expressão, consagrado como Direito do Homem pelas então recém-criadas Nações Unidas. Para os Estados Unidos, em compensação, trataba-se de um conceito complementar da expansão internacional de suas empresas que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a transformar a economia do planeta numa "aldeia transnacional".

"Se surgiam obstáculos ao 'livre fluxo' de capital, mercadorias ou informação — escreve o comunicólogo norte-americano Herbert Schiller — estes eram denunciados pelos dirigentes dos Estados Unidos como reacionários e daninhos à comunidade internacional".

Hoje, admite-se o direito de cada país do Terceiro Mundo em nacionalizar empresas estrangeiras e em controlar suas atividades e regulamentar seus investimentos e remessas de lucros. No entanto, as mesmas agências que reconhecem que suas notícias são mercadorias botam a boca no mundo quando algum governo critica suas práticas, põe em dúvida suas afirmações ou estabelece algum tipo de regulamentação à atividade das sucursais que convertem a matéria-prima dos acontecimentos locais num produto de exportação.

Herança colonial

A primeira vitória do Terceiro Mundo contra a atual ordem informativa passou quase despercebida e é possível que os próprios protagonistas não tivessem sido muito conscientes de sua transcendência. Em 1972, a Assembléia-Geral das Nações Unidas debateu a intenção norte-americana de iniciar transmissões de televisão via satélite diretamente aos aparelhos, sem necessidade de que as ondas sejam previamente processadas por estações terrestres. A tecnologia para fazer isso já estava desenvolvida (este ano, nos Estados Unidos, começaram a ser instaladas comercialmente antenas domésticas com essa finalidade) e os países do Terceiro Mundo perceberam o perigo que representava para sua soberania essa penetração incontrolável de programas estrangeiros. O escritor de ficção científica Isaac Asimov contribuiu indiretamente para criar uma consciência do problema com um conto no qual a China conseguia conquistar os Estados Unidos, idiotizando previamente seus habitantes por meio da transmissão via satélite de filmes pornográficos.

Finalmente, a ONU — com o voto contra dos Estados Unidos — instituiu o princípio do *consentimento prévio*, ou seja, o direito de cada país de decidir quais programas podem ser transmitidos em seu território.

Nesse mesmo ano de 1972, os chanceleres do Pacto Andino expressaram num comunicado sua

preocupação porque "os maiores volumes de informação internacional que circulam em nossos países são processados fora da sub-região".

No ano seguinte, a histórica Conferência de Cúpula dos Não-Alinhados realizada em Argel sustentou que "os países em via de desenvolvimento devem empreender uma ação conjunta no campo das comunicações" para "reorganizar os atuais canais de informação", vistos como "legado de um passado colonial".

Imediatamente, é cunhado o termo Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) e a Unesco converte-se em fóro onde essa reivindicação é defendida, assim como na Unctad (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) reclama-se o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Mercadoria ou bem social?

Na opinião de Somavía, um dos redatores do Relatório Mac Bride, três conceitos básicos darão forma aos modelos informativos do futuro, reivindicados pelo Terceiro Mundo:

a) a informação não é uma simples mercadoria mas um direito e um bem social; e a tarefa de informar não é um negócio qualquer, pelo contrário, trata-se de uma função social;

b) o processo educativo também se realiza — e de maneira mais efetiva que na educação formal — por intermédio dos meios de comunicação. Atualmente, existe uma enorme brecha entre a preocupação das sociedades pela educação formal e a despreocupação pelo modo como os meios exercem, sem um quadro explícito de responsabilidade social, sua função *educadora*;

c) assim como é necessária a participação das maiorias nacionais na gestação e execução das políticas de desenvolvimento, deverá considerar-se a participação do receptor no processo de comunicação, independentemente do direito teórico de comprar ou não um jornal e de ligar ou desligar a televisão.

Naturalmente, é decisão de cada país adotar ou não essas diretrizes, mas o Terceiro Mundo exige, por intermédio de seus diferentes porta-vozes, que se respeite o direito de adotar políticas nacionais de comunicação, que estas políticas recebam apoio financeiro e tecnológico internacional por intermédio da Unesco ou outros organismos, que se facilite a transferência de tecnologia e que se apóiem também as iniciativas multilaterais para equilibrar o fluxo informativo mediante a difusão de informações sobre o Terceiro Mundo e produzidas por este.

A primeira reação dos Estados Unidos foi de total e terminante oposição, denunciando essas propostas como atentados à liberdade de imprensa.

Pareceu uma resurreição do fantasma de John Foster Dulles, secretário de Estado norte-americano durante os primeiros anos da Guerra Fria, que uma vez sustentou: "Se me deixassem escolher um só princípio de nossa política externa e nenhum outro mais, eu ficaria com o do livre fluxo de informação".

Não se trata de uma seleção caprichosa nem de uma inclinação romântica aos princípios liberais. O moderno conceito de informação compreende as notícias, mas também inclui todo tipo de transmissão de dados seja por telegrama, telefone, rádio, televisão ou os modernos circuitos que interconectam os bancos de dados computorizados.

Frequentemente, aponta-se a forma como um punhado de empresas transnacionais (ITT para as telecomunicações, IBM na área de computação, RCA, General Electric e várias firmas japonesas em rádios, gravadores e videocassetes, CBS em discos etc) controlam todos os campos da moderna indústria das comunicações, desde a infra-estrutura material até a produção das mensagens transmitidas. Mas poucos percebem, como observa o pesquisador filipino Gerald Susman, que a própria existência das empresas transnacionais "depende de sua capacidade de se comunicar instantaneamente, desde a sua sede central até as filiais mais longínquas".

Parece que o medo das transnacionais — e por conseguinte do governo norte-americano — é que, a partir do debate iniciado sobre o fluxo noticioso internacional, se acabe por questionar todo o sistema.

Os EUA oferecem ajuda

No entanto, o irrestrito liberalismo que instituições como o Comitê para o Desenvolvimento Mundial da Liberdade de Imprensa defendem tão intensamente já não é apoiado como alternativa séria pelos ideólogos mais lúcidos do mundo capitalista. Assim, um estudo da Comissão Trilateral, em meados da década passada, previa a inevitabilidade de algum tipo de intervenção estatal nos meios de comunicação:

"O aumento de poder dos meios de comunicação nesse país (os Estados Unidos) é semelhante ao ascenso do poder nacional das corporações industriais do final do século 19. (...) Em ambos os casos, há obviamente importantes direitos a proteger, mas também estão em jogo interesses mais amplos do governo e da sociedade. Com o devido tempo (...) foi necessário tomar medidas para regular os novos centros de poder industrial e para definir suas relações com o restante da sociedade. Algo parecido parece se necessitar agora com os meios de comunicação."



A primeira imagem de televisão via satélite:
tecnologia a serviço de quem?

Assim, em vez de se apresentar em pé de guerra na decisiva reunião da Assembléia-Geral da Unesco realizada em 1976 en Nairóbi (Quênia), o então secretário de Estado Henry Kissinger ofereceu o cachimbo da paz ao Terceiro Mundo: os Estados Unidos reconheceriam que o Terceiro Mundo tem legítimas reivindicações no âmbito da informação e aceitariam a validade de algumas propostas destinadas a levá-las à prática, como o recentemente criado *pool* para distribuir notícias produzidas pelas agências estatais dos Países Não-Alinhados. Em contrapartida, a Unesco ratificaria o princípio do livre fluxo internacional de informações e arquivaria as propostas do campo socialista e do Movimento dos Países Não-Alinhados em relação ao *conteúdo* das comunicações internacionais.

Concretamente, reclamou Kissinger, deveria ser esquecida a moção que sugeria que os Estados teriam de responsabilizar-se de alguma forma pelas mensagens que saem de suas fronteiras, ao reivindicar a exclusão de toda comunicação que incitasse à guerra ou ao racismo. Esse critério resultava inaceitável para os norte-americanos que viam nele "um atentado contra a Primeira Emenda" da Constituição dos Estados Unidos (como se esse texto tivesse validade universal) e o início de um "movimento internacional de censura".

Em Nairóbi, Kissinger assentou as bases de uma política em relação à NOII que depois seria continuada pela administração Carter:

"Estamos preparados para cooperar com os países em desenvolvimento no estabelecimento de centros (de formação jornalística) e no treinamento de pessoal e, dentro do possível, adaptaremos às suas necessidades nossos programas governamentais de satélites". Além disso, "os Estados Unidos apoiarão suas universidades, centros de pesquisa e escolas de capacitação industrial para que estabeleçam institutos e cursos especiais para adestramen-

to tecnológico que sirvam aos países em desenvolvimento e apoiarão instituições similares nesses países.”

Cavalo de Tróia

Quando a esmola é grande, o pobre desconfia, diz a sabedoria popular. O que é que se esconde atrás dessa política de conciliação iniciada por aqueles que até então tinham sido os mais ferozes opositores da NOII? Na opinião de Herbert Schiller, “a acomodação iniciada em Nairóbi só representa uma mudança de tática, que evitou a campanha imediata e prejudicial contra a essência do controle norte-americano sobre a comunicação internacional e permitiu ganhar algum tempo para a formulação de políticas eficazes para enfrentar novos ataques”.

O representante cubano na Unesco, Enrique González Manet, sustentou, por sua vez, que a transferência tecnológica proposta seria “um cavalo de Tróia gerador de novas formas de alienação”.

Nos corredores das Nações Unidas começou-se a falar de um “Plano Marshall das Comunicações”, pelo qual os Estados Unidos destinariam grandes

quantias em dinheiro ao desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação do Terceiro Mundo e à formação de seus jornalistas.

“Enquanto se discute sobre a desproporção do fluxo informativo ou a manipulação de conteúdos – denunciou González Manet – corporações transnacionais gigantes monopolizam a nível mundial a tecnologia de microcomputadores, transmissão por satélites e fibras ópticas, bancos de dados, fabricação de computadores e instrumental logístico.”

Advertindo que “a informação deslocará a energia para converter-se na matéria-prima essencial do futuro imediato”, o comunicólogo cubano sustentou que “as transnacionais podem se permitir aprovar conceitualmente uma NOII que ainda não existe na prática, podem inclusive proporcionar equipamento obsoleto porque controlam a fabricação dos meios técnicos e os canais de circulação de mensagens impressas e audiovisuais”.

O para ganhar tempo ou para abrir mercados, o certo é que entre 1978 e 1980 viveu-se uma etapa de conciliação na discussão sobre a Nova Ordem Informativa Internacional, que culminou com a aprovação por consenso em 1980 do “Relatório Mac Bride”, um livro de mais de 500 páginas, cujos

AS PRESSÕES SOBRE A UNESCO

Os movimentos latino-americanos empenhados na luta pela NOII estão preocupados com as crescentes pressões dos países industrializados sobre a Unesco. Isso ficou evidenciado na primeira reunião do Grupo Observador da Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina, realizada no final do ano passado, em Quito, Equador. O relatório do encontro afirma que até agora a Unesco manteve uma fidelidade total aos objetivos da NOII, mas que a organização está sujeita a uma verdadeira chantagem econômica por parte dos países ricos.

O apoio da Unesco à causa defendida pelos especialistas em comunicação da América Latina, Ásia e África provocou uma forte reação dos países industrializados a partir de 1980. No período 1970/76, a organização teve um papel fundamental no estímulo aos esforços para mudar o sistema informativo mundial. De 76 até 79 houve uma relativa conciliação entre o Terceiro Mundo e o Primeiro Mundo no campo da comunicação social. Mas depois disto as pressões voltaram a crescer de forma aguda, só que com táticas diferentes.

“Em vez da confrontação direta, – sustentam os experts latino-americanos – os países ricos estão agora usando também uma tentativa de cooptação através da qual eles pretendem neutralizar o movimento reformista usando a arma da transferência de tecnologia e dos programas de treinamento profissional”. Com esses recursos “pragmáticos”, eles tentam na Unesco ocultar a verdadeira natureza da campanha em favor da NOII. Segundo os técnicos do Grupo Observador, essa nova estratégia visa dar mais importância ao que é acessório, prejudicando o fundamental, que é alterar a injustiça estrutural na distribuição dos meios de comunicação e informação.

Os peritos observam que “existe uma crescente preocupação na América Latina de que a Unesco possa cair nesse estratagema e servir como agente desse mecanismo alternativo de dominação”. A reunião expressou “sua fé de que tal coisa não ocorrerá” pois isso equivaleria a “uma grave quebra da lealdade demonstrada até agora em relação aos anseios do Terceiro Mundo”.

Porém o risco existe, já que a organização é vulnerável às pressões dos países ricos, que estariam inclusive recorrendo à “extorsão financeira”, ao ameaçar suspender suas contribuições financeiras. O objetivo seria impor na Unesco “um tecnicismo conformista e despolitizado”, no que se refere à Nova Ordem Informativa Internacional.

conceitos sobre como deveriam ser as comunicações internacionais se resumem em doze pontos (ver quadro).

Não se trata de um programa radical, mas sim exatamente do resultado de uma árdua negociação na qual todos tiveram que perder alguma coisa. A discussão mais difícil, no entanto, não girou em torno dos princípios, mas da forma como seria administrado o PIDC — Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações — (proposto pelos Estados Unidos) que deveria levar esses postulados à prática.

Reagan dá marcha-à-ré

A derrota da proposta norte-americana de dar participação à iniciativa privada (entenda-se às transnacionais) na administração do PIDC coincidiu com a mudança de governo na Casa Branca. A reunião de Acapulco pôs fim às esperanças. Não haverá apoio norte-americano e o Terceiro Mundo terá que contar com suas próprias forças e com a de uns poucos aliados para estabelecer uma estrutura de comunicação.

Conseguir um equilíbrio no fluxo informativo

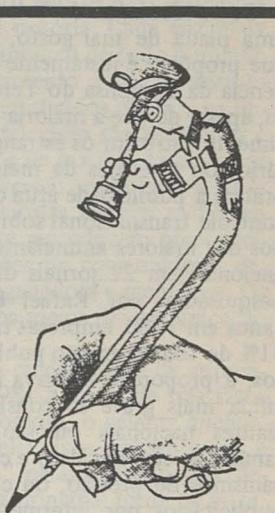
Norte-Sul não será uma tarefa fácil. Numa das regiões mais ricas do Terceiro Mundo, a Federação de Agências Árabes — com 18 membros — tem um total de 130 correspondentes no estrangeiro (a INA do Iraque e a APS da Argélia têm 27 cada uma) e transmite 200 mil palavras diárias. Enquanto isso, a AP tem 559 correspondentes e mais de dois mil colaboradores em 62 escritórios internacionais, que elaboram um serviço diário de 17 milhões de palavras para 5.720 clientes, com um orçamento anual de 90 milhões de dólares.

Apesar do entusiasmo com que proliferaram as fontes alternativas nos últimos anos, seria ingênuo afirmar que o oligopólio das agências transnacionais esteja ameaçado, pelo menos a curto prazo. No entanto, os Estados Unidos preferem posar de antipáticos e negam até mesmo uma ajuda simbólica ao fundo do PIDC, para serem coerentes com as colocações de Reagan na igualmente frustrante reunião de Cancún. Nada de negociações globais, mas sim acordos bilaterais nos quais, obviamente, a superpotência impõe suas condições.

Enquanto nos Estados Unidos grupos ultradireitistas como a chamada "Maioria Moral" (*Moral Majority*) censuram programas de televisão, elimi-



Até 1979 houve uma relativa conciliação no campo da comunicação. Porém, a partir de 1980, o mundo rico recorreu inclusive à extorsão financeira contra a Unesco



Os especialistas afirmam, por isso, que "os latino-americanos levarão adiante essa luta, seja com a Unesco ou sem ela".

É difícil avaliar a força da América Latina para impor mudanças na ordem informativa, mas o certo é que o tema de informação e comunicação desperta um interesse crescente na região. Segundo a revista Chasqui, especializada no tema, existem na América Latina mais de 160 escolas e faculdades de comunicação e meia centena de

associações, instituições privadas e outros organismos de importância dedicados à comunicação social. Assim, mais de cem mil latino-americanos (sem incluir os jornalistas) dedicam sua vida aos problemas da comunicação em várias disciplinas inter-relacionadas. Se esse contingente passasse a atuar ativa e coordenadamente nos esforços para formar uma nova ordem informativa, sem dúvida nenhuma o movimento adquiriria um potencial enorme.

nam livros "indecentes" das bibliotecas públicas e impõem em algumas escolas a Bíblia como "texto científico", os porta-vozes da grande imprensa norte-americana reúnem-se em Talloires (França), em maio de 1981, para darem lições de liberalismo ao resto do mundo.

No ataque mais enérgico até agora realizado contra a NOII e a Unesco, 60 delegações representativas de proprietários de jornais de várias potências ocidentais reafirmaram sua fé no velho princípio de "livre fluxo de informações e idéias", proclamaram que "não pode haver um código internacional de ética jornalística", e respaldaram "todos os esforços de organizações internacionais e outros organismos públicos e privados" destinados a "corrigir essa falta de equilíbrio (no fluxo informativo) facilitando a nova tecnologia". Finalmente, defenderam a publicidade como "um serviço para o consumidor e uma fonte de respaldo financeiro para uma imprensa forte e com recursos próprios", já que "sem independência financeira, a imprensa não pode ser independente".

Quem paga, manda

Se os ideólogos de Talloires não quiseram fazer uma piada de mal gosto, deve-se concluir que o que propõem é justamente o contrário da independência da imprensa do Terceiro Mundo. Com efeito, apesar de que a maioria dos países em desenvolvimento profõem os estrangeiros de serem proprietários ou diretores de meios de comunicação, na prática a publicidade atua como um mecanismo de controle transnacional sobre a imprensa. No Brasil, dos dez maiores anunciantes só um é uma empresa nacional; em 22 jornais diários latino-americanos pesquisados por Rafael Roncagliolo e Noreene Janus em 1980, empresas transnacionais ocupavam 31% de todo o espaço publicitário (e em alguns casos, a proporção chegava a 50%). E a situação é ainda mais grave se considerarmos que os anunciantes nacionais ou são pequenos e dispersos (anúncios classificados) e carecem portanto de mecanismos de pressão, ou canalizam seus contratos publicitários por intermédio de agências transnacionais (*J. Walter Thompson, Young & Rubicam, McCann Erickson* e outras).

Na maior parte de nossos países, o preço que o consumidor paga por um jornal não chega a custear nem mesmo o papel em que está impresso. Como sintetiza o pesquisador mexicano Adolfo Aguilar Zinser, do Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo, "do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas provedoras de serviços. O serviço que elas vendem é o espaço ou tempo de transmissão para as mensagens publicitárias..." Lord Thompson, proprietário de jornais britânicos, confessou ironica-

mente, numa declaração muito citada, que as "notícias são as bobagens com as quais se recheia o espaço entre os anúncios".

Destroi-se assim o velho mito de que é o leitor que ao comprar ou não um jornal decide sobre o seu futuro sucesso ou fracasso. São as agências transnacionais de publicidade que decidem qual o meio que vai prosperar ou não, ao canalizarem seus contratos. E quem quer que tenha tentado alguma vez publicar um órgão alternativo de imprensa sabe como a publicidade é concedida ou negada por critérios claramente ideológicos, independentemente do público ou da circulação que a publicação possa oferecer como veículo publicitário.

Nos países industrializados ou de médio desenvolvimento, nos quais impera essa concepção de informação-mercadoria, as leis da economia impuseram uma crescente tendência à monopolização. Como apontou Sean Mac Bride, "na França, o grupo *Hersant* possui 14 jornais diários; o grupo anglo-rodêsiano *Lonrho* tem (dados de 1980) muitos diários na África; o australiano *Murdoch* não só monopoliza a imprensa em seu país como também é dono do *New York Post* e mais três jornais na Inglaterra (no ano passado, comprou o *Times* londrino). Isso me parece cada vez mais perigoso".

Em busca de um modelo

Na mesma linha de pensamento, o ilustre irlandês podia ter citado a *Televisa* mexicana que tem o monopólio da televisão privada no país, possui uma cadeia de televisão de língua espanhola nos Estados Unidos, uma cadeia de jornais, várias revistas, rádios e uma produtora cinematográfica; ou a Rede Globo brasileira, que com um esquema semelhante integra televisão, rádio e jornais.

A liberdade de imprensa converte-se assim num direito restrito a uns poucos indivíduos ou empresas. Para enfrentar essa situação, o Estado sueco subsidia os jornais que de outro modo estariam condenados a desaparecer; no México, incorporou-se à Constituição o "direito à informação", como ampliação ao direito de expressão, mas esse dispositivo ainda não tem aplicação prática, já que há dois anos o parlamento estuda sua regulamentação sem chegar a um acordo. No Zimbabue, em 1981, foram desapropriados os jornais que estavam em mãos de estrangeiros (sul-africanos racistas ou empresas do grupo *Lonrho*) e com isso lançaram-se as bases para a criação de uma imprensa que pela primeira vez dá voz às maiorias negras do país, embora sem dúvida tenha se limitado a "liberdade de expressão" de quem preferia manter o odioso *apartheid*. Não há país do mundo que não contenha em sua Constituição alguma limitação à liberdade de imprensa, em função dos interesses comuns da sociedade e da defesa do Estado. Por que, então,

escandalizar-se quando a Lei dos Meios de Comunicação ditada na Nicarágua a um mês da vitória revolucionária prosbe expressamente "a transmissão de todo anúncio, cartaz, foto etc, que estimule os vícios, utilize a mulher como objeto sexual, anuncie bebidas alcoólicas ou cigarros, seja a apologia da transgressão às leis ou estimule a tendência ao ócio"? Essa mesma lei, tão atacada pela Sociedade Interamericana de Imprensa, consagra o "direito do povo de informar, opinar e ser plenamente informado" e por considerar que "a liberdade de informação é um dos princípios fundamentais da autêntica democracia" prevê mecanismos para que "não exista a possibilidade objetiva de submetê-la direta ou indiretamente ao poder econômico de nenhum grupo social".

Na América Latina, um dos esforços mais ambiciosos para democratizar a informação (um dos postulados da Nova Ordem Informativa) deu-se no Peru, quando o governo do general Velasco Alvarado desapropriou os diários de circulação nacional para pô-los nas mãos das forças sociais organizadas (ver matéria neste número). A experiência começou com um vigor inusitado, liberando enormes capacidades criativas dos jornalistas peruanos e ne-gando na prática, com acirradas polêmicas entre os jornais, a acusação de que se criaria uma imprensa monocórdica e oficialista. Terminou da mesma maneira que as demais reformas iniciadas por Velasco com a tergiversação de seus conteúdos imposta pelo governo de Morales Bermúdez e a definitiva liquidação por parte de Belaúnde Terry.

Em matéria de políticas de comunicação não há "modelos perfeitos" a serem imitados. O importante, na opinião da Unesco, é que cada país defina sua própria política, de acordo com seus programas de desenvolvimento, suas tradições culturais e suas aspirações. Na reunião regional sobre comunicação realizada na Costa Rica, em 1976, os países latino-americanos e do Caribe comprometeram-se a traçar suas políticas sobre o assunto, e a Unesco os apoia-los. Lamentavelmente, como assinalou o ex-ministro venezuelano de Informação, Guido Groscoors, em novembro passado, "em 1967 as nações latino-americanas se comprometeram, durante uma reunião realizada em San José da Costa Rica, a implementar políticas nacionais de comunicação que oferecessem o desenvolvimento de sistemas complementares de informação mediante a criação de conselhos nacionais de comunicação. Transcorrido mais de um decênio desde então, pode-se constatar com decepções que, exceto Cuba, nenhum outro país levou os accordos à prática".

Não traçar uma política de informação significa simplesmente deixar que tudo continue nas mãos das "forças livres do mercado" que levaram à situação atual.

Num país do Terceiro Mundo, isso significa,



Os meios de comunicação já influenciam o comportamento e as manifestações culturais

além disso, entregar a forças estrangeiras um aspecto chave da vida cultural e política do país.

Pouca credibilidade

O debate sobre os meios de comunicação só agora desce das cúpulas dos peritos para as grandes massas, e sua irrupção é notória. Cada vez mais, organizações políticas e sindicais de todo o mundo incluem algum pronunciamento sobre o assunto em suas plataformas. Os conteúdos ocultos na imprensa, no cinema e na televisão são analisados e criticados por movimentos de massas. As mulheres protestam contra sua conversão em objetos sexuais com fins comerciais; minorias étnicas reclamam contra os estereótipos que reproduzem preconceitos contra eles; associações de consumidores denunciam a publicidade enganadora e mentirosa. Os partidos exigem acesso aos meios de comunicação eletrônicos.

Nos Estados Unidos, a credibilidade da imprensa entrou em crise em 1981 a partir de três fatos independentes: Walter Cronkite, o célebre *anchor-man* dos informativos televisivos aposentou-se e declarou estar "perplexo" pelas enquetes que demonstravam que ele era a principal fonte de informação da maioria dos norte-americanos, já que seus programas eram "fundamentalmente de diversão"; pouco depois, a jornalista ganhadora do prêmio Pulitzer pararreportagens confessou que tinha inventado o trabalho premiado, enquanto um professor de comunicações divertiu-se enviando à imprensa uma informação "científica" sobre as propriedades curativas que têm as baratas quando comidas. A informação foi publicada em mais de 100 jornais, sem que nenhum se desse ao trabalho de checar a origem ou verossimilhança de tal disparate.

A ideologia liberal sustenta que uma informação ampla e pluralista é a base do funcionamento

democrático de uma sociedade. No entanto, estudos recentes demonstram que a tomada de decisões no sistema transnacional baseia-se cada vez menos na imprensa. Quase não há governo moderno que não conte com seus serviços de inteligência e agora as grandes corporações começam a criar os seus. "Eu não preciso ler jornal ou ver televisão para saber o que acontece", confessou um alto executivo do *Citybank* de Nova Iorque a um pesquisador que procurava dados sobre o fluxo cotidiano de notícias e dados, nos centros de decisão

da Wall Street. "Temos nossos próprios sistemas de informação, tanto aqui como no resto do mundo".

Paralelamente, os bancos se interessam cada vez mais em ter o controle acionário das corporações dedicadas à comunicação de massa. Pode-se alegar que o fazem como rendoso investimento, dado o crescente peso do setor nas economias da "era pós-industrial". Mas não é necessário ser muito suspeito para perceber que com isso os bancos transnacionais adquirem um enorme poder para moldar a opinião pública em consonância com seus interesses.

O "POOL"

□ Na gíria jornalística usa-se a palavra inglesa pool (no conceito de acordo ou coordenação) para designar os convênios mais ou menos formais de assistência mútua entre jornalistas e meios de comunicação. Entre os jornalistas freelance, correspondentes independentes ou repórteres de agências menores que assistem a uma grande entrevista coletiva (por exemplo, as reuniões de cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados) é comum a constituição de pools informais, intercambiando as informações obtidas por cada um, para poder brindar uma cobertura que concorra com a das grandes agências, que participam nesses eventos munidas de uma vasta equipe de correspondentes, repórteres, analistas e fotógrafos.

Assim, quando começaram a se formar dezenas de agências nacionais em cada país do Terceiro Mundo, era lógico que surgisse a idéia de complementar os esforços. A iniciativa foi proposta pela agência iugoslava Tanjug, que possui uma ampla rede de correspondentes no mundo todo, e, em janeiro de 1975, começou a ser transmitido de Belgrado um serviço diário do pool de agências de notícias dos países não-alinhados.

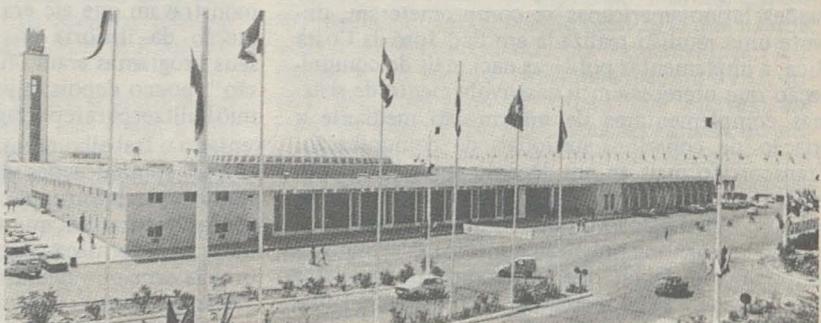
O funcionamento do pool é muito simples. Cada agência nacional filiada faz uma seleção diária de suas principais notícias e as remete para um dos subcentros. Lá são traduzidas e remetidas para Belgrado, onde se realiza uma seleção definitiva do material que será incluído no boletim diário, retransmitido posteriormente por todas as agências telegráficas, junto com seu próprio serviço. A agência IPS também distribui em sua rede material do pool, assim como serviços regulares de várias agências nacionais do Terceiro Mundo, com as quais mantém acordos bilaterais.

Por causa de sua maior experiência, pela ampliação de suas redes e distribuição geográfica, as agências que funcionam como centros regionais do pool são a Tanjug (Iugoslávia), TAP (Tunísia), MAP (Marrocos), INA (Iraque), Prensa Latina (Cuba), VNA (Vietnã) e Antara (Indonésia).

A autoridade máxima do pool é a Conferência de Diretores das agências-membros (que são mais de 60) e seu organismo executivo permanente é o Comitê Coordenador, integrado por representantes de 14 agências. Periodicamente, o pool organiza cursos de capacitação de jornalistas das agências-membros, visando melhorar a qualidade profissional do material transmitido. O êxito da experiência fez com que se planejasse criar mecanismos similares para o rádio e a televisão, que se encontram atualmente em fase de formação.

A Conferência dos Não Alinhados de Argel decidiu criar o pool de agências de notícias.

Este é o Centro de Conferências onde se realizou esse histórico evento do Terceiro Mundo



O público europeu e norte-americano reage com crescente desconfiança em relação à "grande imprensa", o que se traduz num surpreendente auge dos meios de comunicação chamados "alternativos", que em geral são pequenos jornais ou revistas, estações de rádio ou inclusive televisoras de curto alcance dedicadas a temas comunais e de interesse para um determinado setor social, minoria étnica ou grupo cultural.

Muitos deles são sinceros esforços que costumam converter a preocupação circunstancial inicial num interesse e dedicação políticos permanente e global. Para Alvin Toffler, autor de "A terceira onda", isso estaria conduzindo a um processo de "desmassificação da informação", que ele saída com entusiasmo. Na opinião de Fernando Reyes Matta, em compensação, os pequenos diários ou as estações locais de televisão de baixa potência seriam apenas o resultado da abertura de mercados para novas tecnologias das grandes corporações, ao mesmo tempo que conduzem à "redução do horizonte, à promoção de uma relação com o imediato, o local, enquanto a visão dos grandes problemas e processos fica em poucas mãos", em coincidência com "o sonho das transnacionais de um mundo sem fronteiras".

Criatividade

Tais alternativas são impensáveis na maioria dos países do Terceiro Mundo, que têm um exemplar de jornal para cada 30 habitantes (dez vezes menos do que no mundo industrializado) e onde às vezes se carece inclusive de estações de rádio, para não falar do sofisticado luxo dos aparelhos de televisão.

"O papel, a tinta e os equipamentos devem ser importados — assinala Mário Arrieta — e seus custos não podem ser pagos por publicações nacionais privadas. Pelo fato de não existir um desenvolvimento industrial e um mercado que estimulem a publicidade comercial, o Estado deve se encarregar dos sistemas de comunicação (imprensa, rádio, TV), destinando para esse fim verbas que são igualmente importantes para a saúde, para a educação, habitação ou para os transportes.

"O Estado deve criar suas agências nacionais de notícias, pagar pelos serviços das agências internacionais e pela tecnologia, custear a formação de pessoal técnico, criar, em suma, desde o começo e sem recursos, uma estrutura de comunicação moderna que, nos países hegemônicos foi sendo desenvolvida paulatinamente, no decorrer dos séculos, em condições extremamente propícias, entre as quais figuram, exatamente, a expansão e a exploração coloniais das quais o Terceiro Mundo foi e continua sendo vítima."

Daí deriva a legitimidade da reivindicação de ajuda ao desenvolvimento dessas estruturas de co-



Os meios de comunicação chamados alternativos em geral são pequenos jornais, revistas ou estações de rádio dedicados a divulgar temas do interesse de pequenos grupos sociais ou de minorias étnicas e culturais.

municação por parte dos países não industrializados. Mas é também por isso que essa ajuda foi negada em Acapulco. Aos olhos de Reagan, é tão absurdo que o Benin peça aos países ocidentais 15 milhões de dólares para desenvolver um sistema de rádio e televisão como seria se os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí fossem pedir armas ao Pentágono.

Faz-se imprescindível, então, otimizar o emprego dos poucos recursos disponíveis e nisso não só é necessário que o Estado tenha um papel orientador como também é necessário extremar a criatividade.

As tecnologias modernas são repensadas para serem empregadas em situações inéditas, como no Afeganistão, onde com o apoio da FAO são utilizados gravadores de cassettes para levar programas educativos às aldeias camponesas mais isoladas, rodeadas de montanhas que fazem com que as ondas de rádio não as alcancem; ou no Vietnã, onde



Até nas condições mais adversas a criatividade humana conseguiu se exprimir, seja numa parede pichada ou uma folha mimeografada

uma moderníssima antena móvel de transmissão de rádio foi montada durante a guerra sobre elefantes... um dos quais ainda vive e foi formalmente condecorado.

Em Moçambique, ao mesmo tempo que se realizam esforços para profissionalizar os serviços dos órgãos tradicionais de imprensa, volta-se a valorizar o jornal mural como instrumento mobilizador em lugares de reunião e trabalho, enquanto na República Dominicana uma emissora dedicada a assuntos femininos despertou a indignação — e consequente mobilização — de milhares de mulheres criando uma clandestina "Rádio Macho", com mensagens deste tipo: "Dominicaninhas, não escutem essas locutoras que põem idéias nas cabeças de

vocês, lembrem da sabedoria das avós. As mulheres só falam quando as galinhas mijam..."

Mudar as estruturas

A função social de comunicar não é exercida sem riscos quando as mensagens não são do agrado do poder estabelecido, como demonstram uma dúvida de jornalistas presos e torturados no Uruguai, 89 "desaparecidos" na Argentina, 26 assassinados na Guatemala, mais de 100 atentados contra os meios de comunicação em El Salvador, ou o exemplo inapagável de Víctor Jara que continuou cantando o hino da Unidade Popular depois que lhe cortaram as mãos no Estadio Nacional de Santiago do Chile e só se calou ao morrer fuzilado.

A mal chamada "imprensa alternativa" no Terceiro Mundo é, assim, quase sempre uma "alternativa de poder", quer dizer, parte de um projeto político que procura transformar a sociedade e não apenas "complementar" a informação dominante. Que melhor exemplo de jornalismo alternativo que o que atualmente realizam os repórteres da rádio "Venceremos" em El Salvador, transmitindo desde o lugar dos combates com um fuzil na mão e o gravador na outra?

O doutor Peter Schenkel, da Fundação Friedrich Ebert — instituição social-democrata alemã — constata que "muitas das colocações do Relatório Mac Bride, por exemplo, as relacionados com os códigos de ética, os conselhos de imprensa e outras modalidades, como a autogestão dos jornalistas, para conseguir a autêntica co-participação democrática dos meios (...) parecem inaplicáveis em muitas partes do mundo, enquanto não mudarem as estruturas vigentes e as relações de poder".

Em algumas oportunidades, o debate sobre a relação entre a imprensa e o processo de mudanças se encerrou num círculo vicioso. O lema da Federação Latino-Americana de Jornalistas, que congrega os sindicatos de imprensa do continente, é "por um jornalismo livre numa pátria livre". Para alguns, isso significa que não poderá existir uma imprensa livre até que se produza uma transformação revolucionária. No outro extremo, há quem sustente que toda transformação é impossível enquanto persista o controle ideológico dos meios monopolizados pelos oligopólios locais e seus aliados transnacionais.

Quem surgiu primeiro, o ovo ou a galinha? A prática demonstra que até nas condições da mais terrível opressão, nunca deixou de aparecer uma folha mimeografada ou uma parede pintada com risco da própria vida. A sofisticação da sala de teletipos computadorizados do *pool* do Terceiro Mundo e o humilde jornal mural de uma aldeia na selva moçambicana estão estreitamente ligados pela meta comum de expulsar a raposa do galinheiro. ●

ALASEI: A AGÊNCIA LATINO-AMERICANA

□ A idéia de criação de uma agência regional de informação na América Latina tem mais de meio século. Ela foi mencionada pela primeira vez durante a reunião inaugural da União Panamericana de Jornalistas em Washington, em 1925. Desta data em diante surgiram várias tentativas que por motivos diversos acabaram não alcançando seus objetivos. Entre elas está o caso da Prensa Latina, criada em Cuba, em 1959, por um jornalista argentino com o objetivo de se transformar numa agência regional. O bloqueio político e econômico contra o governo de Fidel Castro tornou no entanto impraticável esta meta. Prensa Latina acabou se transformando numa agência cubana, sendo entre todas as agências do Terceiro Mundo, a que possui uma das maiores redes de correspondentes e assinantes.

Mais tarde, na década de 70, 13 jornais latino-americanos de tendência conservadora e liberal resolveram criar a Latin, imitando de alguma forma o exemplo da Associated Press, norte-americana. Mas divergências internas e problemas operacionais acabaram levando a Latin a se associar com a agência inglesa Reuters, da qual é hoje quase uma sucursal latino-americana. O noticiário da Latin não tem características regionais porque segue os padrões editoriais britânicos.

A Inter Press Service tem em seu corpo de redatores um grande número de jornalistas latino-americanos. Mas ela não é a rigor uma agência regional, embora no momento venha assessorando várias iniciativas de profissionais e governos do continente para criar um sistema noticioso alternativo.

Tentativas mais recentes são as da Agência Sul-Americana de Imprensa (ASP) ligada à Federação de Jornalistas Latino-Americanos (Felap), com sede legal no Panamá e a redação em Quito, Equador. A ASP está estruturada com base nas Federações, Associações e Sindicatos de Jornalistas do continente. Mas ainda não conseguiu uma penetração ampla na maior parte dos veículos de informação da América Latina.

Em Miami, foi criada no final da década de 70 a Agência Latino-Americana (ALA), reunindo em sua direção vários jornalistas anti-castristas. A ALA distribui features e artigos publicados pela

revista Opiniones Latinoamericanas, editada pela mesma empresa.

Mais recentemente nove grandes jornais latino-americanos (La Nación, de Buenos Aires; El Universal, do México; El Mercurio e La Tercera, de Santiago do Chile; La Prensa, de Lima; El Comercio, de Quito; El Colombiano, de Medellín; ABC Color, de Assunção e El Día, de Montevidéu) decidiram organizar um intercâmbio de artigos jornalísticos.

São iniciativas das mais variadas marcas ideológicas, mas que refletem um descontentamento comum com as fontes noticiosas atuais. A mais ambiciosa entre elas talvez seja a que proximamente dará origem à Alasei (Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação). O Comitê de Ação da Alasei foi constituído em maio do ano passado, durante uma reunião com delegados de sete governos latino-americanos (México, Venezuela, Costa Rica, Cuba, Panamá, Equador e Nicarágua). A agência regional se propõe a elaborar reportagens do tipo feature, dando ênfase especial à integração do noticiário e dos processos políticos, visando aumentar a cooperação entre indivíduos, nações e grupos sociais. Será dada também preferência ao conteúdo social, com valorização dos grupos humanos em vez da personificação.

A direção da Alasei conta com representantes das organizações regionais de jornalistas, donos de veículos de comunicação, cientistas e investigadores da informação e com representantes dos governos participantes do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano). A organização começa a se estruturar com o apoio financeiro do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), patrocinado pela Unesco.

Ao fornecer US\$ 70 mil para a Alasei, a Unesco deu um aval político à agência regional de informações, que não pretende substituir as agências noticiosas tradicionais de propriedade privada, estatal ou mista. A agência provavelmente terá sua sede em Caracas, onde também está localizada a direção do Sela. O início das operações ainda não tem data marcada, mas se acredita que até o ano que vem a Alasei estará distribuindo seu material a jornais, revistas e emissoras de rádio da América Latina.

IPS: a objetividade alternativa

ИЗВЕСТИЯ PETROLEUM
ECONOMICS
Editorials On File
Wall Street Journal

O que é objetividade na informação? Para os que se propõem a informar segundo uma ótica do Terceiro Mundo, a resposta é crucial porque consideram necessário revisar os falsos conceitos de objetividade estabelecidos já há muito tempo pelo sistema informativo transnacional, mas são escassas as experiências alternativas que possam servir como modelo.

A busca de um conceito de objetividade terceiro-mundista mobilizou durante quase 18 anos os editores e correspondentes da agência de notícias *Inter Press*, uma cooperativa de jornalistas criada em 1964, para tentar romper o monopólio de empresas informativas como *United Press International*, *Associated Press*, *France Press* e *Reuters*. Hoje os correspondentes e colaboradores da *Inter Press* espalhados por 70 países estão começando a pôr em prática novas idéias sobre como deve ser a informação.

A IPS acha que a objetividade na seleção dos fatos não existe. Essa seleção é feita sempre segundo critérios subjetivos ligados aos interesses de quem controla o veículo. *UPI*, *AP*, *France Press* e *Reuters* informam segundo a ótica dos países do hemisfério norte. A *Inter Press* se coloca numa ótica do hemisfério sul. A diferença é que a *Inter Press* assume o seu posicionamento, enquanto as quatro grandes omitem suas vinculações, para se apresentarem como universais e acima dos interesses geopolíticos.

No que a IPS não pretende ser diferente é no tratamento do fato escolhido. Na apresentação do material informativo, a agência tomou como norma que o alternativo não é a linguagem, a fraseologia ou a adjetivação, mas sim aquilo sobre o quê se informa. Os redatores da empresa acham que agindo assim seu trabalho fica muito mais difícil por-

que essa noção de objetividade implica o rompimento de uma série de conceitos profissionais estabelecidos já há algum tempo entre boa parte dos jornalistas do Terceiro Mundo, que atuam na imprensa alternativa.

Entre esses conceitos, a IPS identificou após longas discussões a questão da militância política e do partidarismo. Muitos correspondentes da agência achavam que ela, por ser alternativa, era uma espécie de tribuna ou estava automaticamente alinhada com algum partido. Os editores da agência assinalam alguns problemas surgidos no passado com a tendência de muitos correspondentes tomarem posição diante dos fatos descritos. Assim, foram frequentes as referências à "heróica luta do povo nicaraguense", quando, segundo a agência, o adjetivo acrescenta pouca coisa se não forem dadas informações complementares sobre o tipo de luta. A mesma observação foi feita com relação ao uso da expressão *reacionário*, considerada editorializante e identificada com um jargão político-partidário.

Ao analisar o serviço de seus colaboradores, a IPS verificou que muitos deles demonstravam uma tendência a qualificar os fatos em vez de descrevê-los. A diferença entre estes dois pontos é sutil na teoria, mas bastante clara na prática. O que aconte-





Não são os adjetivos que definem a essência da informação, e sim a escolha dos protagonistas

ceu em várias ocasiões é que nos 60 países que compram os serviços da agência, alguns itens do noticiário eram encarados como propaganda, fato que colocava os editores numa posição de desconfiança em relação a informações verdadeiras e sumamente importantes. Assim, a forma acabava prejudicando o conteúdo de uma notícia oriunda do Terceiro Mundo.

A IPS acha que não basta uma troca de informações no sentido Sul-Sul, mas é necessário levar o seu material até os grandes jornais e veículos de comunicação do hemisfério norte. Na Europa e Estados Unidos, a imprensa está claramente influenciada pelos padrões informativos das quatro grandes agências. Além de sua formidável capacidade de penetração e do seu poder econômico, elas conseguiram desenvolver um estilo próprio, que passou a ser considerado como "objetivo". Na verdade, o estilo procura evitar a aparência de propaganda, para que o critério subjetivo de seleção seja

aceito sem dúvidas. Por isso, o material de uma UPI, AP ou Reuters circula não só através da imprensa conservadora, mas também através dos jornais de esquerda. A preocupação em tentar evitar que o seu material pareça propaganda foi sem sombra de dúvida um dos maiores êxitos das agências transnacionais.

A IPS distribui seus serviços em cinco línguas (espanhol, português, inglês, alemão e árabe), oferecendo aos seus assinantes, além do material informativo normal, reportagens especiais sobre economia, cultura, agricultura, petróleo, meio-ambiente e noticiário sobre assuntos religiosos. A agência, proprietária da sexta rede mundial de teletipos, não tem fins lucrativos. Ela distribui ainda os serviços de várias agências informativas estatais do Terceiro Mundo, assessora a Unesco na questão da Nova Ordem Informativa e serve de secretaria para a Asin (Ação de Sistemas Informativos Nacionais). (Ver quadro.)

Um dos exemplos mais demonstrativos dos diferentes critérios de seleção de fatos e agentes do noticiário pode ser dado quando se informa sobre aumentos nos preços de matérias-primas, como o petróleo. As agências *UPI*, *AP*, *France Press* e *Reuters* procuram sempre relacionar esses aumentos com a elevação do custo de vida, inflação, desemprego e desequilíbrios orçamentários nos países industrializados do Norte. Essa atitude é motivada basicamente pela implantação econômica dessas agências num universo bem determinado e perante um público bem definido.

Já uma agência alternativa do Terceiro Mundo tem que se preocupar prioritariamente com a necessidade dos países produtores em manter o seu poder aquisitivo num mundo econômico onde os preços dos produtos manufaturados do Norte estão em alta constante, provocando um fluxo desfavorável de divisas dos menos para os mais ricos.

Inverter a tendência em julgar os fatos a partir da ótica difundida pelas quatro grandes agências transnacionais é um trabalho que os editores da IPS consideram difícil e longo, porém extremamente necessário e efetivo. Trata-se de desfazer preconceitos, esforço no qual muitos erros já foram cometidos pelos profissionais empregados numa Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), como reconhecem muitos editores da IPS.

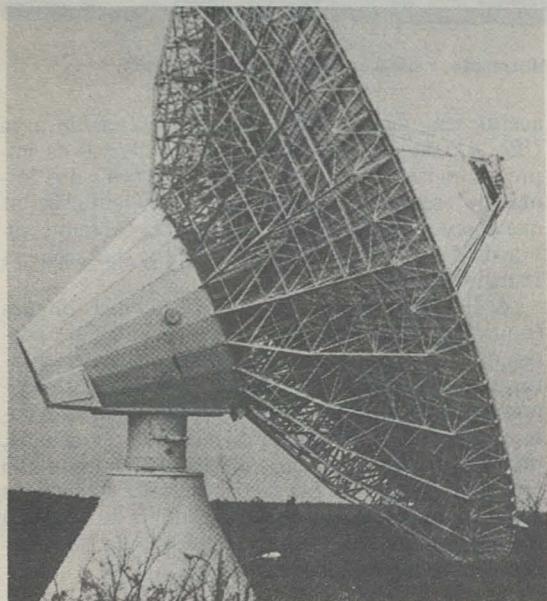
No que se refere ao conteúdo de seu noticiário, a *Inter Press Service* decidiu aumentar o volume das informações econômicas, por ser este um setor onde a discriminação ideológica é menos visível. Alguns jornais recusam o noticiário político da IPS



sob a alegação de que ele é propagandístico. A agência reconhece que, em alguns casos, esse adjetivo teve a sua razão de ser, mas na maioria dos casos ele serviu para disfarçar uma recusa sumária em veicular informações do Terceiro Mundo. No terreno da economia, os responsáveis pelas grandes empresas estatais ou privadas têm hoje uma grande necessidade de informações sobre o Terceiro Mundo, e frequentemente recorrem à IPS como fonte informativa sem preconceitos ideológicos.

Fenômeno semelhante ocorre no noticiário cultural. Informações sobre o *show-business* europeu e norte-americano são largamente difundidas pelas quatro grandes agências. O noticiário cultural vindo do Sul é praticamente nulo. Para as "quatro grandes", cultura é artigo de consumo, enquanto que para uma agência alternativa significa material para reflexão. Recentemente, no entanto, o público do Norte começou a mostrar um certo cansaço em relação ao esmagador volume de consumismo cultural, passando a dar atenção ao material cultural do Terceiro Mundo. Ainda há uma forte marca de exotismo na apreciação desse tipo de demanda de informação, mas está aberta uma brecha, conforme registraram os editores da IPS.

Mas, também nesse setor, o "jornalismo alternativo" começa a descobrir uma nova maneira de informar. Não são os adjetivos que definem a essência da informação alternativa, mas a escolha dos elementos atuantes, a seleção das relações, consequências e causas. Em resumo, é necessário aprimorar uma outra forma de ver e transmitir a realidade mundial, em vez de tentar impor a alternativa apenas por qualificativos.



Para a IPS, o alternativo é aquilo sobre o quê se informa

Peru: liberdade de imprensa, para quem?

Abraham Lama



Quais os fatores que determinam a liberdade de imprensa num país? Como se pode medir sua vigência? A liberdade de imprensa é sinônimo de liberdade para criar empresas jornalísticas?

Há vários anos essas perguntas constituem o eixo de uma discussão tão doutrinária quanto política em muitos países. No Peru, foi em nome da liberdade de imprensa, que o governo militar do general Velasco Alvarado confiscou os jornais em 1974 e os entregou a entidades que deviam representar os setores sociais. Aludindo aos mesmos princípios, o governo do arquiteto Belaúnde Terry os devolveu aos seus antigos donos, em 1980.

Ambos os regimes foram acusados pelos sindicatos jornalísticos de reprimir a liberdade de expressão. Se bem que, na verdade, a chamada "socialização da imprensa",posta em prática pelo general Velasco Alvarado, obteve o respaldo de um setor do sindicato dos jornalistas.

"Desacato jornalístico"

Em fevereiro, a Federação de Jornalistas do Peru emitiu um comunicado exigindo a revogação das modificações do código penal implantadas pelo atual governo para criar a figura delictiva do "desacato jornalístico".

Essa lei foi utilizada para pôr três jornalistas na prisão: o diretor de um semanário oposicionista e dois editores de informativos radiofônicos provincianos. O diretor do matutino de esquerda *El Diario de Marka*, Sinesio López, também prestou depoimento diante de um tribunal correicional.

A imprensa independente e a maioria dos partidos, inclusive o Partido Popular Cristão (situacionista), sócio menor do Executivo, estão de acordo ao declararem a "lei do desacato" como uma ameaça permanente contra o direito de emitir opini-



Velasco Alvarado

nião e de usar a imprensa para denunciar as imoralidades burocráticas.

Um comentário editorial do matutino independente *El Observador* assinala que a maioria dos assinantes do projeto de lei que criou o delito do desacato, convertido agora em lei, esteve vinculada a algum fato doloso.

“O senador Mirko Cuculiza foi mencionado em mais de um caso obscuro com a alfândega; o senador Javier Díaz Orihuela está metido até o pescoço no caso *Sanitas* (compra dolosa de uma empresa privada com dinheiro público) e o senador Orlando Balarezo foi acusado de ter recebido um ‘suborno rolante’ (um automóvel)”, lembra o citado editorial.

O comentário de *El Observador* sustenta que a discutida lei foi promovida por um setor do partido oficial “que abrange desde deputados expulsos, suspeitos de narcotráfico, até honestos legisladores e representantes inteligentes”.

Segundo declara o deputado oposicionista Javier Valle Riestra, a natureza política da chamada “lei contra o desacato” prova-se pelo uso que se fez dela. O jornalista Augusto Zimmerman encontra-se preso por informar que o deputado governista Dagoberto Laynez nasceu em território chileno e, por conseguinte, era discutível seu direito de ser parlamentar. O deputado Laynez provou que seus pais o tinham registrado no consulado do Peru e declarou-se ofendido.

Por seu lado, o diretor do matutino *El Diario de Marka* foi acusado pelo ex-presidente da Câmara de Deputados, Javier Alva Orlandini, porque o órgão sob sua direção sustentou em sua seção política que “Alva quer eliminar a oposição” e ter autorizado uma notícia sobre a aparente intervenção do citado parlamentar para evitar a prisão de uma funcionária que cometeu um peculato multimilionário.



Passeata em defesa da socialização da imprensa

“Na opinião de Alva Orlandini, uma forma de demonstrar que ele não quer liquidar a oposição é prender os oposicionistas que afirmem isso”, comenta, por seu lado, o advogado Roberto Ato del Avellanal, defensor de Sinesio López.

As pressões econômicas

A luta contra a figura delictiva do “desacato jornalístico”, que a federação dos sindicatos denomina de “lei mordaça”, deve mobilizar os homens de imprensa e os setores políticos nas próximas semanas.

Mas os riscos de editar publicações oposicionistas não estão unicamente na “lei do desacato”. Pele menos um jornal, *El País*, foi estrangulado por uma decisão dos interventores do Banco Central, numa manobra, segundo afirmam os círculos de oposição, dirigida também contra o jornal diário *El Observador*.

Este último órgão pertence ao grupo financeiro *Vulcano*, cuja cabeça visível é o jovem empresário Luis León Rupp, que saltou há alguns anos do negócio imobiliário para uma espetacular expansão nos serviços e na indústria. Rupp desenvolveu sua fortuna empresarial com as plataformas nacionalistas que o governo das forças armadas impôs, apoiando as exportações industriais, estatizando as matérias-primas e reduzindo as tarifas dos serviços públicos de energia.

É provável que a sua origem tenha marcado ideologicamente o jovem Luis León Rupp, que é contra a política ultraliberal do primeiro-ministro Manuel Ulloa, acusado de “pinochetista e defensor das transnacionais” pelos empresários industriais. Rupp criou, em novembro do ano passado, seu jornal diário, *El Observador*, que reflete os critérios políticos do setor industrial e admite, em suas páginas editoriais, artigos de personalidades de direita e de esquerda, opositoras ao regime do presidente Belaúnde.

O primeiro-ministro acusado, que é também ministro de Economia, dispôs uma medida corretiva contra o centro financeiro de León Rupp, o Banco da Indústria e da Construção (BIC), por ter utilizado parte do encaixe bancário que devia manter imóvel.

Rupp protestou contra a intervenção a seu banco, assinalando que outras entidades do mesmo setor, haviam incorrido também no mesmo erro, e sustentou que o Banco Central lhe havia colocado uma armadilha, ao efetuar depósitos vultosos e retirá-los depois, de surpresa.

O BIC foi liquidado (caso único na história bancária desse país) e os interventores tiveram oportunidade de obrigar o fechamento de outros recém-criado jornal oposicionista, *El País*, exigindo-lhe o pagamento imediato de um crédito de 300 milhões

de soles, apesar da dívida estar respaldada por propriedades imobiliárias superiores a um bilhão de soles.

El Observador suportou uma pressão financeira e, embora tenha moderado um pouco seu tom opositor, trava uma campanha jornalística para conseguir a revogação da "lei do desacato", que poderia ser aplicada a qualquer momento contra seus diretores.

Uma experiência efêmera

Esse é o panorama da imprensa peruana em 1982. Faz pouco mais de um ano, em novembro de 1980, o presidente Belaúnde devolveu os jornais confiscados pelo regime militar a seus ex-proprietários. Ao fazê-lo, sustentou que "a imprensa deve ser sempre livre e alheia às vontades do poder político". No entanto, os defensores do esquema de imprensa que o regime militar montou, destacam que o general Velasco Alvarado não estatizou os jornais, mas os entregou — ou preparava-se para fazê-lo — aos setores sociais politicamente organizados.

De fato, o mais importante jornal confiscado, *El Comercio*, foi entregue aos camponeses beneficiados com a reforma agrária. O segundo jornal, *La Prensa*, às comunidades de trabalhadores da indústria; o *Expreso*, às organizações do magistério; o *Correo*, às organizações que representam as profissões liberais (advogados, médicos, engenheiros etc.); e *Ojo*, aos artistas e intelectuais.

Esse esquema foi combatido infrutiferamente pelos ex-proprietários dos órgãos confiscados e pelos seus mais próximos colaboradores jornalísticos.

A experiência de Velasco Alvarado durou muito pouco. Seu sucessor no governo militar, o general Francisco Morales Bermúdez, não cumpriu a promessa de entregá-los aos setores sociais organizados que deviam ser seus donos.

Mais tarde, o presidente Fernando Belaúnde Terry liquidou totalmente as "socializações" da imprensa e devolveu os jornais a seus ex-proprietários. O esquema liberal posto em andamento pelo presidente Belaúnde originou o aparecimento de cinco novos jornais diários. Um deles, *El País*, desaparecido a uns 15 dias de nascido; outro, *El Observador*, ameaçado financeiramente, enquanto *El Diario de Marka* prepara-se para aprender a sobreviver, escapando às armadilhas judiciais da controvertida "lei do desacato".

Finalmente, os outros dois restantes são: *La República*, de linha sensacionalista e limitada oposição, e o *AM*, um mini-jornal de circulação reduzida (oito mil exemplares em tamanho tablóide), de propriedade dos jornalistas e fotógrafos que o editam. Esses dois resistem precária e heroicamente. •

Asin: quando o Estado informa

José M. Pasquini, secretário executivo da Asin

ИЗВЕСТИЯ ПЕТРОЛЕУМ
ANS Editorial on THE
WALL STREET JOURNAL

Primeiro argumento: pela inevitável busca de máxima rentabilidade, a empresa privada é incapaz de informar com responsabilidade social sobre a realidade do novo mundo.

Segundo argumento (e oposto): quando o Estado se encarrega de informar, o faz em proveito do governo e, pior, inibe ou anula a liberdade de expressão e a iniciativa individual, não importa que o regime seja capitalista ou socialista.

Ambos argumentos costumam apresentar-se como irredutivelmente opostos e dogmas de fé, de tal forma que o mito substitui a realidade.

Aceito o mito, a probabilidade de um processo de modificações sucessivas não existe. Os privatistas batalham por deixarem as coisas como estão, enquanto que os estatistas rigorosos se consolam pensando que um dia a socialização completa resolverá as insuficiências do regime vigente.

Baseado na própria experiência e, por sorte, na de muitos outros, não creio que o já estabelecido, que é imperfeito, ou a marginalidade esperançada sejam as únicas posições possíveis para atuar agora.

É compreensível que nos países industrializados do Ocidente, confiando em sua própria história, muitos não entendam os motivos pelos quais o Estado possa ter que intervir nos assuntos de informação. Seus próprios mercados privados, não governamentais, são um bom apoio para qualquer empresa noticiosa: basta analisar a renda da maior agência do mundo, a *Associated Press*, para comprovar que o mercado norte-americano contribui com mais de 90% de suas rendas (mais de cem milhões de dólares ao ano).

Mas na realidade do Terceiro Mundo esses mercados poderosos não existem, as empresas são pequenas e não estão dispostas a gastar um só centa-

vo que não tenha margem de lucro, de modo que só trabalham com o mínimo de recursos e exclusivamente nas praças publicitárias mais rentáveis, isto é, nos maiores centros urbanos. Na lógica comercial, isso é absolutamente justificado, mas não pode ser considerado como um modelo social de democracia, muito menos numa região onde mais da metade da população vive em áreas rurais.

Para que todos recebam pelo menos a informação, tanto na cidade como no campo, é preciso obter recursos de caráter social e não meramente comerciais. Somente o Estado está em condições de dar essas contribuições, o que não significa que por isso deva necessariamente ser abolida a liberdade de expressão ou a liberdade individual.

Não é uma questão de ética e sim, sobretudo, um assunto político: trata-se de saber se é viável criar e ampliar as possibilidades democráticas de uma sociedade, dando igualdade de oportunidades reais, ou se a comunicação tem que seguir sendo patrimônio de minorias.

Por outro lado, a questão é saber se podem ser criados mecanismos democráticos de informação em sociedades que, em geral, ainda se caracterizam pela desigualdade social e pela injusta distribuição de riquezas e onde há milhões que passam fome. A resposta, a nosso ver, é afirmativa se se considera o desenvolvimento como um processo e não como um corte de cirurgião, rápido e definitivo.

Intercâmbio informativo

A experiência da Asin (*Acción de Sistemas Informativos Nacionales*) resultou confiável e útil para apoiar essas afirmações. Criada em 1979 como um sistema de intercâmbio informativo entre 13 governos, por decisão unânime de seus membros, foi eleita uma empresa privada como gestor operativo do sistema. Este trabalho é feito pela agência IPS (*Inter Press Service*), uma cooperativa sem fins lucrativos.

E essa combinação de esforços estatais e privados está dirigida à criação de uma fonte alternativa (não substitutiva) de informação sobre os processos nacionais e, ao mesmo tempo, um mecanismo de integração que incentiva a cooperação bi e multilateral, tanto dentro do mesmo sistema como fora dele.

O resultado é que a quase três anos de sua fundação, a Asin já contabiliza:

1) Um boletim diário de 12/14 mil palavras em espanhol e inglês, com notícias elaboradas pelas agências nacionais dos países membros. A isso se agregam as notícias de organismos como o Pacto Andino ou Caricom (*Caribbean Community*) que circulam pela rede da Asin.

2) Realiza uma análise mensal de conteúdo (experiência única no mundo pela continuidade e pela



Criar mecanismos democráticos de informação em sociedades ainda caracterizadas pela desigualdade social

vontade autodidata) pela qual pode-se comprovar que os governos, apesar de algumas vacilações e preconceitos, se ocupam especialmente de temas econômicos e de cooperação inter-regional ou internacional. Ambas as rubricas perfazem quase 50% do conteúdo temático do boletim diário.

3) Tem impulsionado a formação de agências nacionais em vários países e integrar, até agora parcialmente, o Caribe de fala inglesa à América Latina de língua espanhola.

4) Serviu para manter canais informativos abertos, inclusive quando dois ou mais países do sistema enfrentaram problemas bilaterais entre eles, mesmo de certa gravidade. Em tal sentido é uma contribuição concreta aos esforços de paz e boa vontade, de autodeterminação e respeito mútuo entre nações.

5) Realizou seu primeiro seminário de treinamento de jornalistas de agências nacionais, com grande sucesso.

6) Liga os Estados membros à vida das organizações e entidades de diversos tipos que se ocupam da comunicação através de um boletim mensal de informação.

7) Está procurando novas formas de integração informativa na região e a ampliação do número de seus associados e da cooperação internacional. Tem acordos de intercâmbio com a Federação Árabe de Agências de Notícias, com o pool dos Não-Alinhados e com outros organismos de igual caráter.

Não há dúvida que somente o exposto, uma pequena mostra das realizações e objetivos da Asin, ratificam o já dito. É possível pôr em marcha processos de desenvolvimento, sem necessidade de aceitar o status-quo ou esperar a hora da utopia realizável. A resignação nunca foi instrumento de mudança. A imperfeição é uma maneira de caminhar.

O pluralismo das direitas

Ao realizar eleições condenadas pela opinião pública mundial, a Junta salvadorenha e o governo Reagan pretendem ampliar a participação dos partidos de direita no governo de El Salvador.

Tudo isso em busca de apoio na repressão aos guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

Carlos Javier Guerrero*



Poucos acreditam que as eleições possam democratizar o país

A opinião geral entre os salvadorenhos é que dificilmente as eleições modificarão a imagem repressiva do regime. Tal sensação resulta do fato de que a grande maioria das pessoas vive aterrorizada, de que não há segurança em nenhuma parte, porque não só os assassinatos são rotineiros, como também as casas são invadidas, famílias sequestradas reaparecendo depois barbaramente eliminadas, ou simplesmente nunca mais são vistas. No interior do país, o ceticismo ainda é maior, porque as operações militares de aniquilamento não deixam margem de dúvida quanto à conduta criminosa do governo.

No plano interno, poucos acreditam que as eleições possam democratizar o país e muito menos acabar com o conflito. No plano externo, a Junta cívico-militar está cada vez mais isolada e dependente dos Estados Unidos. Diante dessas circunstâncias, ganha corpo a pergunta: Quais são os verdadeiros resultados procurados pelos Estados Unidos?

Enquanto as forças rebeldes propõem o diálogo com mediadores como fórmula para chegar

à negociação e ao cessar-fogo, o governo norte-americano, que é quem decide o que a Junta vai fazer, se opõe a todas as tentativas de negociação com os guerrilheiros, afirmando sem disfarce, que a rendição militar é a condição prévia para qualquer tipo de acordo político. Em outras palavras, só aceita discutir-se os interlocutores, negando toda evidência concreta, se autoproclamarem derrotados.

Isso mostra claramente que o projeto eleitoral é a única alternativa política que os Estados Unidos opõem à oferta de negociações feita pelos rebeldes. Mas a médio e longo prazo, o que in-

teressa à administração republicana de Reagan é uma recomposição da Junta salvadorenha, graças à inclusão de organizações de direita ou ultradireita, representadas nos diversos partidos que se apresentaram para as eleições.

Desde o dia 15 de outubro de 1979 (quando ocorreu o golpe de Estado) até o dia 31 de dezembro do mesmo ano, o governo salvadorenho teve uma fachada pluralista graças a um amplo expectro de movimentos que participavam do poder, inclusive o Partido Comunista. No começo de 1980, ocorreu a direitização do governo; as forças interessadas na democratização do país

* Jornalista salvadorenho

preferiram afastar-se do poder, exercendo uma posição crítica e até combativa. Mas esta não foi a posição adotada pelo Partido Democrata Cristão.

Os democrata-cristãos, a partir de janeiro de 80, se colocaram ao lado do comando das forças armadas, e formaram um governo que passou a facilitar a ingerência norte-americana nos assuntos internos de El Salvador. Mas, como a estratégia de contra-insurreição dos EUA tem como uma de suas técnicas favoritas a das reformas com repressão, Washington obrigou os militares e o PDC a promoverem uma reforma agrária em caráter de urgência, bem como outras medidas de mero impacto propagandístico.

Todas as tentativas reformistas acabaram em fracasso, provocando duros ataques dos ultra-conservadores da empresa privada que não pouparam severas críticas aos democrata-cristãos, culpando-os pelo descalabro econômico do país. Mas os ataques não ficaram no plano verbal. A oligarquia salvadorenha tentou várias vezes derrubar o regime, encontrando uma forte resistência no Departamento de Estado.

Um novo governo

Washington deu-se conta no entanto de que as críticas feitas aos democrata-cristãos e ao fracasso do projeto reformista criavam uma imagem negativa dos EUA na América Central. O governo norte-americano necessita que, a curto prazo pelo menos, a classe dominante salvadorenha, seus aliados tradicionais no exército, e a pequena e média burguesia se juntem num novo governo, já qualificado como "pluralismo das direitas" pela coalizão FMLN-FDR (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e Frente Democrática Revolucionária). Esse novo regime continuaria a usar força, repressão e残酷, permitindo ao

mesmo tempo que a ingerência norte-americana seja menos evidente.

O ex-reitor da Universidade de El Salvador e ex-candidato presidencial, Fabio Castillo Figueroa, hoje um membro da oposição democrática e revolucionária, afirmou recentemente numa entrevista que "sem fraude em larga escala, a DC não poderia ganhar a maioria dos votos dentro do conjunto de partidos de direita e extrema-direita". O dirigente oposicionista acrescentou que os 60 deputados a serem eleitos têm capacidade legal de mudar a Constituição e podem alterar a composição do governo, "o que seguramente levará à substituição de Duarte por alguém que mereça maior confiança da oligarquia".

Essa consideração implicaria o abandono da linha seguida pela administração Reagan, que deseja a manutenção dos democrata-cristãos e a inclusão de outros partidos de direita na Junta, para continuar a guerra. Quer dizer, a Casa Branca necessita da cumplicidade de todos os direitistas de El Salvador.

O doutor Héctor Dada Hirezi, ex-chanceler e ex-membro da Junta durante os primeiros meses de gestão da mesma, vive agora exilado no México. Ele garante que o "resultado das eleições em El Salvador foi decidido previamente por aqueles que têm capacidade para tanto". Na sua opinião, os militares, especialistas em fraudes eleitorais, "dividirão as cadeiras da assembleia nacional constituinte a ser criada, de forma que os sete partidos envolvidos no pleito estejam representados no novo congresso e comprometidos com o novo governo".

O co-fundador do Partido Democrata Cristão, que renunciou a seu cargo e abandonou a Junta, acha que o grupo de José Napoleón Duarte permanecerá no governo e que os militares lhe darão a maioria, não absoluta, na

assembleia constituinte, para que as decisões da administração Reagan possam ser mantidas, com o apoio de um ou dois dos partidos que entraram na eleição.

Dada Hirezi disse também que, no máximo, um mês depois da posse do organismo eleito, ocorrerá a derrubada de Duarte como presidente da Junta e sua provável substituição por Fidel Chaves Mena, um velho militante da DC, que atualmente é ministro de Relações Exteriores. A saída de Duarte não significará no entanto o seu afastamento do governo. Dada Hirezi se mostra muito seguro quando afirma que Duarte usará o resto do ano de 82 preparando sua campanha com vistas às eleições presidenciais de 1983.

De acordo com esse raciocínio, o projeto norte-americano está longe de abrir mão da Democracia Cristã, porque nenhum dos outros partidos direitistas salvadorenhos tem um mínimo de cobertura democrática diante dos aliados europeus dos EUA na Otan. O mesmo acontece com outros governos que, por distintas razões ou interesses, se alinharam à corrente que ainda concede alguma representatividade ao regime militar-democrata-cristão.

O panorama partidário

A composição da assembleia constituinte que a atual Junta de governo se propõe a formar, reunirá os seguintes partidos, cujas características e princípios ideológicos alinharemos a seguir:

Partido Democrata Cristão: fundado em 1960; em 1972 se aliou a duas organizações de esquerda, o Movimento Nacional Revolucionário e a União Democrática Nacionalista, para lançar a candidatura de José Napoleón Duarte e Guillermo Ungo para a presidência e vice-presidência. A coligação ganhou o pleito, mas os militares desconheciam os resultados, e mediante uma frau-

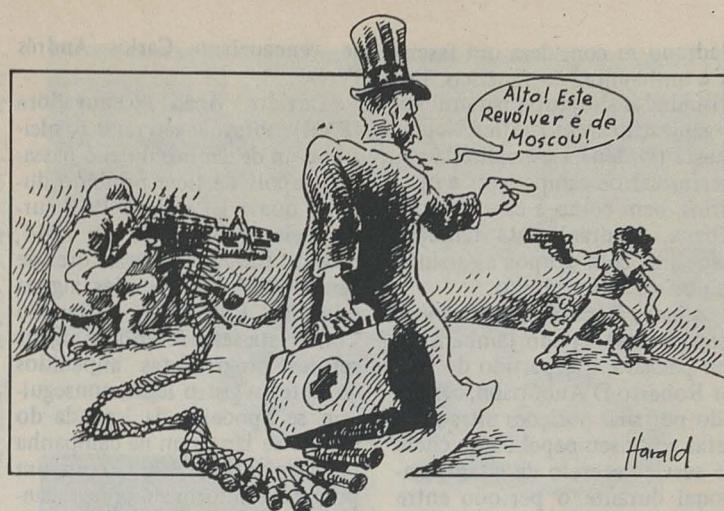
de escandalosa impuseram o coronel Arturo Armando Molina. Duarte e Ungo foram expulsos do país no auge de uma violenta crise, durante a qual amadureceram os preparativos insurrecionais.

Em 1977, o PDC e seus aliados postularam novamente a presidência, através da candidatura de Ernesto Claramount Rozzeville e seu companheiro de chapa, José Antonio Morales Ehrlich. A história voltou a repetir-se. Ganhou a União Nacional Oposicionista, nome da coligação dos três partidos, liderada pela DC; mas uma vez, os militares expulsaram do país os candidatos vitoriosos nas eleições, impondo no lugar deles, o general Carlos Humberto Romero que, dois anos mais tarde, seria derrubado.

A partir desse momento, o PDC se desgastou e se enfraqueceu devido à colaboração com os militares direitistas. As organizações político-militares de esquerda e os setores democráticos haviam conseguido um alto grau de desenvolvimento político e estavam conscientes de que o país necessitava de mudanças estruturais radicais. O mesmo não aconteceu com os democrata-cristãos que continuaram colaborando com os militares mais direitistas e mais alinhados com Washington. Guillermo Ungo afirma que Duarte fez um "pacto com o alto comando das forças armadas, à margem dos compromissos com o golpe de Estado".

Partido de Conciliação Nacional (PCN): fundado quase ao mesmo tempo que o PDC pelos membros mais conservadores das forças armadas e da oligarquia, transformou-se no partido do poder entre 1961 e 1979. No princípio, defendeu os objetivos reformistas da Aliança para o Progresso e, mais tarde, pôs em marcha a guerra antiguerilhas no país.

O PCN aperfeiçoou a fraude eleitoral e burlou todas as convenções legais com a finalidade



O duelo salvadorenho



Ostrategistas de Washington acham que somente intensificando a perseguição aos guerrilheiros será possível solucionar o conflito salvadorenho

de impor quatro presidentes militares. O partido é apontado como o maior responsável pela atual crise do país.

Partido Popular Salvadorenho (PPS): foi criado em 1965 para servir aos interesses da oligarquia latifundiária e quase sempre atuou em aliança com o PCN ou outras forças conservadoras.

Partido de Orientação Popular (POP): fundado no ano passado pelo general José Alberto Medrano, um militar aposentado que chefiou a repressão política entre 1950 e 1970, como diretor da polícia e da guarda nacional. É um homem de confiança da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) em El Salvador.

Medrano se considera um fascista e anticomunista fanático. Foi o fundador do grupo paramilitar Organização Democrática Nacionalista (Orden), especializada em aterrorizar os camponeses e operários, bem como a classe média urbana. Medrano está também associado com grupos assassinatos da polícia e do exército.

Aliança Republicana Nacionalista (Arena): criado também no ano passado, é o partido do major Roberto D'Aubuisson, conhecido por suas posições ultradireitistas e por seu papel como chefe do serviço secreto da guarda nacional durante o período entre 1970 e 1979. Foi treinado pela CIA nos Estados Unidos e é estreitamente ligado ao general Medrano, com quem supostamente divide a direção do Esquadrão da Morte e outras organizações anticomunistas.

Em maio de 1980, D'Aubuisson foi preso por conspirar contra a Junta democrata-cristã e, apesar das provas, foi posto em liberdade. Em março de 81, bem como em outras oportunidades posteriores, foi novamente acusado de conspirar contra a Junta. O slogan de D'Aubuisson e do seu partido é: "El Salvador será o túmulo dos vermelhos".

Partido de Ação Democrática (PAD): seu líder mais importante é o advogado empresarial René Fortin Magaña, um defensor da profissionalização das forças armadas e da modernização do sistema legal para que este ajude a classe economicamente mais forte. Sempre foi um aliado da empresa privada e seu partido muitas vezes é conhecido pelo apelido de "Rotary Club".

O PAD foi fundado em 1981, diante da preocupação dos Estados Unidos e da Junta em mostrar ao mundo que eram várias as forças dispostas a intervir no "processo democratizador" do país. A Ação Democrática não tem ligações com a Internacional Socialista, embora use o mesmo nome do partido do ex-presidente

te venezuelano Carlos Andrés Pérez.

Partido Ação Renovadora (PAR): obteve o seu registro eleitoral em dezembro do ano passado, depois de ficar proibido durante quase 14 anos. O PAR surgiu pela primeira vez em 1944, quando foi criado por setores de centro-direita, entre eles alguns militares. Em 1966, o Partido Comunista salvadorenho e alguns setores progressistas impedidos de obter registro legal, conseguiram se apoderar da legenda do PAR e se lançaram na campanha presidencial de 1967, com um programa reformista que escandalizou os grupos dominantes. Em 1968, o registro eleitoral do partido foi cassado.

O reaparecimento do PAR, três meses e meio antes das eleições de 82, indica que Washington e a Junta precisam de alguma oposição (mesmo aparente), distinta dos setores claramente direitistas e ultradireitistas. Apesar de usar atualmente uma linguagem que se pretende radical, o PAR é liderado hoje por Ernesto Oyarbide, um comerciante reconhecidamente de ultradireita, defensor das causas mais reacionárias, servidor incondicional dos governos militares das últimas três décadas.

Os resultados preparados

Bem antes das eleições, a Junta anunciou uma série de medidas cujo principal objetivo era tentar forçar o maior comparecimento possível às urnas. Assim foi decidido que qualquer eleitor poderia votar em qualquer parte do país; que bastaria a apresentação da carteira de identidade para habilitar o eleitor; que esta carteira receberia um carimbo e que o governo levaria as urnas a todas as regiões onde existissem pessoas interessadas em votar.

Como elemento adicional de pressão, as autoridades espalharam o rumor de que aquele que não tivesse o carimbo eleitoral

na carteira ficaria, no futuro, exposto a represálias. O regime tomou precauções para tentar apresentar ao mundo o maior índice possível de comparecimento.

A Junta não se preocupou com a possibilidade de que muitos eleitores venham a anular seus votos, porque não existem muitas dúvidas quanto à possibilidade das forças armadas trocarem os votos nulos ou em branco por votos falsos, ou encherem as urnas para dar a impressão de que o comparecimento foi maciço. Tudo isso porque a Junta sabe que precisa sair "legitimada" desse processo.

Os recém-promovidos generais Jaime Abdul Gutiérrez (membro da Junta), José Guillermo García (ministro da Defesa) e Carlos Eugenio Vides Casanova (diretor da guarda nacional) têm ampla experiência em adulteração de resultados eleitorais. Eles já fizeram coisas bem difíceis em ocasiões bem mais complicadas. Para eles, mudar os resultados do pleito do dia 28 de março não chega a ser uma tarefa árdua.

Corrida às armas

O interesse fundamental dos Estados Unidos é assegurar a manutenção do projeto militar, porque os estrategistas de Washington acreditam que somente intensificando a perseguição aos guerrilheiros é que será possível alcançar uma solução para o conflito salvadorenho. Assim, enquanto foram feitos todos os esforços para garantir a realização das eleições, foi anunciado que os EUA estão treinando 1.500 militares salvadorenhos na Califórnia.

Washington também tenta convencer o governo argentino a enviar soldados para El Salvador e fornece equipamento militar ultra-sofisticado à Junta. Foi autorizada uma ajuda adicional aos militares salvadorenhos a pretexto de que as armas cuba-

nas estavam aumentando a capacidade ofensiva da FMLN, que recentemente conseguiu destruir 70% da aviação militar da Junta.

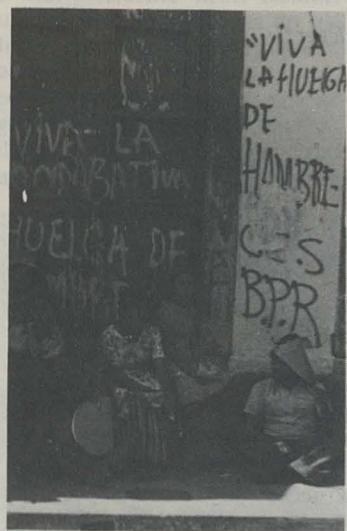
O apoio norte-americano supera atualmente a cifra dos 55 milhões de dólares. Além dos novos pedidos de armas feitos por Reagan ao congresso norte-americano, se incluem seis helicópteros Huey e cinco aviões C-47, que se destinam a substituir as unidades destruídas.

A Junta salvadorenha poderá contar agora também com aviões norte-americanos do tipo A-37, uma espécie de bombardeiro leve, para dois lugares, aperfeiçoado na guerra do Vietnã. Eles podem voar a 750km/h, e estão equipados com metralhadoras, lança-foguetes e bombas de napalm. O exército salvadorenho disporá também de aviões de transporte C-123 com capacidade para 60 soldados e aviões de reconhecimento O-2, com equipamento eletrônico para identificação de objetivos. Nenhum desses aviões esteve antes em operação em países centro-americanos.

Esse fortalecimento militar da Junta foi acompanhado de um esforço de legitimação política do regime presidido por José Napoleón Duarte. Para isso, os Estados Unidos conseguiram no dia 19 de janeiro que os governos de Honduras, El Salvador e Costa Rica formassem a Comunidade Democrática Centro-Americana.

Os objetivos teóricos dessa entidade receberam o apoio dos ministros de Relações Exteriores da Venezuela e Colômbia, bem como do subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Enders, que estiveram em Tegucigalpa, no dia 27 de janeiro, para a posse do novo governo hondurenho.

O principal objetivo dessa iniciativa é alcançar o apoio internacional para os resultados das eleições salvadorenhas, uma vez que vários países não acreditam que elas possam servir para algu-



O fortalecimento militar da Junta por parte dos Estados Unidos esteve acompanhado de um esforço de legitimação política do regime, porém, para a Frente Democrática Revolucionária, Washington acabará reconhecendo que as eleições não enganam a ninguém

ma coisa na falta de negociações políticas entre o governo e a coalizão FMLN-FDR. Os especialistas de Washington esperam que a associação de Honduras e Costa Rica com a Junta de El Salvador dê credibilidade aos resultados eleitorais do dia 28 de março. A Guatemala foi excluída dessa Comunidade por seus antecedentes no que se refere à violação dos direitos humanos. A Nicarágua e o Panamá foram igualmente excluídos por terem se manifestado a favor de negociações e contra a tese eleitoral da Casa Branca.

Funcionários norte-americanos admitiram que a administração Reagan representou um importante papel na constituição

da Comunidade Democrática Centro-Americana, embora fazendo força para aparentar que a iniciativa não teve vínculos com Washington. No começo de fevereiro, o jornal *New York Times* mencionou um funcionário norte-americano que teria dito o seguinte: "Seria muito interessante se a Comunidade pudesse endossar a legitimidade das eleições salvadorenhas, depois que elas fossem realizadas". Salvador Samayoa, membro da Comissão Político-Diplomática da coalizão FMLN-FDR, e ex-ministro da Educação logo depois do golpe de 1979, acredita que os Estados Unidos acabarão terminando por aceitar a negociação, quando se convencerem que não enganam a ninguém com eleições. "Creio — prosseguiu ele — que chegará o momento em que os fracassos políticos e militares internos, bem como a pressão internacional, obrigarão o governo Reagan a negociar, porque o imperialismo só discute quando já não tem mais a alternativa do triunfo militar".

A geopolítica de uma crise

O presidente equatoriano Osvaldo Hurtado conseguiu neutralizar uma crise que poderia levar ao golpe de Estado. Mas o governo democrata-cristão ainda não tem certeza se chegará ao fim do seu mandato

José Steinsleger*

A insólita disputa entre o presidente Osvaldo Hurtado e o vice-presidente León Roldós, junto com a inquietação nas forças armadas em relação ao conflito fronteiriço com o Peru, mantiveram em suspenso as expectativas políticas sobre as eleições marcadas para 1984.

As indefinições predominantes na política equatoriana afloraram no final de janeiro passado, quando em dois episódios aparentemente isolados, surgiu um confronto dentro dos escalões mais altos do poder civil e das forças armadas.

O elemento detonador surgiu a propósito de declarações do presidente Hurtado a uma revista de Guayaquil, onde o chefe de Estado reafirmou suas idéias sobre a questão do conflito fronteiriço com o Peru, repetindo afirmações feitas à televisão no dia 10 de janeiro passado. Ao mesmo tempo, se referiu a alguns aspectos da personalidade de Jaime Roldós, o seu antecessor, que morrera em circunstâncias ainda não esclarecidas num acidente aéreo, a quase um ano atrás, e irmão do atual vice-presidente.

Os dois comentários provocaram uma resposta pública do vice-presidente, que qualificou as



Osvaldo Hurtado

posições de Hurtado sobre a questão fronteiriça como "alheias ao interesse nacional" e considerou "injuriosos" os termos usados pelo presidente em relação ao seu antecessor.

A polêmica ainda não havia sido solucionada, quando o general Richelieu Levoyer, chefe do estado-maior conjunto se rebelou intempestivamente contra opiniões do almirante Raúl Sorroza, então ministro da Defesa, a propósito da disputa fronteiriça com o Peru.¹

Quatorze generais se solidarizaram com Levoyer, que qualificou como derrotista a posição assumida pelo ministro da Defesa.²

Origens do conflito

Na realidade, os acontecimentos são o mais recente sangra-

mento de uma antiga ferida. No ano passado voltaram a surgir atritos nas complicadas relações entre os dois partidos do governo, a Democracia Popular (DP - democrata-cristão) e o movimento Povo, Mudança e Democracia (PCD - *Pueblo, Cambio y Democracia*) - agrupamento criado pelo falecido presidente Jaime Roldós.

Por outro lado, o reaquecimento da disputa militar com o Peru generalizou a polêmica, colocando-a no epicentro do tabuleiro político equatoriano.³

Até a morte de Roldós, a DP, um partido sem grande massa eleitoral, preparou com relativa eficácia sua rede de quadros e dirigentes intermediários, contando com o amparo do poder do vice-presidente. Com o Conselho Nacional de Desenvolvimento (Conade) nas mãos, Hurtado concebeu um plano econômico inspirado na doutrina internacional da democracia cristã: distensão na luta de classes, favorecimento da pequena e média indústrias e incentivo à atividade econômica estatal.

(1) Levoyer, de grande prestígio no exército e em numerosos setores populares, é um general vinculado à velha guarda de oficiais nacionalistas que se pronunciaram no golpe de 1972. Nesse ano, ele participou, de forma decisiva, no chamado Plano de Reestruturação Jurídica do Estado e denunciou a firma norte-americana Marlboro por "entorpecer o processo de retorno à democracia".

(2) No México, alguns meios de comunicação, como *El Día* e *Uno Más Uno*, sugeriram que o almirante Sorroza pode ter estado comprometido na tragédia que custou a vida de Roldós. No Equador, os partidos de esquerda acusam-no de aliado dos regimes militares do Cone Sul, principalmente Argentina e Chile.

(3) Segundo relatório técnico da empresa petrolífera norte-americana Mobile, datado de 1964, o vale do rio Santiago que margina a cordilheira é rico em petróleo. Outros documentos afirmam que o vale do Nangaritza, localizado nessa área, encerra urânio e possui altíssimas concentrações de cobre.

* Correspondente de "cadernos do terceiro mundo" no Equador

Mas a morte inesperada de Roldós criou uma nova situação e obrigou os democrata-cristãos a reformularem as regras do jogo, depois que o ex-vice-presidente Hurtado assumiu o poder. Sem o controle do Conade, e obrigado a assumir e dar continuidade a uma gestão governamental que já demonstrava sinais de não poder cumprir as promessas de reforma social feitas durante a campanha eleitoral, Hurtado passou a enfrentar um amplo leque político opositor.

A situação se tornou mais complexa depois da renúncia do social-democrata Raul Baca Carbó à vice-presidência, cargo que deveria assumir automaticamente, pois era presidente do Congresso Nacional. Os deputados foram chamados a resolver o impasse através de uma votação para escolher o novo vice-presidente.

Com uma diferença mínima, León Roldós venceu o candidato da Concentração de Forças Populares (CFP), numa votação em que o fato mais significativo foi o elevado número de abstenções (26 entre 67 votantes), impossibilitando o aparecimento de um bloco político claramente majoritário.

As vésperas da votação no Congresso, contava-se ainda com a unidade do bloco centro-esquerda. Porém ficou claro pouco depois que a unidade estava rompida. Este bloco era formado pela Esquerda Democrática (ID), Democracia Popular (DP) e pelo movimento Povo, Mudança e Democracia (PCD). A ID e a DP se abstiveram na hora de votar. Hurtado e seus correligionários não demonstraram nenhum alvoroço com a escolha de León Roldós.

Semelhanças e diferenças de um projeto

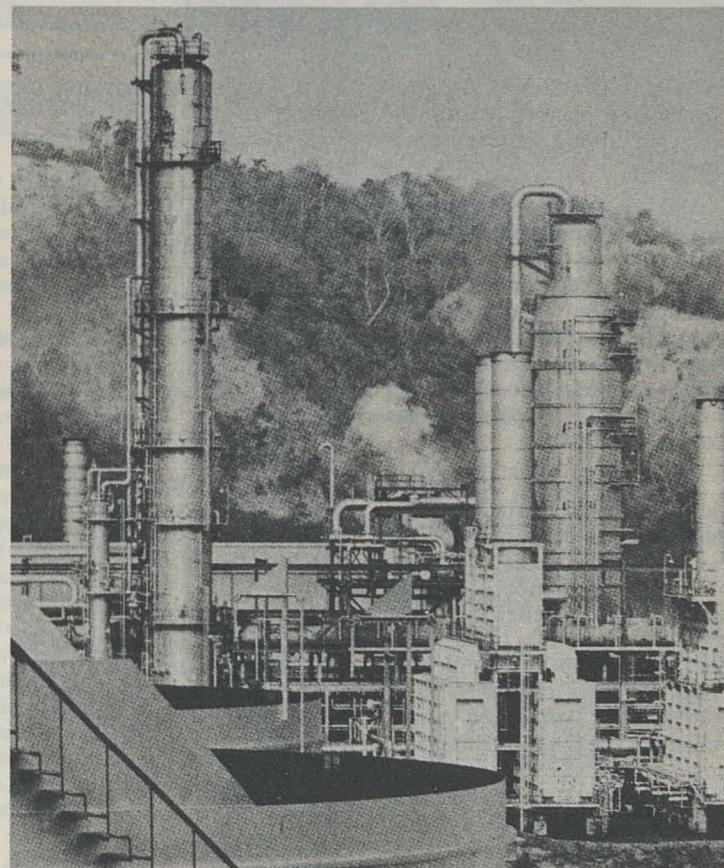
Menos de 72 horas depois da morte de Jaime Roldós, quando houve a votação para escolher o

novo vice-presidente, voltaram a aparecer os inconvenientes de uma interpretação linear dos múltiplos interesses em jogo no panorama político equatoriano. Os meios de comunicação e os partidos começaram a travar uma violenta luta para acomodar seus adeptos nos postos governamentais vagos em consequência das mudanças na cúpula do poder.

A Democracia Cristã, no poder com o presidente Hurtado, e o vice-presidente León Roldós, um homem de confiança do sistema bancário de Guayaquil e adversário da oligarquia agroexportadora, procuraram, no segundo semestre de 81, consolidar um modelo econômico com ampla base de apoio, sem revelar



Francisco Huerta Montalvo, apontado como provável novo presidente em 1984



Os parlamentares ligados a Roldós não aceitam a reforma da legislação petrolífera



no entanto detalhes de suas propostas. Esse plano tinha um caráter populista e vagamente nacionalista.

Mas no final de novembro, Hurtado decidiu ampliar a base política de seu governo, incorporando o Partido Democrata ao Ministério. Um dos novos ministros, Huerta Montalvo, é um social-democrata, apontado por muitos como o provável novo presidente da República, nas eleições de 1984.

A incorporação de Huerta Montalvo levou Hurtado a fazer uma série de concessões políticas. A principal delas foi obrigar o presidente democrata-cristão do Equador a manter uma neutralidade diante da Junta salvadorenha, também democrata-cristã. A outra concessão foi a reativação da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos, uma organização fundada por Jaime Roldós e que ficou praticamente inativa desde a morte do antecessor de Hurtado. A associação recebeu 120 mil dólares para reiniciar suas atividades em

defesa dos direitos humanos no continente.

O afastamento dos ministros ligados a León Roldós (logo depois dos incidentes de janeiro quando Hurtado criticou seu antecessor) fez com que desaparecesse a polêmica dentro do governo entre adeptos do presidente e do vice. Hurtado, numa manobra audaciosa, nomeia para os ministérios vagos, políticos ligados ao partido Concentração de Forças Populares (CFP), seus inimigos de ontem. A manobra acabou fazendo com que o golpe de Estado fosse neutralizado e, ao mesmo tempo, deu ao governo uma maioria de 60% no Parlamento.

A CFP retornou também à arena política, com brios renovados, depois de entrar em franca decadência por causa da morte de seu principal dirigente Assad Bucaram.

Ofensiva imperial

No entanto, essa maioria parlamentar pode ocasionar convulsões de transcendental importâ-

A questão limítrofe com o Peru tem complexas implicações: para os Estados Unidos seria importante pôr fim ao conflito

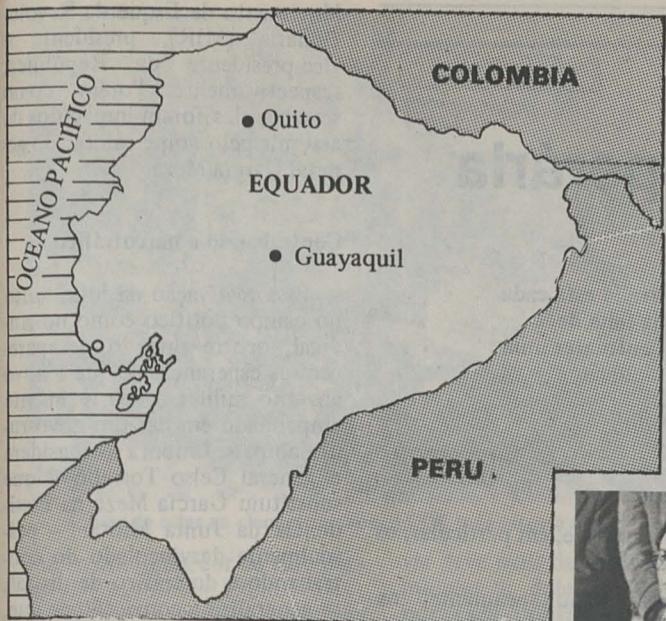
cia. A mais significativa é a relacionada com a aprovação do projeto de reforma da legislação petrolífera. Essa lei, na opinião da Associação de Técnicos em Petróleo, "converterá o Estado em mero coletor de impostos sobre a exploração de combustíveis", enquanto as companhias transnacionais assumem o controle dos recursos energéticos do país.

Os parlamentares ligados a Roldós e aos partidos de esquerda afirmam que esse projeto de lei é uma cópia do aprovado no Peru pelo governo Belaúnde Terry em 1980. A desnacionalização do petróleo equatoriano está sendo apoiada pelo presidente da Câmara de Mineração, um organismo ligado à oligarquia mineira e que pretende uma "homogeneização da exploração do petróleo" no Peru e Equador, apesar dos protestos de organizações de oposição ou de esquerda.

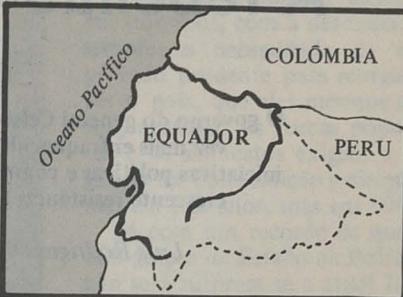
No plano diplomático, a questão é complexa. Para os Estados Unidos, o fim das divergências entre Peru e Equador é muito importante. Porém, a política exterior equatoriana é complexa. Em sua recente viagem ao Brasil, o presidente Hurtado concordou com seu colega brasileiro na condenação à anexação de territórios por conquistas. Mas o representante equatoriano na ONU se absteve na condenação a Israel pela tomada das colinas de Golã.

A abstenção comoveu os equatorianos na medida em que entrou em choque com a posição defendida por todos os governos do país desde a guerra de 1941, quando o Peru conquistou 270 mil quilômetros quadrados dos territórios amazônicos do Equador.

Assim, a defesa da democracia e dos recursos naturais no Equador inscrevem-se numa das faces da moeda, enquanto na outra, está o papel das transnacionais petrolíferas; os interesses geopolíticos do Pentágono representam uma ofensiva determinante.



O mapa atual do Equador (ao lado) e o território amazônico perdido para o Peru (abaixo, em linha tracejada), causa do litígio que até hoje ameaça a convivência pacífica entre os dois países. Como se observa, a porção amazônica em disputa é quase tão grande quanto o atual território equatoriano



ACIDENTE OU ASSASSINATO?

Na manhã do domingo, 24 de maio de 1981, o presidente Jaime Roldós falou pela última vez aos equatorianos. Seu discurso em homenagem aos defensores da integridade territorial durante o recente conflito armado com o Peru, e no 150º aniversário da batalha de Pichincha, foi enérgico e sugestivo. A democracia, o pluralismo ideológico, a integração andina e a vigência dos direitos humanos na América Latina constituíram os temas principais da veemente mensagem presidencial.

Poucas horas depois, o avião em que ele viajava, um Beechcraft comprado quatro meses antes, despedaçou-se na escarpa topografia de Loja, a 700 quilômetros ao sul de Quito. Junto com Roldós, perderam a vida o general Marco Subia, ministro de Defesa, suas respectivas esposas e os adjuntos militares dos dois dirigentes.

A 9 de fevereiro passado, o advogado Abdalla Bucaram Ortiz, cunhado de Jaime Roldós, susentou na Câmara Nacional de Representantes que "existem coisas obscuras no acidente aéreo".

Bucaram, que em muitas ocasiões acusou a CIA de ter eliminado seu cunhado, disse aos congressistas que o relatório apresentado pelas forças armadas a respeito do acidente "não tem valor real", qualificando-o de "covarde, comprometido e irresponsável".



Ele acusou ainda o presidente Hurtado e os que dirigiram as investigações de "atuarem de forma interesseira". Acusou também o ex-ministro de Defesa, almirante Sorroza, de ter sido um militar golpista e "ter atuado covardemente no último conflito fronteiriço com o Peru, em janeiro de 1981".

Ele lembrou que três dias antes da morte do ex-presidente e de sua irmã, Roldós tinha tido uma séria discussão com Sorroza. Bucaram disse que para impor uma ditadura no país, não há apenas a fórmula de "vesti-la com o uniforme militar, pois também há ditaduras à paisana, como é o caso do atual chefe de Estado".

O legislador democrata-cristão Juan Manuel Real manifestou que seu partido ia propor um "exame psiquiátrico" a Bucaram. "Se o exame não chegar à conclusão de que está louco — acrescentou Real —, Bucaram será autuado judicialmente".

No entanto, Otto Arosemena, ex-presidente da República e titular da Comissão investigadora, declarou que "o país deve conhecer toda a verdade, até as últimas consequências".

A rebelião operária

O governo do general Celso Torrelio está cada vez mais enfraquecido pela falta de iniciativas políticas e começa a enfrentar uma crescente resistência dos sindicatos

Luis Rodrigues dos Santos

O êxito da greve geral decretada pela Central Operária Boliviana na segunda semana de fevereiro último era previsível, embora sua extensão e efetividade surpreendessem, pelo fato da COB estar na clandestinidade e os seus quadros submetidos a dura repressão.

Poucos dias antes da greve geral, essa central de trabalhadores, tão ligada à história das lutas populares na Bolívia, havia difundido uma proclamação exigindo do governo militar que restabelecesse as liberdades civis e os direitos humanos, que detivesse o processo de desnacionalização da economia, combatesse com seriedade o narcotráfico e abandonasse o plano monetarista que sacri-

ficava o povo e, em particular, os trabalhadores.

Quase simultaneamente, os mineiros de Huanuni, expressando os sentimentos de sua classe, faziam outra advertência similar contra o plano trienal do general Torrelio, que "encampa, sem nenhuma dúvida, a exigência da empresa privada de desnacionalização da economia do país".

No plano político, a Unidade Democrática Popular reorganizou o seu comando nacional e está mobilizando suas bases em todo o país. A UDP ganhou as últimas eleições, elegendo Siles Zuazo, do Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI) e Paz Zamora, do

Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Porém, como se sabe, eles foram impedidos de assumir pelo golpe militar do general García Meza.

Contrabando e narcotráfico

Essa reativação da luta, tanto no campo político como no sindical, ocorre quando desaparecem as esperanças de que o novo governo militar esteja realmente empenhado em dar um novo rumo ao país. Embora se considere o general Celso Torrelio — que substituiu García Meza na Presidência da Junta Militar — pessoalmente desvinculado do contrabando e do tráfico de drogas, se generaliza a convicção de que, por falta de vontade ou de poder, seu governo não está atuando para combatê-los como se esperava. No ano passado, o comércio "ilegal" de cocaína produziu um bilhão e meio de dólares e só 300 milhões dessa soma retornaram à Bolívia, negociados no mercado negro, fugindo a qualquer controle oficial.

O contrabando de ametistas, topázios e outras pedras semi-preciosas, no qual estavam envolvidos os chefes militares que antecederam a Torrelio no governo, continuam como antes. Segundo denúncias públicas, quase três toneladas dessas pedras, valendo cerca de quatro milhões e meio de dólares, são comercializadas diariamente em Mato Grosso, no Brasil.

Militares, inclusive de alta graduação, continuam metidos hoje nessas atividades, sem que por isso percam seus postos nas forças armadas. Uma reportagem publicada no *New York Times* assinala: "Muitos militares não têm nenhuma inibição de exibirem sua recente fortuna. Passam em carros vistosos e vivem em luxuosas residências construídas nas colinas que descem das



Siles Zuazo (à esquerda) e Paz Zamora: mobilizar as bases



Apesar de estar na clandestinidade, a COB teve sucesso na greve geral

nuas montanhas cor de café para um vale suburbano exclusivo".

"Estamos vivendo um clima de abominável corrupção, que já contamina até os ossos da nação", nos dizia, há pouco, em Santa Cruz de la Sierra, um jovem profissional.

A entrega econômica

O governo de Torrelio já não desperta, nem interna nem externamente, a esperança de que possa enfrentar com eficácia, a máfia que envolveu, profundamente, o poder na Bolívia. Por outro lado, a expectativa, que havia em alguns meios políticos e sobretudo nas correntes militares nacionalistas, de que ele detinha o processo de desnacionalização da economia nacional, se frustrou. O plano trienal do seu governo está inteiramente inspirado no Fundo Monetário Internacional (FMI), e nas exigências de uma burguesia monetarista e exportadora, dependente das empresas estrangeiras, que não aceita freios à sua ação.

Em um documento de análise da conjuntura, ("No hay libertad sin lucha"), a direção do MNRI — Siles Zuazo, Félix Rospigliosi Nieto e Mario Velarde —, revela o grau de deterioração da economia do país. Atualmente, a Bolí-

via deve mais de 3 bilhões e 500 milhões de dólares, 700 dólares por cada boliviano e o Banco Central já não dispõe de reservas cambiais. "Desestimularam as exportações de produtos não tradicionais e, com dólares baratos, se favoreceu os importadores de produtos de luxo, cuja abundância no mercado desfigurou os padrões de consumo do povo boliviano", declara o documento.

O MNRI apresentou um plano de emergência, em que preconiza "o confisco de todos os bens móveis e imóveis e as ações comerciais e industriais, provenientes do narcotráfico", fixa como ordenado mais alto, incluindo o do presidente da República, mil dólares mensais, exige a racionalização das importações, o reajuste de salários, controle total das exportações de minérios e pedras preciosas, drástica redução das verbas destinadas à repressão etc. Os soldados dos militares deverão ser equiparados aos dos professores, em suas diferentes categorias e se limitará o número de adidos militares e adjuntos no exterior.

Tanto o MNRI como os demais partidos da UDP estão mobilizando os seus quadros para essa nova etapa da velha luta dos bolivianos contra os inimigos de

sempre: as oligarquias internas e os interesses estrangeiros.

O caminho

A Junta presidida pelo general Torrelio prometeu eleições em três anos, com a desculpa de sempre: a necessidade de um período prudente para reorganizar o país, que eles mesmos desorganizaram. As forças populares e os sindicatos exigem a vigência da Constituição e eleições não em três anos, mas em 1983.

Já com um recorde de quase 200 golpes de Estado na Bolívia, não será surpresa se a atual Junta for substituída por outra. Mas, também, há uma hipótese que os observadores mais objetivos não excluem: uma rebelião popular incontrolável, como a do começo da década de 50, que levou ao poder o Movimento Nacionalista Revolucionário.

Siles Zuazo, a figura central da luta boliviana nos últimos trinta anos, afirmou numa recente entrevista ao jornal *El Día*, do México, que "o povo adota as formas de luta mais convenientes à consecução dos seus objetivos. A insurreição armada se dá somente quando se fecham ao povo todos os caminhos pacíficos de acesso ao poder pela via democrática. Nenhum povo escolhe por capricho o caminho da violência. É a repressão, a fraude, o crime, o terrorismo e a completa negação dos seus direitos o que obriga as massas a pronunciar-se pelas vias de fato, às vezes em uma explosão que ultrapassa toda previsão política".

E advertiu: "Na atualidade, da forma como vêm operando, a direita reacionária, a máfia narcotraficante e a cúpula militar comprometida estão criando condições similares às que precederam a revolução de abril de 1952. É lógica a reação de um povo burlado em três eleições sucessivas e sacrificado pelo vendaval assassino, desatado sobre ele a 17 de julho de 1980".

Monge propõe a volta ao campo

O presidente eleito afirma que negociará com o Fundo Monetário sob bases elaboradas pelo seu governo e que pretende elevar a produção agropecuária para superar a crise econômica

Andrés Martínez

No próximo dia 8 de maio assumirá a presidência da Costa Rica, Luís Alberto Monge, um homem de longa trajetória política, fundador do Partido de Libertação Nacional, de tendência social-democrata.

Monge anunciou a aplicação de um programa de governo para enfrentar a grave crise econômica que atinge o país, baseado no incentivo à produção agropecuária. Esse programa, denominado "Voltemos à terra", pretende elevar a produção do campo com o propósito de incentivar as exportações e obter as divisas necessárias para estabilizar a moeda.

Em uma de suas primeiras declarações depois de eleito, Monge reconheceu que terá que recorrer ao respaldo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e adiantou que apesar das difíceis condições de negociação, seu governo "elaborará uma estratégia e bases para discussão" com a instituição financeira. A Costa Rica tem atualmente 70 mil desempregados, uma inflação de 55% ao ano, uma desvalorização real de 500% e uma dívida externa de quase quatro milhões de dólares.

O novo presidente não pretende enfrentar o problema do



Monge (ao centro) com Guillermo Ungo, da FDR (à direita) e o ex-presidente Daniel Oduber (à esquerda)

desemprego aumentando o número de postos nas instituições do Estado "porque atingimos um crescimento muito delicado do aparelho burocrático", disse.

Mas, a fim de evitar que o desemprego possa se transformar em um perigo para a paz social, o presidente assegurou que a sua administração se empenhará em criar fontes de trabalho por meio da iniciativa privada, que terá a missão de elevar a produtividade. Monge anunciou também que desde o primeiro dia do seu mandato se porá em prática um programa para impedir a fuga de ca-

pitais para os Estados Unidos e Europa. Atualmente, as reservas monetárias da Costa Rica se encontram praticamente esgotadas. Em julho do ano passado, o governo de Rodrigo Carazo suspendeu o pagamento da dívida externa. A nova administração pretende conseguir que "os investidores recuperem a confiança no país".

Um homem de partido

Com 56 anos de idade, Luis Alberto Monge ocupou durante quase uma década o cargo de secretário-geral do partido Libertação Nacional, que conjuntamente com o líder político José Figueres, fundou em 12 de outubro de 1951. Desde então, esse partido ganhou seis eleições.

O primeiro cargo eletivo de Monge foi na Assembléia Constituinte de 1949, pelo Partido Social-Democrata. Foi secretário-geral da Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit), por sua participação ativa no movimento sindical; e após ocupar vários cargos administrativos públicos — inclusive a presidência da Assembléia Legislativa — foi indicado pela primeira vez candidato presidencial, em 1977.

Apesar de sua derrota (a vitória coube ao candidato da coalizão *Unidad*, Rodrigo Carazo), Monge não desistiu e venceu nas prévias partidárias do ano passado, onde terminou sendo eleito novamente candidato do Libertação Nacional.

Os resultados da última eleição deram ao Libertação Nacional 30 das 57 cadeiras em disputa, com quase 60% dos votos emitidos. A coalizão social-cristã *Unidad*, que apresentou Rafael Calderón como candidato, ficou em segundo lugar com 20 assentos no Parlamento. A coalizão de esquerda *Pueblo Unido*, conseguiu eleger quatro deputados, enquanto que o direitista *Partido Nacional*, que lançou a candida-

to presidencial Mario Echandi, conquistou dois lugares no Congresso. Na composição do Parlamento anterior, a coalizão *Unidad* contava com 27 deputados, contra 25 do *Liberación Nacional* e três do *Pueblo Unido*.

A Costa Rica (que herdou do Uruguai o título de "a Suíça da América"), dissolveu o seu exército há 30 anos e tem um reduzidíssimo orçamento militar. Poucas horas depois de conhecido o resultado eleitoral que lhe dava a vitória, Monge afirmou que "seu país só necessita de resaldo econômico" e que se o recebe, "os Estados Unidos não te-

rão que vir nos ajudar militarmente".

Definido em geral como "amigo dos Estados Unidos", o presidente eleito da Costa Rica tem uma trajetória política que faz com que alguns setores tenham expectativas de que execute uma política externa independente. "Lamento que os Estados Unidos só levem em conta os fatores militares e de segurança no caso de El Salvador", afirmou. E acrescentou: "Isso significa que os Estados Unidos ignoram os fatores econômicos e sociais que incidem na política centro-americana".

Por outro lado, Monge reconheceu que tem "vínculos efetivos muito grandes com o México". "A via mexicana assegurou ao México longos períodos de estabilidade", afirmou. No entanto, adiantou que não pretende impor na Costa Rica um modelo político baseado na experiência mexicana, já que "não seria aplicável à realidade histórica e geográfica" de seu país.

O partido *Liberación Nacional*, de tendência social-democrata, integra a Conferência de Partidos Políticos da América Latina (Coppal). •

Assine

BARRICADA
INTERNACIONAL



Assinatura semestral:

América Central	US\$ 4.80
EUA, América do Sul, Caribe e México	US\$ 6.00
Nicarágua	C\$ 36.00
Europa e Canadá	US\$ 9.60
Outros países	US\$ 12.00

Órgão de difusão para o exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Vale Postal
Cheque nº _____
Endereço: BARRICADA Internacional
Apdo. No. 576 Manágua
Nicarágua
Telex: 1705 BARR Telf: 748-85

em nome do Diário Barricada

**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C.P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

Paulo Jorge: “A independência da Namíbia será um ato de justiça”

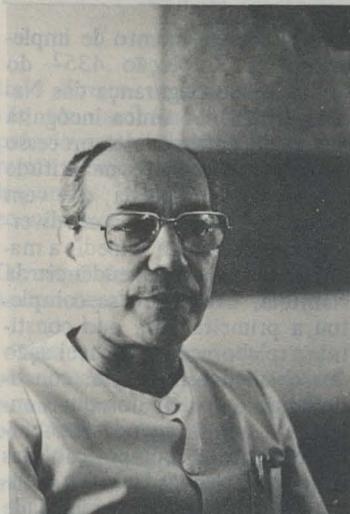
O chanceler angolano analisa a situação na África Austral e revela que manteve um encontro com Alexander Haig, a partir de uma iniciativa da administração norte-americana

Altair L. Campos

O chefe da diplomacia angolana, Paulo Jorge, fez uma visita oficial ao Brasil de 9 a 13 de fevereiro, a convite de seu homólogo brasileiro, chanceler Saraiwa Guerreiro.

O ministro angolano foi recebido pelo presidente João Figueiredo em audiência especial e teve vários encontros de trabalho na chancelaria, nos quais discutiu-se o incremento das relações bilaterais nos campos técnico, econômico e científico. Brasil e Angola estabeleceram relações diplomáticas em 1975, quando o MPLA proclamou a independência em Luanda. Desde então desenvolveram-se crescentes trocas comerciais entre os dois países, que no ano de 1980 atingiram a soma de 217 milhões de dólares. O Brasil vende a Angola prioritariamente produtos alimentares, viaturas e equipamentos, enquanto que Angola exporta para o Brasil petróleo bruto. Paulo Jorge foi condecorado no Brasil com a “Grande Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul”, a mais alta distinção brasileira a personalidades estrangeiras.

Durante a sua visita, o chanceler concedeu uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, que reproduzimos a seguir:



Paulo Jorge

Qual a razão principal dessa sua viagem ao Brasil?

— Em 1980 o ministro Saraiwa Guerreiro fez uma *tournée* por muitos países africanos, dentre os quais a República Popular de Angola. Vim, assim, respondendo a um convite. É uma visita de retribuição.

Qual a característica principal desta visita: econômica ou política?

— A visita é iminentemente política, na medida em que, de

1980 para cá, foram assinados acordos de cooperação técnico-científicos e econômicos, assim como na área cultural, e isto tem vindo a se materializar nos diversos domínios em que foi estabelecida esta cooperação bilateral.

Qual o clima destas conversações, e o que foi abordado especificamente?

— Desenrolaram-se num clima cordial e de compreensão mútua. Tivemos a oportunidade de fazer uma análise da situação internacional sobre os grandes problemas que me parecem nos preocupar mutuamente, bem como sobre o andamento das relações bilaterais. E na análise que fizemos das relações bilaterais constatamos a possibilidade de encontrarmos novas perspectivas de cooperação econômica, como é o caso do petróleo, do comércio externo de produtos alimentares, da construção civil, energia e agricultura.

É sabido que tem havido alguns problemas como, por exemplo, no fornecimento de parte dos empresários brasileiros de produtos ou serviços de má qualidade...

— No quadro das relações comerciais surgiram realmente algumas dificuldades, mas isso parece-me absolutamente normal,

porque às vezes os intervenientes não tomam em devida atenção o relacionamento entre os governos ou povos, prevalecendo este ou aquele interesse imediato, pessoal. Mas são dificuldades que têm sido ultrapassadas, pois nenhuma das partes está interessada em deixar que se criem obstáculos a esse relacionamento harmonioso que tem sido desenvolvido.

Houve então intervenção direta do governo brasileiro...

— Devo sublinhar que o governo brasileiro interveio para que fossem ultrapassadas certas dificuldades, pois alguns produtos foram enviados e não corresponderam qualitativamente. Mas já tivemos esse tipo de dificuldade com outros países e com outras empresas que não tiveram a devida atenção. Mas são problemas já ultrapassados.

E na área política?

— Analisamos fundamentalmente os conflitos que se multiplicam em consequência da corrida armamentista fomentada pela administração Reagan. Tivemos a oportunidade, igualmente, de tomar conhecimento de um pouco mais da realidade da América Latina, sobretudo manifestando nossa preocupação sobre aquilo que se passa em El Salvador bem como sobre as ameaças que pesam sobre a Nicarágua e demais regimes progressistas da área. E exprimimos nosso ponto de vista sobre essa situação.

A situação na África Austral

Foi discutido o problema da Namíbia?

— Claro que não deixamos de nos debruçar de maneira muito particular sobre a situação na África Austral, sobretudo a respeito do problema da Namíbia. E, particularmente, nos esforços que têm sido desenvolvidos, por um lado pelos cinco países do "Grupo de Contato"¹, e por outro pela Swapo e pelos países da

"Linha da Frente".

Haverá avanços nesse sentido, brevemente?

— Estamos convencidos que no decurso de 1982, o Grupo de Contato, pelo fato de se sentir pressionado pela posição da Organização da Unidade Africana (OUA) e pelo próprio Movimento dos Países Não-Alinhados, as-

“...A independência da Namíbia, com a subida ao poder da Swapo, significará, finalmente, que a África do Sul estará dentro dos seus próprios limites geográficos, sem condições de sair deles...”

sumirá o engajamento de implementar a Resolução 4352 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A única incógnita que pode entravar este processo reside simplesmente na atitude do regime de Pretória, que vem buscando sempre os mais diversos pretextos para impedir a materialização da independência da Namíbia. Creio que se completou a primeira fase, que constitui a elaboração e a aceitação dos chamados princípios constitucionais, a partir dos quais entrar-se-á numa segunda fase correspondente à composição das tropas das Nações Unidas e à discussão da chamada parcialidade ou imparcialidade das Nações Unidas, que é levantada, de uma maneira metafísica, pelo regime de Pretória.

E o que virá a seguir?

— A esta fase seguir-se-á na prática, a implementação da Resolução 435 e do plano das Nações Unidas, que compreende funda-

(1) Os cinco países do Grupo de Contato são: Estados Unidos, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França e Canadá.

(2) Em 1968 a ONU reconheceu o direito do território ocupado pela África do Sul à independência, com o nome de Namíbia.

mentalmente quatro aspectos: o cessar-fogo entre as partes em conflito (isto é, entre a Swapo e a África do Sul); a retirada gradual das forças sul-africanas do território da Namíbia; a participação das tropas das Nações Unidas; e a realização de eleições livres e justas. A questão torna-se delicada na sua evolução natural, na medida em que a África do Sul sabe perfeitamente que, num processo livre e justo, a Swapo ganha as eleições.

Há a certeza disso?

— Absoluta. Temos a absoluta convicção de que se as eleições forem livres e justas, a Swapo ganha as eleições. E os sul-africanos e a administração Reagan sabem que assim será. E é por isso que há esse acumular de pretextos para impedir que se chegue a esse processo.

Mas de onde vem essa certeza? Foram feitos inquéritos ou pesquisas de opinião pública que dão essa força à Swapo?

— Há várias fontes de informação que têm testemunhado precisamente isto. E bem curioso é que às vezes essas fontes de informação nem sequer são afetas à Swapo. Foram visitantes que ali estiveram, missionários e políticos que escutaram testemunhos de pessoas que têm vivido na Namíbia. Algumas dessas informações chegaram até nós. É importante retermos essas informações de áreas que não nos são afetas.

Há algum paralelo entre a situação da Namíbia e a do Zimbabue, antes da independência?

— No processo do Zimbabue, o que todos esperavam, com todos os meios que foram postos à disposição do bispo Muzorewa, era a sua vitória eleitoral. E na verdade foi a Frente Patriótica que ganhou, e de maneira mais do que convincente. É essa, no fundo, uma das razões pelas quais a África do Sul tem procurado atrasar o processo.

Porque esse temor tão grande à Swapo?

— A independência da Namíbia, com a subida ao poder da Swapo significará, finalmente, que o regime da África do Sul estará dentro dos seus próprios limites geográficos, sem condições de sair deles. E ao ficar dentro destes limites geográficos, encontrar-se-á imediatamente isolado do restante do continente africano. Ficará limitado com uma Namíbia independente, com o Zimbabue e com Moçambique. A África do Sul entrevê a chegada ao fim do odioso regime do *apartheid*. E vê as perspectivas possíveis do ANC (*African National Congress*, Congresso Nacional Africano)³ poder dispor de ajuda ou de bases ou de facilidades logísticas para uma maior atividade política e militar dentro da própria África do Sul, ao lado de suas fronteiras.

E em relação a Angola, o que significa a independência da Namíbia?

— Com a independência da Namíbia, a República Popular de Angola ver-se-á diante da situação de ter reduzidas, senão eliminadas, as ameaças, as agressões e mesmo as invasões armadas por parte do regime sul-africano, pois ele deixará de utilizar ilegalmente o território namíbio. Estas agressões têm provocado graves danos no nosso país.

A independência da Namíbia seria então também uma vitória de Angola?

— Seria antes de tudo uma vitória da Humanidade, um ato de justiça. Mas, inegavelmente, nosso povo, nosso partido e nosso governo poderão dedicar melhor os recursos humanos e financeiros disponíveis ao desenvolvimento econômico e social do país. E essa tranquilidade e paz que o povo angolano tem o legí-



Os planos sul-africanos visam atingir a economia angolana, afetando as zonas agrícolas

timo direito de usufruir poderão ter também influência na própria estabilidade política da região e se constituirão em fator importante do desenvolvimento econômico.

Corresponder às decisões da ONU

Mas não seria somente o regime da África do Sul que teria alguma coisa a perder com a independência da Namíbia...

— É verdade, ele é um instrumento das potências imperialistas. Os interesses são recíprocos no referente à desestabilização dos regimes progressistas da área. É todo esse jogo que está em causa. Mas estamos convencidos que, diante dos compromissos assumidos perante a comunidade internacional, o Grupo de Contato terá realmente que corresponder às decisões da Assembléia Geral da ONU.

Qual é a presença real das forças sul-africanas no território angolano? Sabe-se que tropas sul-africanas ainda ocupam bases dentro da República Popular de Angola...

— A presença sul-africana em território angolano é muito va-

riada. Depois da invasão de grande envergadura realizada a partir de agosto do ano passado, houve efetivamente uma clara ocupação militar. Foram utilizados na operação mais de 11 mil soldados sul-africanos, apoiados fortemente por aviões, helicópteros, blindados etc. Foi unicamente pela resistência heróica de nossas forças armadas que não conseguiram ir além e nem consumar o objetivo que pretendiam...

Que era...

— ... O estabelecimento de uma zona-tampão que dificultaria à Swapo o abastecimento das suas forças de combate no interior da Namíbia. Com essa zona-tampão e com a superioridade aérea que dispõem, os sul-africanos poderiam detetar qualquer movimentação militar no terreno. Os combatentes no interior da Namíbia, sem a possibilidade de receberem apoio exterior para continuar a luta armada, seriam facilmente aniquilados.

E as consequências maiores da criação dessa zona-tampão?

— Os sul-africanos pretendiam, numa segunda fase, implantar na região angolana fachões para servirem também como instrumento desestabiliza-

(3) O African National Congress (ANC) foi fundado a princípios do século, sendo o primeiro movimento de libertação do continente. O seu presidente, Nelson Mandela, está na prisão desde 1960, e foi substituído interinamente por Oliver Tambo.

dor. Estes elementos atuariam na provocação de atritos que perturbassem a evolução normal do processo de libertação da Namíbia, e seriam também utilizados contra Angola. Estes seriam os objetivos imediatos. Mas, além disso, a África do Sul procuraria criar uma situação econômica difícil para o povo angolano — o que já vem fazendo com a destruição de centros econômicos, vias de comunicação terrestres e ferroviárias — afetando as zonas agrícolas. Criariam uma situação realmente muito difícil no sul do nosso território, com sérias implicações.

E a zona agrícola mais rica e mais produtiva de Angola é realmente a região sul, como Huambo e Huíla...

— Sim, Huambo e Huíla, mas também o Cunene que é uma zona de gado muito importante, além das possibilidades de aproveitamento dessa região, uma vez que fosse possível o estabelecimento de sistemas de captação de água e irrigação que a valorizasse. São planos de desenvolvimento que existem e que são prejudicados e que o seriam ainda mais com essa zona-tampão. E acrescente-se a isso o aspecto energético, pois as barragens do Cunene também são fontes de energia importantes para o país.

Os sul-africanos chegaram a se fixar solidamente?

— A resistência de nossas forças armadas foi tal que a África do Sul chegou à conclusão de que por via terrestre não lhe seria possível atingir seus objetivos. Mantém então a supremacia aérea, que é evidente, visto estamos formando nossas tropas regulares e não dispomos ainda de quadros suficientes para dominar a tecnologia do equipamento sofisticado utilizado hoje em combate. A utilização desse equipamento sofisticado é necessária na edificação de um sistema defensivo que salvaguarde efetivamente a soberania nacional e a integridade territorial angolana.

Dante deste flagrante desequilíbrio, digamos, tecnológico, o que foi então que pesou, ou que pesa? Maiores efetivos humanos?

— É principalmente a determinação da resposta de nossas forças armadas que faz com que a ocupação seja mais provisória do que efetiva. Permanecem durante algum tempo numa área, e depois de se confrontarem com as forças armadas angolanas vão para outra área, e assim por diante.

As tropas cubanas

A partir de que momento as tropas cubanas passaram a intervir diretamente no bloqueio ao invasor?

— Podemos dizer, e isto deve-ria ser de conhecimento geral, que nestas últimas ações da África do Sul, as forças internacionalistas cubanas não intervieram. Isto por uma razão muito simples. Por um lado porque nossas forças armadas embora ainda estejam sendo estruturadas, já respondem, em certa medida, às necessidades de defesa de nosso país. E, por outro lado, perguntamo-nos até que ponto esta enorme invasão, com todo esse potencial bélico utilizado, não constitua uma provocação. Até onde a intervenção das forças internacionalistas cubanas não seria um pretexto para a internacionalização do conflito. Porém se a invasão atingisse realmente posições mais avançadas, seguramente as forças armadas internacionalistas cubanas interviriam.

Que pode o ministro Paulo Jorge falar a respeito das notícias fartamente veiculadas sobre o aprisionamento de técnicos e militares soviéticos feito pelos sul-africanos? A imprensa internacional divulgou nomes, fotografias e origem dos prisioneiros...

— Isto foi no curso desta grande invasão de agosto do ano passado, na etapa da ocupação de M'giva, com a utilização de mais de 60 aviões e com helicópteros e tropas helitransportadas. Alguns soviéticos foram mortos, porém eram civis. Militar havia somente um sargento, enviado para a preparação de nossas tropas. Ele foi capturado. E há outros dois pilotos soviéticos que foram feitos prisioneiros. Mas este é um caso diferente. Dois aviões nossos foram desviados de Kuando-Kubango para a Namíbia...

Iam para onde?

— Não me lembro se para Huambo ou Lubango. Os dois aviões foram interceptados e obrigados a ir para a Namíbia. Mas eram aviões da Taag, da empresa angolana de aviação. Esses dois pilotos soviéticos são civis e estão inseridos no quadro de cooperação bilateral que existe com a União Soviética. Nós temos aviões que fazem vôos domésticos, de fabricação soviética, alguns Yak e Antonov-26 utilizados no transporte entre as províncias.

Diálogo com a Unita?

Outra coisa bastante divulgada pela imprensa e com origem em Portugal, é que está havendo negociações entre o MPLA-Partido do Trabalho e a Unita⁴. O que o ministro pode dizer a esse respeito?

— Trata-se, em nosso entender, de uma pura campanha de intoxicação, porque não há contato nenhum entre o MPLA-Partido do Trabalho e essa organização

(4) A Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), presidida por Jonas Savimbi, sobrevive com o apoio da África do Sul e tem realizado ações militares esporádicas, atentados e operações de sabotagem econômica, principalmente no sul do país.

fantoche. É curioso salientar que essa campanha de intoxicação e de deformação da realidade foi lançada com a presença do principal responsável dessa organização fantoche quando da sua visita aos Estados Unidos da América. E são os norte-americanos e os sul-africanos que lançam a campanha falando, inclusive, numa eventual reconciliação entre o MPLA-Partido do Trabalho, entre o governo legítimo da República Popular de Angola e esse bando de traidores.

Foram citados encontros secretos havidos em Londres, e mesmo em Lisboa...

— Disseram inclusive que havia uma mensagem entregue por um ministro nosso à organização fantoche através do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Esta falsa notícia foi também bastante divulgada pela imprensa britânica. Dissemos então que consultassem o secretário de Estado português. No dia seguinte deu-se o primeiro desmentido feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal de que tivesse sido intermediário dessa ou de qualquer outra mensagem. Foi pura especulação mal-intencionada.

O encontro com Haig

E sobre as negociações entre o governo angolano e o Depar-

tamento de Estado norte-americano? São reais?

— A administração Reagan, mais precisamente o Departamento de Estado, procurou estabelecer contato conosco, tomou essa iniciativa. E na base dessa iniciativa houve efetivamente, no ano passado, um encontro entre o secretário de Estado Alexander Haig e eu próprio. Exprimi o desejo de manter esses contatos diretos, por duas razões fundamentais: a primeira em função do processo de independência da Namíbia, visto que os Estados Unidos fazem parte do Grupo de Contato; em segundo lugar, para que se dialogue sobre a eventual normalização das relações entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos.

A iniciativa foi então dos Estados Unidos?

— Sim. E face a esse desejo expresso pela administração Reagan, nosso chefe de Estado, o presidente José Eduardo dos Santos, declarou a 10 de dezembro, por ocasião da comemoração da constituição do MPLA em partido, que o governo angolano estava aberto à discussão. Foi nessa base que, atendendo à solicitação do Departamento de Estado, eu próprio mantive conversações em Paris com Chester Croker⁵ e discutimos fundamentalmente duas questões: o pro-

blema da Namíbia dentro da implementação da Resolução 435 e dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Contato; e o problema das relações futuras entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos.

Detiveram-se em algum aspecto particular?

— O problema que se coloca é o dos Estados Unidos ultrapassarem os condicionalismos e obstáculos que eles mesmos criaram e se impuseram na questão da normalização de nossas relações. Foi isso, fundamentalmente, que analisamos. Existem de fato, hoje, contatos diretos e praticamente a nível ministerial. Outros contatos serão feitos futuramente para que tenhamos uma melhor solução para o problema da Namíbia e, paralelamente, veremos a possibilidade de normalização das relações entre os dois países.

Voltando ao Brasil, para quando será o estabelecimento de uma representação diplomática angolana, tendo-se em conta o grande relacionamento comercial entre os dois países?

— Entendemos que se torna cada vez mais necessária a existência de uma representação diplomática angolana no Brasil mas, além da carência de quadros que temos, acrescente-se a situação de guerra que vivemos. Nossa principal batalha atualmente é assegurar a defesa e a soberania nacionais e a nossa integridade territorial. Nossa prioridade é para a solução dos graves problemas internos, no setor econômico, principalmente, que temos que ultrapassar.

As relações com Portugal

Existe a previsão de uma visita do presidente de Portugal, general Ramalho Eanes, a Angola no início deste ano. A data já foi marcada?

(5) Chester Croker é o secretário de Estado adjunto para assuntos africanos.



Jonas Savimbi



Alexander Haig

— O presidente José Eduardo dos Santos formulou, efetivamente, um convite ao presidente Ramalho Eanes para que visitasse a República Popular de Angola. De momento ainda não há nada assente em relação à data dessa visita ou sobre a agenda de conversações. Falou-se no mês de março ou em abril, mas nada está ainda definido.

Como está o relacionamento com a ex-metrópole, com o atual governo?

— Não têm havido atritos e nem incidentes que possam afetar as relações normais que existem. Tem-se procurado, de parte a parte, mesmo no quadro da Comissão Mista, discutir-se os problemas existentes e ir encontrando as soluções que correspondam aos interesses bilaterais.

Apoio à Fretilin

E em relação a Timor-Leste?⁶ Angola assumiu desde o primeiro momento a bandeira da defesa de sua independência. Como andam as negociações de Angola com Portugal nesse sentido?

— Nós temos acompanhado de perto a evolução da luta do povo maubere sob a direção da Fretilin. Isso é uma questão de princípios, pois é um povo que está efetivamente resistindo ao invasor mas que por condições geográficas e geopolíticas tem tido dificuldades em receber o apoio necessário para o desenvolvimento da luta armada. Tomaticemos uma posição muito clara, em todas as instâncias internacionais, na defesa dessa luta pelos direitos desse povo e no apoio à atuação da Fretilin. Pensamos que a principal responsabilidade é do governo português, que

(6) Fretilin (Frente de Libertação de Timor-Leste Independente): movimento de libertação que iniciou a luta armada em 1974 contra o colonialismo português. Depois da invasão do país pela Indonésia continua a resistência armada. Uma das principais bases da Fretilin no exterior está em Moçambique.

deve, portanto, assumir os seus compromissos.

E a Indonésia?

— Torna-se intolerável toda essa situação, porque é precisamente uma nação do Movimento dos Países Não-Alinhados que interveio militarmente em Timor-Leste, promovendo o massacre do povo maubere e impedindo

“...A administração Reagan, mais precisamente o Departamento de Estado, procurou estabelecer contato conosco, tomou essa iniciativa...”

esse povo de usufruir sua independência. Entendemos que é tempo das instâncias internacionais, das Nações Unidas, do Movimento dos Países Não-Alinhados assumirem igualmente suas responsabilidades perante esse povo e ajudá-lo a reconquistar seu direito de ser independente.

Brasil e os Não-Alinhados

Como veria o ministro Paulo Jorge a participação do Brasil como membro de pleno direito do Movimento dos Países Não-Alinhados? Esse tema foi abordado nas recentes conversações entre os dois países?

— Nós analisamos o papel do Movimento dos Países Não-Alinhados na medida em que o Brasil tem o estatuto de observador. Mas não me pareceu de momento que o Brasil tenha encarado a hipótese de tornar-se membro de pleno direito do Movimento. A presença brasileira nas diversas reuniões do Movimento, como observador ou membro de pleno direito, terá que ser uma decisão a ser tomada pelo próprio governo brasileiro. E nem poderia ser de outra forma.

Mas seria importante sua participação dentro do Movimento?

— É evidente que o Brasil, com suas potencialidades, tornando-se membro de pleno direito, poderia ser um grande reforço dentro do Movimento. Sobretudo nas relações Sul-Sul, naturalmente dentro dos princípios que orientam o Movimento dos Países Não-Alinhados.

Como o ministro Paulo Jorge viu a reunião de Cancún? Angola participou desse evento?

— Fomos marginalizados desde o início e não acompanhamos a reunião muito de perto, porque pensávamos que ela não atingiria resultados significativos. E foi o que se viu. Conhecemos de sobra as atuais posições da administração Reagan.

A solução dos problemas econômicos do Terceiro Mundo estaria no relacionamento Sul-Sul?

— Há problemas que são comuns aos países do hemisfério Sul, a esses países eufemisticamente chamados “em vias de desenvolvimento”. São realmente países subdesenvolvidos. Países em desenvolvimento são todos os países do mundo, pois o avanço tecnológico não cessará nunca. Eu penso que um aumento da cooperação Sul-Sul poderia eliminar a tendência de imposição de um país desenvolvido economicamente sobre outros países subdesenvolvidos. Estaríamos mais ou menos em igualdade de condições e isso permitiria uma troca de tecnologias, uma troca de participação de investimentos em bases diferentes daquelas feitas com os países desenvolvidos. Os desníveis seriam sempre menores. Muitos dos países do chamado Terceiro Mundo já adquiriram uma certa tecnologia que poderia ser posta à disposição dos menos desenvolvidos através de trocas justas.

Não estariam aí as raízes para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional?

— Exatamente. O chamado diálogo Norte-Sul tem sido na realidade um triste monólogo. •

A “cleptocracia” de Mobutu em crise

Após dezessete anos de poder, o regime de Mobutu Sese Seko atingiu um ponto de tal impopularidade que já começa a preocupar até mesmo os Estados Unidos. Para Washington, a situação no Zaire é tão importante quanto a da África do Sul

Carlos Castilho

Na seção africana do Departamento de Estado, em Washington, o dossier sobre o Zaire ocupa mais espaço do que a soma de todo o material existente sobre os demais países, com exceção da África do Sul. Ao explicar esse fato, o subsecretário Chester Croker disse que embora as questões como a Namíbia, Chade, Etiópia e Angola sejam as mais discutidas, o governo norte-americano considera o Zaire como um país-chave para o bloco capitalista ocidental.

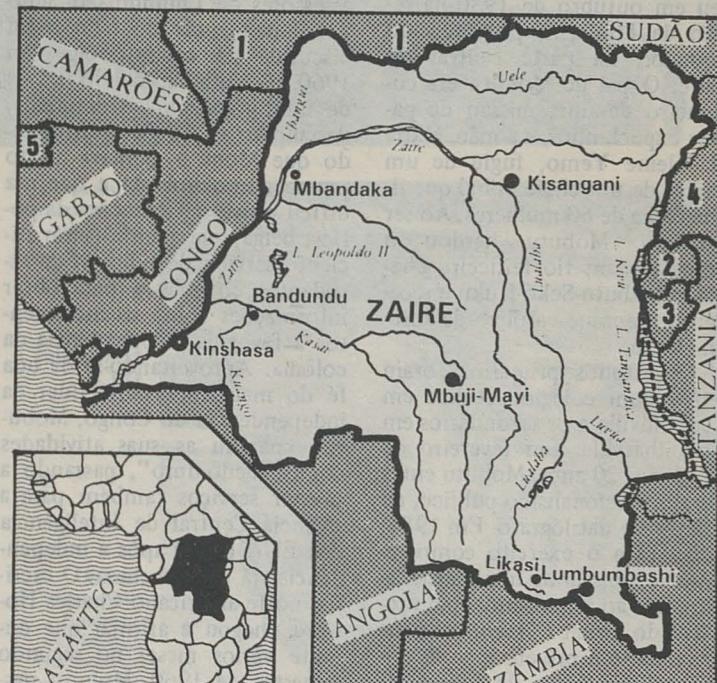
Para a administração Reagan, o Zaire e a África do Sul simplesmente não podem sofrer nenhuma mudança política porque isso poria em risco o suprimento de minerais estratégicos vitais para a indústria norte-americana de armamentos. Por isso Chester Croker é hoje o artífice de complicadas gestões diplomáticas visando garantir a sobrevivência mais longa possível para o racismo sul-africano, e para o regime mais corrupto da África, o do general Mobutu, no Zaire.

Os norte-americanos importam 90% do cobalto consumido pela sofisticada indústria de construção de motores a jato e ligas metálicas ultra-leves para foguetes. Quase todo o cobalto vem do Zaire, o maior produtor mundial desse minério, que é

considerado pelos estrategistas militares como a peça fundamental na indústria nuclear, junto com o urânia. Do Zaire vem também a quarta parte da produção mundial de diamantes, cuja utilização industrial é no momento quase tão importante quanto a dos joalheiros.

Quando era presidente da *United Technologies Corp.*, o atual secretário de Estado Alexander Haig afirmou perante uma comissão da Câmara de Representantes dos EUA que se o Zaire e a África do Sul passassem ao campo socialista, a URSS poderia controlar até 90% dos fornecimentos de cerca de oito dos doze minerais estratégicos, para os quais até agora não há substitutos.

No ano passado, Henry Kissinger disse a um grupo de senadores norte-americanos que o Zaire além de ser uma reserva de minerais indispensáveis para a indústria de armamentos, ocupa uma posição estratégica fundamental. O país está situado entre a África Austral e a região central do continente negro. Faz fronteira com nada menos que nove países africanos, entre os quais se destacam: Angola, Congo, Uganda, Zâmbia e República Centro-Africana. Para Kissinger, a queda de Mobutu e sua substi-



1) Rep. Centro-Africana; 2) Ruanda;
3) Burundi; 4) Uganda; 5) Guiné Equatorial

tuição por um regime revolucionário poderia provocar um "efeito domínio" em pelo menos quatro países vizinhos ao Zaire.

Todos esses fatores levaram o presidente Ronald Reagan a estreitar relações diplomáticas e econômicas com o regime de Mobutu, que trocou as alianças tradicionais com a Bélgica e a França, em favor da aproximação com o belicismo republicano. Ao contrário de seu antecessor Jimmy Carter, Reagan não tem escrúpulos moralistas quando está em jogo o interesse estratégico norte-americano. Daí o fato de Washington fechar os olhos a um regime que hoje já atingiu um nível de impopularidade e de corrupção só comparáveis com o do imperador Bokassa, na República Centro-Africana e com o deposto Idi Amin, em Uganda.

Mobutu, o alcaguete

O atual ditador do Zaire nasceu em outubro de 1930 na região de Lisala, na província do Equador, na parte central do Zaire. O pai de Mobutu era cozinheiro de uma missão de padres capuchinhos, e a mãe, Marie Madeleine Yemo, fugiu de um harém de um chefe tribal que tinha cerca de 60 mulheres. Ao ser batizado, Mobutu herdou o nome de um tio feiticeiro chamado Mobutu-Seko-Kuku e recebeu o prenome católico de Joseph Desiré.

Os estudos primários foram feitos num colégio católico em Leopoldville e os secundários em Coquilhatville. Em fevereiro de 1950, aos 20 anos, Mobutu entra para o funcionalismo público, na função de datilógrafo. Em 1954, passa para o exército como recruta e dois anos mais tarde se transfere ao jornalismo, como redator do jornal *L'Avenir*, o mais reacionário e pró-europeu da então colônia belga do Congo. O mentor intelectual do jovem Mobutu era Pierre Davister, um jor-

nalista intimamente ligado às grandes companhias mineiras belgas, e que mais tarde viria a se tornar conselheiro e confidente do atual chefe-de-Estado do Zaire.

Em 1958, Mobutu entra para o Movimento Nacional do Congo (MNC), um partido nacionalista fundado por Patrice Lumumba, para lutar pela independência do país. Logo no ano seguinte, Mobutu ganha uma bolsa de jornalismo em Bruxelas e se torna um dos representantes do MNC na capital belga. A história das ligações de Mobutu com Lumumba é extremamente confusa e duvidosa. Até hoje não se sabe se ele entrou para o MNC por oportunismo ou convicção. Essa última hipótese foi seriamente abalada desde o momento em que surgiram indicações de que Mobutu funcionou como "dedo-duro" da inteligência belga enquanto vivia em Bruxelas.

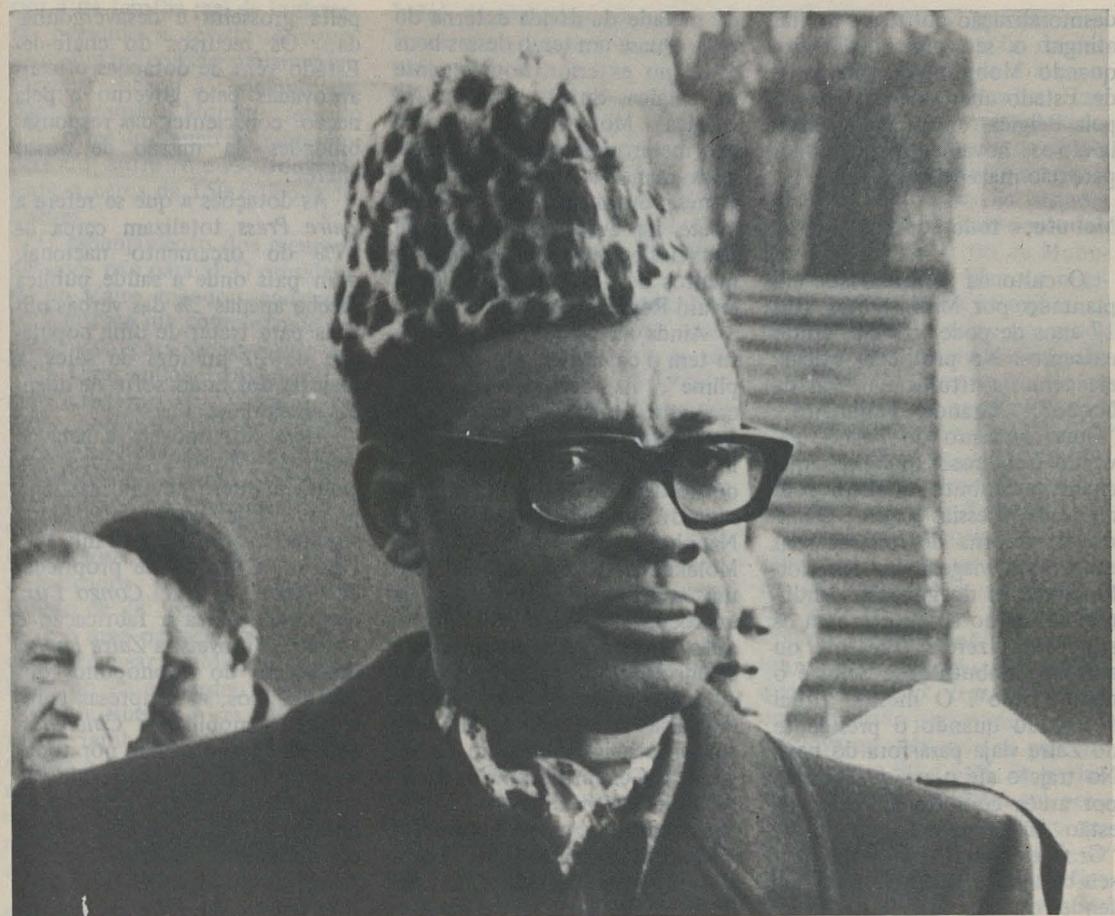
Esses antecedentes não impediram que Mobutu fosse um dos assessores de Lumumba quando a independência do Congo foi discutida na capital belga em 1960. Lumumba, dando prova de uma grande magnanimidade, desculpou as delações, afirmando que Mobutu ganhava muito pouco como bolsista e que era difícil resistir às tentações da polícia belga, que mantinha um eficiente serviço de suborno de estudantes congolese para obter informações sobre os movimentos a favor da independência da colônia. Aproveitando-se da boa fé do mais importante líder da independência do Congo, Mobutu expandiu as suas atividades como "dedo-duro", passando a prestar serviços também para a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) após a independência, já em Kinshasa. O escritor norte-americano Charles Howard chegou a afirmar que durante vários meses no segundo semestre de 1960, Mobutu passava a noite, diariamente, na embaxada norte-americana e usava

inclusive o helicóptero do embassador Clare Timberlake.

É durante esse período que o ex-sargento datilógrafo Joseph Desiré Mobutu realiza uma metórica ascensão na hierarquia militar. Antes da independência, em junho de 60, ele era um obscuro oficial, que tinha no entanto influentes ligações com os belgas e norte-americanos. Quando Patrice Lumumba assumiu a chefia do primeiro governo independente, Mobutu passou a capitão, e em agosto já era coronel. Nessa época, Lumumba já enfrentava a rebelião separatista de Katanga, liderada por Moïse Tschombe e pelas tropas belgas.

Enquanto o primeiro-ministro apelava para a justiça, legalidade e respeito na tentativa de acabar com a secessão da província mais rica do país, Mobutu manipulava os bastidores do poder, assumindo o cargo de comandante do estado-maior do exército, posição da qual decretou unilateralmente um cessar-fogo no momento em que as tropas fiéis a Luimumba estavam prestes a derrotar os amotinados. Era mais uma traição.

A rebelião de Katanga marcou o fim trágico das esperanças de Lumumba e do MNC em instalar um regime nacionalista no então Congo. Quando as tropas leais ao primeiro-ministro aniquilaram a rebelião separatista, formou-se uma formidável aliança entre a igreja (que acusava Lumumba de ser ateu), os belgas e norte-americanos (que temiam um pedido de ajuda à URSS depois da ONU ter negado tropas para acabar com a secessão) e todos os membros corruptos da nova elite congolese que aspirava ao poder depois da independência. Dentro dessa aliança Mobutu jogou mais uma vez um papel dubio e sinistro. É ele que depois de prender Lumumba, assume o poder e entrega o ex-premier ao facínora Moïse Tschombe. Lumumba é morto num episódio em que Mobutu



mostrou mais uma vez a sua vocação para traír o homem que sempre o ajudou, até mesmo com uma certa ingenuidade política.

Em novembro de 1960, Mobutu devolve o poder ao presidente J. Kasabuvu ficando apenas com a chefia do estado maior. Posição que conserva durante cinco anos, em que o Congo viveu uma sucessão de motins, rebeliões separatistas, intervenções estrangeiras, invasões mercenárias, golpes, conspirações, farsas eleitorais e uma obcecada perseguição a tudo o que lembrava a figura de Patrice Lumumba. O descalabro foi tão grande que até o assassino Moïse Tschombe foi chamado ao poder. Em novembro de 1965, a

Mobutu começou suas atividades políticas prestando serviços à Agência Central de Inteligência (CIA)

Patrice Lumumba fundou o Movimento Nacional do Congo (MNC) para lutar pela independência do país



desmoralização política e militar atingiu o seu grau mais alto, quando Mobutu deu um golpe de Estado abertamente apoiado pela Bélgica e pelos EUA, instalando-se novamente no poder para não mais deixá-lo.

Mobutu, o todo-poderoso

O culto da personalidade implantado por Mobutu nos seus 17 anos de poder atingiu limites extremos. No protocolo oficial, ele tem os títulos de "Pai da Nação", "Grande Timoneiro", "Guia Supremo do Povo", havendo numerosos políticos que chamam Mobutu também pelo nome de "Messias Negro". Quando ele retorna de uma de suas numerosas viagens ao exterior, funcionários do governo penduram faixas no aeroporto com os seguintes dizeres: "Presente ou ausente, Mobutu Sese Seko é o nosso ídolo". O mesmo ritual é seguido quando o presidente do Zaire viaja para fora do país. No trajeto até o avião, ele passa por arcos com flores nos quais estão faixas anunciando que o "Grande Timoneiro retoma o seu bastão de peregrino para defender os interesses da África no exterior".

Enquanto o povo do Zaire sofreu um rápido processo de empobrecimento nos últimos dez anos, período em que a queda do poder aquisitivo foi calculada em 53%, a fortuna pessoal de Mobutu cresceu na proporção de quase 2.000%. Em 1960, ele era proprietário de uma modesta casa num subúrbio de Leopoldville. Hoje, a revista norte-americana *Fortune* classifica o presidente do Zaire como um dos cinco chefes-de-Estado mais ricos do mundo.

O jornalista belga Frank Van Poucke, que se especializou na investigação dos bens do presidente do Zaire, afirma que a fortuna pessoal de Mobutu deve girar em torno dos dois bilhões de dólares, ou seja, um pouco menos

da metade da dívida externa do país. Quase um terço desses bens estão no exterior, notadamente na Bélgica, Suíça e França. Na Bélgica, Mobutu possui uma enorme propriedade em Eghezée, duas mansões em Rhode-Saint-Genèse, outra em Genêts, um palacete na avenida Lequine em Bruxelas e um edifício de apartamentos de dez andares no Boulevard Reyers.

Ainda na capital belga, Mobutu tem o chamado "Palácio Josephine", na avenida Tervuren, com três andares. No total, o presidente do Zaire possui 24 imóveis registrados no seu nome ou no de parentes próximos, como o seu tio Litho Mobotzi Nzonboyo ou o seu sobrinho Moleka. Em Paris, Mobutu tem um suntuoso apartamento na aristocrática avenida Foch, o reduto preferido dos milionários e celebridades do *jet set* internacional. A lista de propriedades européias se estende ainda à Suíça (um chalé de inverno na região de Genebra e uma propriedade de seis hectares em Cully, registrada no nome de Antoniette Mobutu); à Espanha (uma luxuosa vila no Mediterrâneo), um palácio em Bangui, capital da República Centro-Africana, e uma mansão em Abidjan, na Costa do Marfim.

Ao explicar o grande número de propriedades no exterior, a agência oficial do Zaire, a *Zaire Press*, afirmou: "O povo do Zaire não vê nada de anormal no fato do presidente da República comprar imóveis na França, Suíça e Bélgica. A segurança do nosso Guia é para nós uma exigência fundamental, porque nos seus numerosos deslocamentos para o exterior, ele enfrenta as circunstâncias mais diversas... Ele compra, em lugar de se hospedar em hotéis onde ele fica exposto às loucuras de qualquer doente mental... Levantar dúvidas sobre essas aquisições e sobre as origens dos recursos utilizados nessas transações constitui uma sus-

peita grosseira e desavergonhada... Os recursos do chefe-de-Estado vêm de dotações oficiais aprovadas pelo governo e pela nação, conscientes das responsabilidades da missão de nosso chefe..."

As dotações a que se refere a *Zaire Press* totalizam cerca de 17% do orçamento nacional, num país onde a saúde pública recebe apenas 2% das verbas oficiais para tratar de uma população de 22 milhões de seres, a maioria dos quais sofre de doenças endêmicas.

Além dos imóveis, a lista de bens de Mobutu alcança um grande número de fábricas, empresas e lojas comerciais. Ainda segundo o jornalista Frank Van Poucke, a relação de propriedades inclui: a firma *Congo Lux*, que monopoliza a fabricação e venda de móveis; a *Zaire Pneus*, detentora do monopólio dos pneumáticos; as empresas construtoras imobiliárias *Coleten* e *Safricas*, responsáveis por todas as obras estatais; a companhia de transportes *Sidma*; a empresa de ônibus *S. T. K.*, que monopoliza os transportes interurbanos no Zaire; as publicações *Actualités Africaines* e *La Tribune*, sem falar na *Agência Zaire Press*; e a sociedade distribuidora de filmes para cinema e televisão *Congo-vox*, na qual está associado a Pierre Davister, o antigo portavoz dos interesses coloniais belgas.

Junto com parentes e amigos estrangeiros, Mobutu controla ainda a poderosa *Sozacom*, que comercializa os minerais extraídos no país; a Companhia Marítima do Zaire; a empresa distribuidora de água, gás e eletricidade *Snelregideso*; a empresa de extração de diamantes *Miba* e a riquíssima *Gecamines*, responsável pela exploração do cobalto, cobre e manganês.

A avaliação global da fortuna de Mobutu Sese Seko foi considerada maior do que a do falecido xá Reza Pahlevi e bem su-

rior à da família real da Inglaterra. Segundo a revista *Afrique-Asie*, uma comissão parlamentar francesa chegou à conclusão de que a família Mobutu retirou dos cofres do Banco do Zaire, no período entre 76 e 79, o equivalente a cerca de 150 milhões de dólares.

O esbanjamento dos recursos públicos não pára aí. O presidente do Zaire mandou construir em Kinshasa um complexo de radiodifusão para transmissões de TV a cores sofisticadíssimo. É o mais moderno da África e foi todo comprado da França, num país que dispõe apenas de 20 mil aparelhos de televisão. Outra excentricidade do "Grande Timoneiro" foi a de presentear todos os jogadores da seleção do Zaire classificados para a Copa do Mundo de 78 com uma casa, um carro e uma passagem aérea para qualquer lugar do Mundo. (A seleção do Zaire perdeu todos os jogos em Buenos Aires.) Mobutu pagou também dez milhões de dólares a George Foreman e Cassius Clay por uma luta de boxe em Kinshasa em 1974. Foi a maior bolsa já paga a boxeadores em todo o mundo.

Mobutu e a cleptocracia

Uma fortuna tão grande só poderia ter sido acumulada com a ajuda de um eficiente sistema de corrupção instaurado em todos os níveis de poder. O processo de enriquecimento ilícito se acentuou a partir de 1970 e ganhou um impulso adicional depois de novembro de 1973, quando Mobutu proclamou a "zairização" de toda a economia do país. Esse processo pretendia uma nacionalização (mesmo disfarçada) do Zaire mas, na verdade, serviu para aumentar ainda mais os bens do presidente da República.

O programa de "zairização" fez com que 15 mil pequenos comerciantes estrangeiros perdessem os seus bens e fossem proi-

bidos de trabalhar. Muitos deles foram sumariamente expulsos do país. Os nomes belgas das cidades, rios e regiões geográficas foram mudados. Assim, a antiga capital Leopoldville passou a se chamar Kinshasa, o mesmo ocorrendo com Elizabethville (agora Lubumbashi), Stanleyville (Kisangani) e Coquilhatville (atual Mbandaka).

O projeto foi apresentado à opinião pública africana como uma ambiciosa tentativa de eliminar todos os vestígios do colonialismo belga. Mas na verdade acabou se transformando numa triste demonstração de clientelismo político, sem que nenhum dos grandes interesses econômicos transnacionais tenha sido drasticamente atingido. Os amigos de Mobutu foram por exemplo agraciados com propriedades e empresas como foi o caso do obscuro Ngunza, um professor de "mobutismo" na Universidade do Zaire que herdou a cadeia de lojas *Amato Irmãos*, cujos antigos proprietários portugueses foram obrigados a deixar o país.

O chefe de gabinete do presidente, recebeu de presente uma

vasta área rural. O general Bumba ganhou o monopólio da pesca no lago Tanganica e a esposa de Mobutu recebeu um "dote" de 14 empresas de exploração agrícola. Nos anos posteriores à "zairização", surgiu a estrutura definitiva do sistema de corrupção. Ele tem como tripe fundamental o tio de Mobutu, Litho, o filho Wema e o general Bolosi, chefe da segurança militar. Também estão agregados a esse grupo, o responsável pelo planejamento econômico Bokana e o chefe da segurança civil Seti. Entre os estrangeiros envolvidos na clientela mobutista estão o belga M. Tempelsman e o francês Pierre de la Tribouille.

O sistema de corrupção se estabeleceu como uma pirâmide em cuja base estão os membros do partido único, Movimento Popular Revolucionário, e os militares menos graduados. Qualquer transação traz implícita uma comissão para o responsável do governo, variando as percentagens entre 20 a 50%. Os soldados e policiais recebem em propinas o equivalente a quatro ou cinco vezes o seu salário. E o próprio Mobutu chegou a afirmar publicamente num discurso pronunciado num quartel perto de Bukavu há três anos: "Podem roubar, mas roubem inteligentemente".

O acesso de franqueza do "Guia" irritou os funcionários do Fundo Monetário Internacional que na mesma ocasião estavam em Kinshasa para investigar as causas da enorme dívida externa de cinco bilhões de dólares do Zaire. Uma dívida que em 1980 consumia 35% de todas as rendas auferidas pelo país.

A cúpula do regime patrimonial do Zaire cometeu desvios econômicos incalculáveis, que implicaram uma sangria violenta dos recursos financeiros do país. Além do complexo de radiodifusão, foram feitas obras que hoje se encontram ou ociosas ou funcionam com apenas



A dívida externa consumia em 1980 35% das rendas do Zaire

30% de sua capacidade. Tal é o caso da construção da maior linha de transmissão elétrica do mundo, atravessando uma extensão de mil quilômetros de fios de alta tensão, que custaram cerca de um bilhão de dólares.

Outro exemplo, a construção de uma sofisticada siderúrgica para aços finos que trabalha com custos operacionais cinco vezes superiores ao do produto importado.

Muitos destes projetos foram desenvolvidos para benefício exclusivo dos fornecedores estrangeiros e dos assessores de Mobutu. A firma transnacional *Ahusuisse* está construindo um complexo de fundição do alumínio no valor de um bilhão de dólares, recebendo energia elétrica quase de graça, além de ter direito de vetar pelo prazo de dez anos a construção de qualquer usina similar em território do Zaire. Outro bilhão de dólares está sendo gasto na construção de um terminal marítimo de águas profundas em Banana, provocando a ociosidade a médio prazo do porto de Matadi, distante poucos quilômetros. O porto de Matadi foi totalmente reformado há dez anos, ao custo de 250 milhões de dólares e pode receber navios de grande calado.

O empobrecimento galopante

O balanço dos 17 anos de "reinado" de Mobutu é trágico. A renda per capita média é hoje de 90 dólares por ano, superando na África apenas o Chade, Etiópia, Alto Volta, Mali, Burundi e Ruanda. A queda do poder aquisitivo desde 1967 foi calculada oficialmente em 53,5%, embora extra-oficialmente se diga que essa cifra esteja muito aquém da realidade. O jornal *Le Monde* garante que o aumento dos preços nos últimos cinco anos foi de 500%.

Jules Chomé, autor do mais importante livro sobre a situação

no Zaire, afirma que um operário de Kinshasa deve hoje trabalhar 26 semanas para comprar um peixe de tecido que há 15 anos lhe custava apenas quatro semanas de trabalho. Um saco de farinha custava em 1960 cinco dias de trabalho. Hoje, custa 17.

Há 20 anos, o Zaire exportava alimentos. Hoje importa 40% da comida que consome. O Produto Interno Bruto (PIB) registra índices negativos desde o início da década de 70. O déficit nas finanças públicas quadruplicou em cinco anos e a moeda nacional foi desvalorizada em 300% de 1975 até hoje.

O resultado do mobutismo é que a população do Zaire é hoje uma das mais pobres do mundo. O fenômeno da fome endêmica se tornou uma realidade chocante, agravada pelo crescente número de refugiados vindos de países vizinhos. A mortalidade infantil está hoje entre as mais altas de todo o continente negro, enquanto a esperança de vida caiu dos 50 para os 40 anos desde 1970. Não há números disponíveis sobre desemprego, mas fontes não-oficiais calculam que ele chega ao espantoso total de 40% da força de trabalho.

O drama da oposição

Num quadro como este, causa surpresa o fato de que Mobutu continue governando sem que o seu poder seja contestado por uma oposição forte. Nem mesmo no exército há qualquer tipo de contestação da parte de elementos menos beneficiados pela corrupção, pelo menos publicamente. Mobutu chega a ser comparado com o deposto Somoza na Nicarágua ou com o regime duvalierista ou Stroessner, no Paraguai, em matéria de despotismo.

O regime exerce o seu poderio repressivo contando com a aberta colaboração de forças estrangeiras. Na última rebelião na

província de Shaba (1978), tropas da Bélgica e da França com aberto apoio dos Estados Unidos garantiram a sobrevivência do governo Mobutu. Atualmente se encontram no Zaire 80 assessores militares franceses responsáveis pelo treinamento da 31ª Brigada do Exército, estacionada perto de Kinshasa. Os belgas fornecem treinamento aos três mil soldados da 21ª Brigada, estacionada em Kolwezi, na região mineira. E finalmente a República Popular da China fornece instrução à 41ª Brigada, perto de Kisangani, ao norte.

Sem essa assistência estrangeira, os 70 mil soldados do exército do Zaire não teriam condições de resistir a uma rebelião geral. Os soldados ganham o equivalente a quatro mil cruzeiros por mês, e só podem sobreviver roubando e extorquindo.

Num quadro de corrupção e repressão como este, é natural que os grupos oposicionistas enfrentem enormes dificuldades para se organizarem. Logo depois do segundo golpe de Mobutu, em 1965, a maior parte dos movimentos antimobutistas escolheu a insurreição armada rural como sua estratégia de luta pelo poder. Este é o caso do Movimento Nacional Congolês, criado por Patrice Lumumba na década de 50. O MNC foi substituído mais tarde pelo Comitê Nacional de Libertação (CNL), que em 1967 sofreu uma cisão com o surgimento do Partido Revolucionário Popular (PRP), reunindo os elementos mais politizados e radicalizados do lumumbismo. Os adeptos do PRP criaram vários focos guerrilheiros na parte norte da província de Shaba e ao sul de Kiwu.

Em 1976, surgiu a Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) responsável pelas duas rebeliões na província de Shaba, em 1977 e 78, que só foram sufocadas graças à ajuda dada por belgas, franceses, marroquinos, norte-americanos e egípcios ao presidente Mobutu. A FNLC é

tormada por bases localizadas na província de Shaba. É um movimento que conta com cerca de 1.500 homens armados. O PRP e o FNLC tentaram uma coordenação conjunta de suas ações, mas a frente comum não chegou a produzir resultados significativos.

O grande problema que atingiu tanto o PRP como o FNLC foi o erro estratégico de basear suas ações na zona rural, esquecendo o preparo político dos setores urbanos. Numa situação de empobrecimento drástico, com o aumento do êxodo em direção às cidades por absoluta escassez de comida e pela presença maciça de tropas do governo, ambos os movimentos foram afetados pela falta de apoio das populações rurais. Hoje, tanto o PRP como o FNLC fizeram uma autocritica de sua ação no passado, estimulados pelo fato de que os setores urbanos começaram a demonstrar um grau crescente de rebeldia. Os dois movimentos chegaram à conclusão de que a luta para levar a rebelião do campo para a cidade estava se defrontando com enormes dificuldades. O alto grau de dispersão das tribos do interior, as migrações e o crescimento das seitas messiânicas tornavam muito lento o trabalho de conscientização política, agravado ainda pela diversidade de dialetos e de grupos tribais. Enquanto isso, nas cidades, os estudantes e a empobrecida classe média urbana começavam a dar sinais evidentes de inquietação. O ex-embaixador do Zaire no Irã, Mbeka Makossa fundou em 1978 a Organização de Libertação do Congo (OLC) seguido dois anos mais tarde pelo ex-ministro da Educação Mungul Dia ka, fundador do Conselho de Liberação do Congo (CLC). Da mesma forma setores parlamentares da província de Kasai, divulgaram em dezembro de 80 uma carta contendo severas acusações ao regime mobutista. Os treze autores da carta foram



O próprio Mobutu reconhece que a situação do país é extremamente difícil. A corrupção atinge de cima para baixo toda a estrutura oficial, e o povo dá sinais de não aceitar mais a submissão que lhe é exigida, em troca de fome e privações

destituídos de seus cargos e privados de seus direitos políticos antes mesmo da divulgação do documento.

O caso mais recente foi o do ex-primeiro-ministro Nguza Karl I Bond, que passou à oposição durante uma viagem a Bruxelas, onde divulgou um manifesto chamado "Apelo de 30 junho" no qual se apresenta diante de europeus e norte-americanos como uma alternativa "decente" à decadência da oligarquia de Mobutu Sese Seko. Até mesmo a igreja do Zaire rompeu o silêncio em relação ao governo ao vulgar, no final do ano passado, uma mensagem condenando violentamente os desrespeitos aos direitos humanos no país. No começo de fevereiro de 82, o governo foi obrigado a fechar a Universidade do Zaire diante do aumento dos protestos estudantis.

A situação no país é extremamente difícil. O próprio Mobutu reconhece que a estrutura oficial está corrompida de alto a baixo e que a população já não mostra mais o mesmo grau de submissão dos anos imediatamente posteriores ao golpe de 1965. A chamada "velha guarda" está sendo chamada de volta ao poder numa tentativa de recuperar um mínimo de solidez política. Com Nguza Karl I Bond, essa tentativa fracassou. Mas outros velhos companheiros de Mobutu, como o ministro do Exterior Bomboko Lokumba, esqueceram antigas divergências para continuar no poder. Bomboko já foi afastado do governo em duas ocasiões anteriores por divergências com Mobutu, mas voltou a apostar na continuidade do "Grande Timoneiro".

Depois da vitória de François Mitterrand na França, Mobutu

não confia mais no apoio de Paris ao seu regime. Durante os anos de Giscard d'Estaing, o dirigente zairense sempre teve certeza de que as tropas da ex-metrópole não vacilariam em salvar o regime do MRP no caso de qualquer rebelião. Mas com os socialistas no poder em Paris, Mobutu resolveu apostar em Ronald Reagan, contando com as simpatias

de Alexander Haig, um homem obcecado pela guerra dos recursos minerais.

Mas o preço da aliança com Washington é a aceitação das regras impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para reescalonar a vultosa dívida externa do Zaire. Negociar com o FMI tem sido tradicionalmente

na África uma decisão muito arriscada, porque ela está quase sempre associada a golpes de Estado. Em países onde a população já vive em condições muito duras, aceitar as regras draconianas do FMI (encarecimento ainda maior do custo de vida) é quase uma senha para a conspiração. Foi isso que aconteceu recentemente em Gana. •

Karl I Bond, malabarista político

Antonio Tavares Telles

Nguza Karl I Bond, 43 anos, vive há quase um ano numa luxuosa residência do aristocrático bairro de Rhode-St. Genèse, em Bruxelas. Seu currículo político é cheio de altos e baixos. Foi ministro de Relações Exteriores, vice-presidente do Conselho de Ministros e membro da direção do MRP. Em agosto de 77 foi preso e condenado à morte por uma suposta participação na primeira rebelião separatista de Shaba. Em julho de 78 foi absolvido e, um mês mais tarde, nomeado primeiro-ministro, cargo que ocupou até abril de 81 quando fugiu de Kinshasa, para pedir demissão em Bruxelas e não mais voltar a seu país. Toda a sua carreira foi feita dentro do fechado círculo de políticos que rodeiam Mobutu Sese Seko.

Recentemente, Nguza Karl I Bond deu uma entrevista exclusiva ao nosso colaborador Antônio Tavares Teles sobre as razões que o levaram a romper com Mobutu e seus projetos para derrubar o atual homem forte do Zaire. Eis o texto resumido da entrevista:

Por que o senhor renunciou após ser um companheiro de Mobutu durante tanto tempo, quase dezessete anos?

— Demiti-me para estar em paz com minha consciência. É preciso ter em mente que a

maior parte dos zairenses, intelectuais ou não, colaboraram com Mobutu. Isso não quer dizer que eles foram necessariamente barões do regime. Eu nunca fiz parte do grupo mais fechado do poder. Sou da província de Shaba, o que não quer dizer que estive por trás das tentativas de rebelião. Por ser catangueu nascido em Shaba, não posso ser um barão do regime.

Mas por que teve uma posição tão importante no regime?

— Justamente porque eu era um elemento de equilíbrio. Sou muito popular em Shaba. Sou sobrinho de Moïse Tschombe. Ao me indicar como primeiro-ministro, Mobutu procurava uma posição de equilíbrio. E eu contribuí para reforçar a credibilidade e estabilidade do regime até ser preso em 1977. Até aquela época eu achava que era possível mudar o regime de dentro dele.

O senhor achava na época que a transformação do regime passava pela derrubada de Mobutu?

— Naquele período, 1977, eu achava que o próprio Mobutu era reformável. Que havia possibilidade de fazê-lo compreender a necessidade de um poder balanceado, evitando abusos, através de um parlamento livre. Acreditava que era possível criar novos partidos. Mas depois da

viagem de Mobutu à China e Coreia, tudo mudou. Surgiu o culto da personalidade, a história dos uniformes que todo mundo tinha que vestir, e absurdos como chamá-lo de "Messias Negro" ou "Filho de Maria". Aí tudo ficou falso.

É verdade que a sua condenação à morte foi anulada por interferência de europeus e norte-americanos?

— Quando hoje eu digo para os ocidentais pararem de dar apoio a Mobutu, é porque eu sei que eles salvaram o regime nas duas rebeliões separatistas em Shaba. Após a segunda rebelião, em 78, os ocidentais impuseram várias condições a Mobutu: controle do Banco do Zaire, do Departamento de Finanças, libertação de prisioneiros, liberalização do regime e fim das intervenções em outros países. Eu fui solto graças a essas condições, embora a essa altura eu já não acreditasse em Mobutu. Disse isso aos ocidentais, mas eles me responderam que garantiriam a liberalização do regime e a minha própria segurança. Aceitei, porque os ocidentais têm interesses muito importantes no país. É uma realidade que não pode ser ignorada. Mas eu não sou um criado do Ocidente, procuro apenas ser realista, propondo transformações realistas no meu país.

Mas quando o senhor era primeiro-ministro, nunca protestou perante Mobutu?

— Tive muitas discussões com ele. Cheguei a dizer que estava tudo acabado. Mas ele respondeu

que quem mandava no Zaire era ele. Não repliquei. Minha resposta foi dada meses mais tarde quando me demiti.

Quem o apóia agora dentro do Zaire?

— Os meus núcleos de apoio dentro do Zaire são sobretudo militares. Além disso, tenho contatos dentro da cúpula de Mobutu, incluindo os filhos dele. Sei quem é quem e o que pensa. Mas não posso citar nomes porque se não vão todos para a cadeia.

Logo depois de chegar a Bruxelas, Nguza divulgou um documento de 60 páginas chamado "Apelo de 30 de junho de 81" pedindo a "renovação e recuperação nacional para tirar o país do impasse e do imobilismo que ameaçam a sua própria sobrevivência". Nesse documento, o ex-premier pede o restabelecimento do consenso nacional, a democracia, a descentralização, a normalização das relações com países vizinhos, o restabelecimento dos mecanismos econômicos e pede um programa de salvação nacional.

O senhor foi divulgar o seu programa nos Estados Unidos. Qual foi a reação dos norte-americanos?

— Os norte-americanos estão de acordo com minha análise. Isso quer dizer que o plano, adotado após a rebelião de Shaba, sobre a liberalização do regime Mobutu, fracassou. O governo ficou mais corrupto. Agora eu me apresentei como um contrapoder. Não tenho vergonha em dizer que sou amigo dos ocidentais. Existem realidades que é preciso levar em conta, porque a estabilidade do Zaire exige uma colaboração estreita com o Ocidente.

Mas não existem contradições entre os interesses econômicos do Ocidente e o povo do Zaire?

— Nós sabemos que o mundo capitalista é baseado no lucro. Nós somos um país jovem, dependentes do exterior por causa do nosso endividamento, por fal-

ta de capital e tecnologia. Penso que no Zaire é um grave erro basear o desenvolvimento econômico apenas no setor mineiro, como desejam as firmas ocidentais. O interesse do povo é ter mais comida, por isso deve ser dado um destaque especial à questão da agricultura. Mas o fato de que nós vivemos num mundo de interdependência, e de que vamos cooperar e até reforçar os laços com o Ocidente, não quer dizer que por isso sejamos obrigados a agredir os países que não compartilham dos nossos pontos de vista.

O senhor não teme que em caso de golpe de Estado, os militares acabem tomando o poder no Zaire?

— Há uma coisa que eu posso dizer. O senhor Mobutu conseguiu dar o golpe em 65 devido a uma situação de caos, de falência do Estado. Agora estamos numa situação de falência dos militares. Se um deles assumir o poder, será apenas trocar um tirano por outro. Não haverá o consenso político que pretende. Nossa luta então deverá continuar.



Nguza Karl I Bond

Que relações o senhor pretende manter com outros países africanos caso chegue ao poder?

— O senhor pode estar certo de uma coisa. Tenho muito respeito pelo presidente Samora Machel, que me honra com sua amizade. Sinto a mesma coisa pelo presidente José Eduardo dos Santos. Posso dizer que se eu tiver alguma responsabilidade num novo governo do Zaire, meu desejo será ajudar nossos irmãos vizinhos a resolverem seus problemas. A respeito de Angola, posso dizer que nossas relações são muito próximas. Sou um *lunda*, e os *lundas* dos dois lados da fronteira se conhecem muito bem.

Qual o seu projeto político imediato?

— O Zaire vive uma ditadura há 17 anos, e a passagem à democracia deve trazer problemas. Será necessário um período transitório. Não se pode derrubar um regime de um dia para outro. Seria a anarquia. Por isso falo num regime de salvação nacional, de transição entre a ditadura e a democracia.

Pretende voltar à Constituição de 1960?

— Devemos voltar primeiro à Constituição de 1968 que foi aprovada pelo povo. Temos que limitar o número de partidos a três ou quatro, para evitar abusos do poder e oferecer uma opção clara ao povo. Devemos também dar liberdade à imprensa e garantir normas contra o abuso da força.

Como pretende resolver o problema da corrupção?

— Com radicalismo. Os homens públicos têm que justificar tudo o que possuem. Há muita gente que não paga impostos ou direitos alfandegários. Podemos chegar até a uma redistribuição de bens, através de impostos sobre grandes fortunas. Devemos principalmente acabar com a corrupção dos grandes, que é a principal responsável pela corrupção dos pequenos. •

A militância polonesa do Papa

Os católicos do Terceiro Mundo cobram do Vaticano uma atenção pelo menos igual à que o Papa dá à crise polonesa

Neiva Moreira

Temos que reconhecer que a posição de um Papa polonês, na situação atual, não é fácil nem cômoda. A Polônia padece os efeitos de uma confrontação ideológica profunda e de uma crise político-social que está abalando a sua sociedade. E a igreja não é estranha ou indiferente a esse problema.

Não é novidade que o Solidariedade nasceu e cresceu não apenas nos estaleiros de Gdansk mas também nas sacristias. Entre os assessores de Lech Walesa os mais influentes eram — ou são — padres e dirigentes das entidades católicas. A atividade pública dos sindicatos independentes esteve sempre aparentada ou unida aos ritos ou à liturgia da igreja. Nenhuma decisão fundamental da nova direção sindical foi tomada à margem ou sem a anuência da hierarquia.

O que, no entanto, ficou demonstrado no auge da crise é que a busca da confrontação não era unânime no seio da igreja e, seguramente, a mesma não foi estimulada pelo prudente cardeal Glemp, que substituiu o atual Papa como arcebispo de Cracóvia e primaz da Polônia. Entendia uma influente área da hierarquia, que paralisações do trabalho ou medidas de sabotagem econômica não seriam suficientes para derrubar o regime. Havia muitos trabalhadores e uma parte da burocracia não corrompida que apoiavam as transformações democráticas mas não a reimplantação do sistema capitalista sobre os destroços da experiência socialista da Polônia. Unidos ao exér-

cito, esses setores teriam condições de pagar o preço de uma guerra civil e impedir a liquidação do regime.

Há que considerar aí outro dado importante: a união secular entre igreja e forças armadas, base histórica da geopolítica do Estado polonês, atingiu o ponto de ruptura, no momento em que se patenteou a firme opção dos militares pelo socialismo. A hierarquia eclesiástica conhece bem a natureza do exército polonês, sua implantação no povo, o respeito nacional por sua conduta, que lhe permitiu escapar, mais ou menos incólume, de um clima de corrupção e incompetência que atingiu grande parte do aparelho do governo e do partido.

É possível que essa avaliação tenha desacelhado o confronto e estimulado os caminhos do diálogo. As declarações feitas em Roma pelo cardeal Glemp foram muito expressivas. Não usou parábolas nem frases elípticas. Foi peremptório ao assinalar sua preocupação de que, enquanto se superdimensionavam os acontecimentos da Polônia, omitia-se a gravidade de situações mais dramáticas, como as de El Salvador e da Irlanda do Norte.

O cardeal demonstrou que conhecia os sofrimentos dos povos de El Salvador e da Guatemala, mas também os do Haiti, do Uruguai, das Filipinas, da Argentina, do Chile, do Paraguai, de tantos outros países dominados por ditaduras tirânicas. E por mais que as agências transnacionais

de notícias ocultem ou deturpem a verdade, um cardeal bem informado não pode deixar de saber que há frustrações naqueles países católicos, pelas omissões do Vaticano e do Papa na denúncia severa aos horrores que padecem.

Vejamos a situação dos centro-americanos e países do Caribe submetidos a ditaduras. Eles estão lendo na imprensa as referências quase diárias do Papa à situação da Polônia, algumas tão emocionadas e militantes que podem ser interpretadas como uma participação direta nos fatos políticos.

Esses mesmos centro-americanos vêm, todos os dias, como padres, freiras, dirigentes das associações religiosas são assassinados, presos, perseguidos e expulsos de suas paróquias; vêm populações massacradas, aldeias destruídas, sem que haja uma reação na Santa Sé pelo menos igual à da Polônia, onde não há notícias de uma escalada de violência e terror. Mesmo quando esse apóstolo da paz e dos direitos humanos, o arcebispo de El Salvador, monsenhor Oscar Romero, foi fuzilado no altar, com o cálice consagrado nas mãos, o protesto no Vaticano esteve longe das indignadas referências ao tema polonês.

E que dizer da falta de denúncias mais vigorosas frente à imensa injustiça contra multidões falmintas e oprimidas cometida pelo sistema capitalista? Esses párias sociais jamais serão libertados da marginalização sem uma compulsória redistribuição da riqueza, pois apenas invocando a generosidade dos ricos essa meta vital à paz do mundo jamais será conseguida.

Milhares de católicos no Terceiro Mundo não poderão renunciar ao direito das comparações e dos paralelos, quando olham para as faces coradas e as roupas confortáveis dos que, na Polônia, fazem greve porque em vez de três quilos de carne mensais querem 3 quilos e 700 gramas. Nem por ano, populações do nordeste brasileiro, do Haiti ou da Índia terão os três quilos de carne que na Polônia já não se considera suficiente para um mês.

Não desconhece o Sumo Pontífice os numerosos operários que, na América Latina, na África e na Ásia não têm direito à sindicalização e curtem prisões e degrados, se já não foram fuzilados, por defenderem direitos que, mesmo na Polônia de

Gierek e Kania, nunca foram negados aos trabalhadores. E nada ou pouco se diz a respeito.

Por mais católicos que sejam os centro-americanos e por mais respeito que lhes mereçam João Paulo II e o seu amor à pátria não lhes será fácil entender essa diversidade de tratamento.

Esses sentimentos já se traduzem publicamente. Trezentos religiosos da Nicarágua enviaram um documento ao Papa, ponderando-lhe que os direitos humanos "não devem ser defendidos apenas na Europa e para os europeus".

Na própria Itália surgem, no seio dos católicos, protestos pela desatenção do Vaticano à tragédia de tantos povos. Araújo Neto, correspondente do "Jornal do Brasil" em Roma, dá notícias de que duas importantes publicações católicas, *Nuova Stagione* e o semanário da influente Ação Católica, *Il Segno*, manifestam aquelas preocupações. Um dos articulistas se refere ao "comportamento desatento do Papa" e pergunta "se não seria o caso de se ter um Papa para a América Latina".

Não parece que esses protestos estejam comovendo o Vaticano, mas repercutindo ou não nas muralhas da Santa Sé, a perspectiva é de que cresçam.

A maioria dos combatentes de El Salvador e Guatemala é, sem nenhuma dúvida, constituída por católicos. Eles sabem que sua vitória sobre a ditadura não estará na dependência do que faça ou não o Vaticano, mas consideram importante o que diga o Papa em seu favor. Mas o que lhes angustia — e isso está explícito nos seus documentos e manifestações — é que, circunscrevendo suas maiores preocupações com os direitos humanos à sua pátria, o Papa esteja semeando no espírito de muitos as dúvidas de que seu compromisso nacional é mais forte do que a vocação universal da mensagem cristã que ele deve encarnar.

A posição mais confortadora para os combatentes da América Central terá sido, sem dúvida, a do cardeal Glemp. Pelo menos foi alentador saber que, apesar das dificuldades que enfrenta, ele se preocupa com a situação daqueles povos, num justo dimensionamento da verdadeira salvaguarda dos direitos humanos e da posição de uma igreja ecumênica e supranacional.

Até onde Mubarak poderá ir?

Há indícios de certas mudanças no Cairo. Os militares estariam pressionando para que se diversifique a fonte dos fornecedores bélicos

Mohamed Salem

Em círculos israelenses e ocidentais há certa preocupação em torno das posições de Hosni Mubarak, o substituto de Anuar Sadat na presidência do Egito. Não é que Mubarak tenha se afastado da linha central do seu antecessor, senão que certas modificações na linguagem e mesmo na orientação política fazem crer, aos observadores israelenses mais rigorosos, que algo mudou no Cairo.

Um jornal de Telavive considera que as negociações de Campo David não têm feito progressos, desde que Mubarak assumiu. "Até agora, acentua, tem sido impossível criar uma ponte entre Israel e as posições egípcias." Um informante próximo ao primeiro-ministro Begin manifestou sua preocupação pelo que considera uma "nova terminologia" nas declarações do mandatário egípcio, que, ao contrário de Sadat (que se referia apenas à "autonomia dos palestinos"), passou a falar de "autodeterminação", um termo que, em Israel, é sempre recebido com desconfiança. "A autodeterminação não será apenas um meio de propor o estabelecimento de um Estado palestino independente?", perguntou o informante.

A verdade é que, nas conversações mantidas por Mubarak



O general Mubarak

com os dirigentes europeus e o presidente Reagan, na sua recente viagem ao Ocidente, ele deu ao problema palestino uma ênfase que havia desaparecido da diplomacia egípcia. Na declaração oficial feita na Casa Branca, o presidente egípcio foi claro: "A chave para a paz e a estabilidade no Oriente Médio está na solução do problema palestino". E ainda mais: "A solução deve ser baseada na aceitação e reconhecimento mútuos", ou seja, de Israel e da Palestina, o que tem sido uma tese inaceitável para Telavive, que de nenhum modo quer admitir um Estado palestino independente.

As reações israelenses foram imediatas. O governo de Begin esclareceu o que entende por

"autonomia": controle das relações exteriores da área palestina e da segurança, ou seja, presença militar de Israel e concessão aos palestinos da direção dos serviços administrativos locais, como transportes urbanos, repartições burocráticas, criação de abelhas etc. Um dos dirigentes mais duros de Israel, o ministro do Interior Yosef Burg, foi peremptório: "Jerusalém, não. Israel perpetuará Jerusalém como a sua capital".

Nem todos os dirigentes dos partidos e Estado judeu revelam preocupações com o novo estilo do Cairo. Para alguns, seria apenas uma mudança de linguagem mas não o abandono da linha de entendimento, imposta por Sadat.

Certas mudanças internas

Certas mudanças ocorreram na nova administração egípcia, a começar pela libertação de presos políticos, alguns notoriamente adversários do regime, e as recomendações oficiais à imprensa para que se abstinha de atacar outros países árabes, mesmo a Líbia, que tem sido o alvo predileto dos jornais do Cairo.

O necessário julgamento do perdedor Sadat e suas repercussões altamente negativas à causa

dos árabes e à sua unidade não parecem, no entanto, estar na cogitação dos atuais governantes. Se divulgam apenas algumas críticas, que refletem uma certa preocupação em estabelecer distâncias entre as duas administrações.

Algumas medidas anticorrupção chegaram até à família de Sadat, cuja mulher, Jihan, uma senhora de mentalidade ocidental que teria exercido sobre ele uma influência antiárabe, foi chamada a prestar esclarecimentos em um inquérito sobre negócios irregulares como a venda de automóveis de luxo ao Estado.

Algumas semanas mais tarde, falando ao partido oficial, Mubarak atacou um ponto, que era o mais característico da política de Sadat, isto é, a concentração da riqueza, o escandaloso favorecimento da burguesia egípcia associada ao capital estrangeiro e o abandono da política de justiça social, que era a base do nasserismo. "Deve-se definir — disse o presidente egípcio — uma adequada política econômica, com um critério social. A riqueza não deve ser distribuída entre uma minoria, já que isso implica que a carga a assumem os pobres".

Talvez o fato que mais possa expressar uma política interna mais flexível foi a entrevista que Khaled Muhieddine, antigo companheiro de Nasser, manteve com Mubarak. Muhieddine é o líder da Associação Nacional dos Trabalhadores Progressistas (ANTP), o grupo legal mais à esquerda no Egito de hoje. Sadat submeteu esse partido a uma dura repressão e, entre os presos políticos libertados pela atual administração, não menos de vinte eram membros do Comitê Central da ANTP que haviam sido encarcerados pela polícia.

Também voltou a circular o jornal *Al-Taqaddum*, órgão do partido de Muhieddine e que estava fechado. Embora não combatá as chamadas "medidas de moralização" do novo governo,

esse periódico exige mais do que está sendo feito. Ele quer que o debate sobre a crise aprofunde a análise das suas causas, o que, inevitavelmente, definiria as responsabilidades de Sadat no desastre econômico.

O retorno dos soviéticos

Essas medidas podem ter causado alguma preocupação às transnacionais que estão avassalando o Egito (ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 25) e destruindo a infra-estrutura nacional de sua indústria. Mas, o que não está sendo bem digerido pelo Pentágono, foi o anúncio de Mubarak de que o Egito vai chamar de volta parte dos técnicos soviéticos expulsos por Sadat, quando este último buscava desculpas para a sua entrega total a Washington.

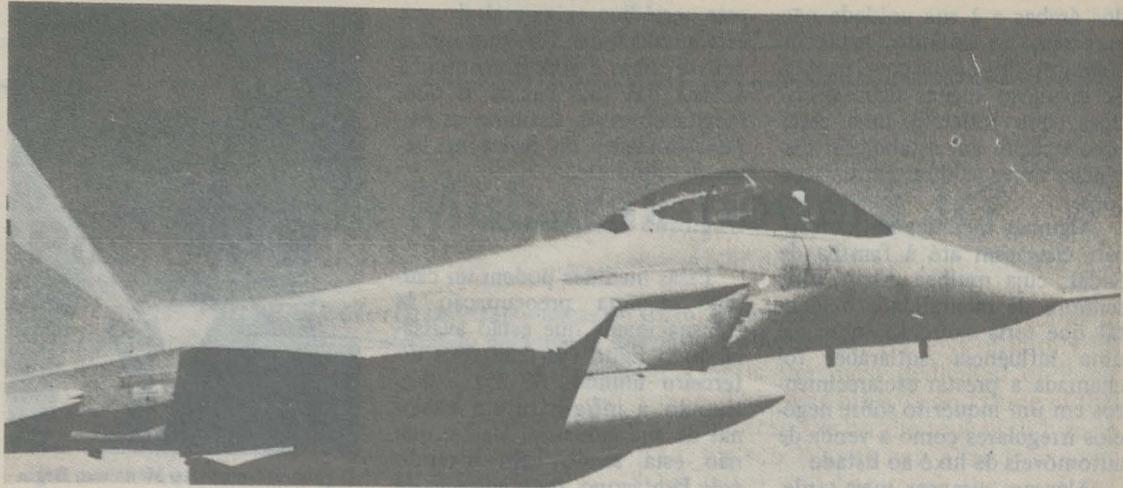


O primeiro-ministro Menahem Begin

Os norte-americanos temem que o que realmente buscam os egípcios é escapar um pouco à dependência tecnológica e logística dos Estados Unidos. Desde os acordos de Campo David, os norte-americanos já concederam ao Egito créditos militares, alguns a fundo perdido, no valor de 4 bilhões e 500 milhões de dólares e, para o ano fiscal que se inicia a 1º de outubro, estão previstos mais de um bilhão e 300 milhões.

Se poderia dizer que isso é pouco em face de mais de 12 bilhões entregues a Israel para o seu programa armamentista, mas, seria, no entanto, o suficiente para colocar o poder militar egípcio na dependência da tecnologia norte-americana.

O raciocínio dos militares do Cairo é simples e lógico: numa guerra (inclusive com Israel), cujo planejamento é tarefa própria do seu estado-maior, a decisão final ficaria nas mãos dos Estados Unidos, que fornecem os armamentos. Assim, até que o Egito tenha sua própria indústria bélica, o que mais convém à sua política militar é diversificar as fontes de abastecimento. Há indícios de que o retorno dos soviéticos teria sido uma exigência militar a Mubarak, com esse argumento. Mas não é só isso.



Ao mesmo tempo que o governante egípcio pleiteava, em sua visita a Washington, a venda dos modernos aviões de combate *F-15*, da *McDonnel-Douglas* (cada um, por 30 milhões de dólares) e dos novos aviões de alerta *Hawkeye*, da *Grumman* (por 40 milhões, preço por unidade), iniciava em Paris entendimentos para a aquisição de vinte *Mirages-2.000*.

Esses aparelhos são os mais modernos em aviação de combate e custam cerca de 50 milhões de dólares cada um. Como o Cairo anda curto de dinheiro e os financiamentos para as suas armas têm sido ultimamente norte-americanos, há a suspeita de que a esquadilha dos super-sônicos franceses foi um presente secreto da Arábia Saudita, no contexto do esforço de diversificação das fontes egípcias de abastecimento bélico.

Um trânsito difícil

Todos esses fatos pareceriam dar à atual política egípcia uma certa coerência. Nenhum governante da mais poderosa nação árabe — a menos que seja um Sadat — pode renunciar ao exame de todas as alternativas de sua política militar, sobretudo quando o Egito não está situado

num nirvana diplomático, mas numa região altamente conflituativa, como o norte da África e o Oriente Médio. Nem mesmo a reativação do confronto com Israel pode ser deixada à margem em um estado-maior árabe com a consciência de suas responsabilidades.

O que Mubarak não pode desconhecer é que o outro lado tem também muito clara a sua política e que os norte-americanos não aceitariam gastar o seu dinheiro e enviar ao Egito seus modernos equipamentos bélicos se não tivessem uma cabal segurança de que os mesmos jamais seriam usados a não ser para defender os interesses da política dos Estados Unidos e nunca à margem de sua consideração.

Se é verdadeiro — o que está para ser provado — que há certa reorientação da política egípcia em relação à causa árabe e especialmente aos palestinos, ela teria que produzir, a curto prazo, fatos diplomáticos e militares muito mais definidores do que vagas declarações em favor de um Estado palestino independente ou a compra por debaixo do pano de uma esquadilha de caças franceses.

Mas seria difícil a Mubarak, apesar dos seus conhecidos dotes de negociador, jogar nos dois

O governante egípcio pleiteou nos Estados Unidos a venda dos modernos aviões de combate *F-15*, da *McDonnel-Douglas*, enquanto os militares acham que é necessário diversificar o abastecimento

campos. Pela direita, ele pode encontrar dificuldades sérias à própria estabilização do seu governo, muito permeabilizado pela penetração norte-americana, ou, do outro lado, enfrentar a crescente oposição popular ao espírito do Campo David e à divisão com o Mundo Árabe. Nos últimos dias, se registraram fatos que podem significar que se está gestando uma frente de repulsa ao alinhamento do Egito com os tradicionais inimigos da Nação Árabe.

Um deles foi o encontro, em Argel, de Khaled Muhiedine com o general Chazli, chefe da resistência militar à política pró-norte-americana do Cairo. Sem a unidade das forças nacionalistas civis e militares será mais difícil enfrentar e vencer os setores que no Cairo apóiam a política de Campo David. Do mesmo modo que, sem modificar a atual correlação de forças, será mais lento e custoso o processo que levará ao reencontro do Egito com a unidade árabe.

Uma luta em duas frentes

Os filhos dos pescadores de pérolas, transformados agora em operários da indústria do petróleo, enfrentam a dinastia dos Al Khalifa e a presença norte-americana

Beatriz Bissio

“ Os regimes que detêm o poder em nossos países criaram o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG, ver cadernos do terceiro mundo, nº 35), por iniciativa da Arábia Saudita, a fim de se defenderem do avanço do movimento popular com o respaldo do Ocidente e, em particular, dos Estados Unidos. Nós, militantes nacionalistas e revolucionários, não nos opomos à unidade do Golfo Árabe, mas entendemos essa unidade como uma forma de fortalecer nossos direitos, não de sujeitá-los. Hoje, o Conselho do Golfo* faz parte do esquema de segurança nacional dos Estados Unidos no Oriente Médio. E todo o movimento nacionalista está contra a presença norte-americana. Justamente, nosso desafio é traçar uma estratégia correta para expulsar os norte-americanos.”

Abdulla Al Rashid nos transmetia nesses termos a posição da Frente de Libertação Nacional do Bahrein, da qual é um dos dirigentes. Para a sua organização, com o pretexto da “integração regional”, fica clara a função



O emir, xeque Issa Al-Khalifa

repressiva que a aliança dos regimes conservadores do Golfo poderá desempenhar. A Frente de Libertação Nacional do Bahrein surgiu a partir da Frente de Libertação do Golfo, quando a experiência da luta demonstrou a necessidade de definir estratégias locais (ver cadernos do terceiro mundo, nº 40, Omã: a autocrítica dos guerrilheiros). Surgem, então, a Frente Nacional de Libertação de Omã e a Frente de Libertação Nacional do Bahrein.

A classe trabalhadora entra em cena

Os antecedentes da Frente remontam a 1955. Até então, só

existiam em Bahrein organizações políticas da burguesia, nucleada no Conselho Executivo Supremo (*High Executive Committee*). Era a época do ressurgimento do nacionalismo árabe, que se expande com fervor desde o Egito até os confins do Maghreb e do Golfo. Nos levantes que ocorrem a partir daqueles anos, em Bahrein, a classe trabalhadora começa a ter um protagonismo próprio, que “pouco a pouco irá transferindo a vanguarda do movimento político da burguesia para os dirigentes que surgiram das massas assalariadas”.

A plataforma de reivindicações levantada pelos mercadores e intelectuais questionava o colonialismo, porém mais pela necessidade de ganhar um espaço político próprio do que para alterar o modelo de desenvolvimento imposto pelos interesses britânicos. Mas a presença das organizações de trabalhadores imprime características novas à luta política.

A segunda metade da década de 50 está marcada por numerosos levantes e greves (nas quais as mulheres têm ampla participação), reprimidos pelos ingleses com violência. Há mortos e feridos e o movimento popular também começa a realizar operações armadas.

Assessorados pelos próprios ingleses, os dirigentes locais adotam uma série de medidas reformistas. A presença britânica nos assuntos internos diminui parcialmente e, atendendo a uma das reivindicações mais sentidas, dá-se início a um tímido processo de reforma agrária. As concessões do grupo dominante são bastantes menos importantes que as reivindicações populares, mas resultam efetivas. Cai o nível de mobilização e a rebelião é temporariamente dominada.

No entanto, a partir de então, o trabalho político das organizações revolucionárias se implanta

* O Conselho de Cooperação do Golfo foi criado em maio de 1981 pela Arábia Saudita, os Emirados Árabes, o Kuait, Catar, Omã e Bahrein. Sua sede é em Riad.

decididamente nas massas trabalhadoras.

Das pérolas ao sindicato

Antes do descobrimento do petróleo (em 1932), uma das atividades mais importantes da população pobre do Bahrein era a pesca de pérolas. Os pescadores, acostumados aos riscos e sacrifícios de uma vida sem receita fixa, sentem como uma conquista o fato de terem passado a assalariados. O boom petrolífero que atrai capitais transnacionais ao Bahrein, quando começa a organizar-se a indústria extractiva do óleo cru, introduz, assim, profundas mudanças na estrutura social do fértil arquipélago do Golfo.

A geração seguinte, a dos filhos dos velhos pescadores de pérolas, é quem dá o salto. Consciente de que sua condição de assalariados lhes traz direitos que devem ser respeitados, é essa geração que inicia o movimento grevista dos anos 50, nos principais campos petrolíferos. O processo foi árduo, custou muitas prisões, deportações, anos de exílio, depurações no comando político e ajustes na estratégia. Mas isso foi desgastando o poder colonial inglês. E não era só no Bahrein. O processo é paralelo ao que se dá em outras áreas, subjugadas ao colonialismo britânico, que no final da Segunda Guerra Mundial levantam-se com a palavra-de-ordem independentista. Os ingleses amadurecem, então, uma difícil decisão: abandonar suas colônias a leste do canal de Suez.

Mas, como na maioria dos casos de colônias britânicas, a independência no Bahrein não foi um processo traumatizante nem assentou as bases de uma nação realmente soberana. Foi, ao contrário, um caminho para garantir a continuidade da dominação — agora mais sutil, mas igualmente efetiva — por intermédio da família Al Khalifa que, desde

1782, exerceu o poder nas ilhas, sendo inclusive responsável pelos tratados que alienaram a soberania nacional ao poder colonial.

Em 1970, implanta-se um Conselho de Estado, desta vez sem nenhuma presença britânica. O clima de abertura facilitou a revitalização do movimento popular, sujeitado e reprimido desde os anos 60.

A 14 de agosto de 1971, formaliza-se a independência. No entanto, as bases militares — uma naval, construída em 1935, e outra aérea — são cedidas pelos ingleses aos Estados Unidos.

Constituição e Parlamento

Em 1972, poucos meses depois da independência, novos levantes populares obrigam os governantes a instalarem uma Assembléia Constituinte. O texto da nova Carta Magna é aprovado em 2 de junho de 1973 e o país adota o sistema parlamentarista, de inspiração britânica.

As correntes revolucionárias organizadas em torno da Frente de Libertação Nacional do Bahrein participam no novo Parlamento numa frente que adota o nome de Bloco Popular (*People's Block*). Ganham oito cadeiras que, somadas às nove dos movimentos nacionalistas da burguesia, dão às correntes progressistas a maioria do Congresso. Os grupos religiosos conservadores tinham seis cadeiras.

A ativa bancada do Bloco Popular levanta uma plataforma que inclui como ponto básico a instalação de um regime plenamente democrático, com ampla liberdade sindical e política, benefícios sociais e garantias trabalhistas para os operários e outras reivindicações tendentes a garantir aos assalariados uma participação efetiva na condução dos assuntos do Estado.

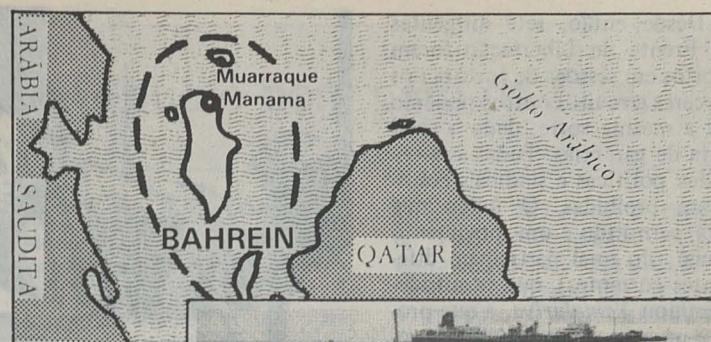
O trabalho a nível institucional do Bloco Popular se complementa com medidas de força no campo trabalhista, principalmen-

te greves (36 em seis meses) nas principais refinarias e indústrias do país. Pela primeira vez, o 1º de Maio é festejado no Bahrein e surgem quatro poderosas organizações sindicais. Em coordenação com o movimento popular, fundam-se nas principais cidades e centros urbanos livrarias que introduzem no país textos de ciências políticas, economia, sociologia e história das idéias, que antes estavam totalmente proibidos.

O Parlamento inicia uma intensa campanha contra a presença norte-americana nas bases militares e exige-se a nacionalização das comunicações (ainda em poder dos britânicos), que deveriam ser transferidas a capitais nacionais. (No Bahrein, as comunicações adquiriram um importante desenvolvimento sendo, de longe, o país melhor servido de toda a área, contando com uma tecnologia altamente sofisticada.)

Para os vizinhos e para os próprios britânicos, a experiência democrática do Bahrein já estava alcançando níveis intoleráveis. Em junho de 1975, reúnem-se os dirigentes da Arábia Saudita, Kuait, Emirados Árabes e do Bahrein e, como consequência daquilo que ali ficou decidido, põe-se fim à etapa parlamentarista. Nessa época, desenvolve-se em Manama uma importante greve numa fábrica de alumínio, de capitais norte-americanos e ingleses.

A maior parte dos quadros da Frente de Libertação são detidos. O governo implanta uma lei que permite decretar três anos de prisão sem julgamento prévio. Todos os membros do Parlamento se opõem à medida, inclusive os representantes dos grupos religiosos. Mas o emir alega que se trata de uma lei de Segurança Nacional para toda a região do Golfo. Intensifica-se a repressão e o Parlamento é dissolvido (1975).



AS 35 ILHAS E SUA HISTÓRIA

O Estado do Bahrein está formado por um arquipélago de 35 ilhas, a 30 quilômetros da costa da Arábia Saudita, com uma superfície total de 660 km² e 400 mil habitantes. Bahrein é o nome da ilha principal. O país é habitado em sua maioria por árabes, embora haja também uma comunidade importante de origem iraniana, india e paquistanesa.

Depois de vários séculos de independência, as ilhas, habitadas há mais de cinco mil anos, foram invadidas pelos portugueses e depois pelos persas. Ainda hoje os iranianos reivindicam o arquipélago, alegando razões históricas.

Em 1783, a tribo dos utub, vinda da península arábica, expulsou os persas. Desde então, a família mais importante da tribo, os Al Khalifa, dominava o arquipélago.

Quando outros poderes imperiais começavam a disputar com a Grã-Bretanha o controle do Extremo Oriente, os ingleses começaram a cobiçar a posição estratégica do Bahrein no Golfo Árabe. Sem encontrar maiores resistências dos Al Khalifa, os britânicos passam a dominar o arquipélago, mediante a assinatura de vários tratados, os primeiros de 1820 e os definitivos, de 1880 e 1892.

Na época da Primeira Guerra Mundial, o Bahrein já era uma base importante das forças expedicionárias britânicas que operavam na Mesopotâmia, assim como na Índia.

A descoberta de petróleo em 1932 acrescenta um novo atrativo ao rico e fértil arquipélago, berço de várias civilizações. Na Segunda Guerra Mundial, o Bahrein já fornecia a maior parte do petróleo usado pelas forças britânicas em toda a área.

Atualmente, de todos os países petrolíferos do Golfo, o Bahrein é o que mais rapidamente se encaminha para a diversificação de sua economia. Em conjunto com a Arábia Saudita e o

Kuait, o Bahrein propõe-se a construir uma nova usina de processamento e transformação do petróleo, um projeto de aproximadamente 600 milhões de dólares. A usina processaria petróleo procedente da principal refinaria do país e de outros países da área, para produzir querosene e gasolina para exportação.

Apesar das reservas de petróleo do país serem as primeiras a se esgotar (presumivelmente na próxima década, com uma produção atual de 50 mil barris diários), o Bahrein possui abundantes fontes de gás natural. Este será a matéria-prima básica para a incipiente indústria petroquímica. E também será usado para a produção de alumínio a partir da bauxita, outra riqueza nacional.

Oitenta e cinco por cento da indústria de petróleo e 76% da indústria de alumínio pertence ao Bahrein, e 90% dos técnicos que as controlam são nacionais.

O esforço em diversificar a economia levou os dirigentes do país a abrirem as portas aos capitais financeiros. Atualmente, no Bahrein, operam todos os bancos mais importantes do mundo, já superando em volume de capitais e operações Singapura, convertida numa praça financeira internacional muito antes da ilha. Desde 1975, o Bahrein é o principal centro financeiro do Oriente Médio, substituindo o papel de Beirute antes da guerra civil e compensando a falta de capitais locais com a eficiência e a habilidade de manejo dos excedentes de seus vizinhos.

Uma auto-estrada, que será construída para unir o Bahrein à Arábia Saudita, fortalecerá ainda mais o papel de centro financeiro de Manama, cuja vitalidade e expansão já preocupam os vizinhos Abu Dhabi e Catar, que também estão incentivando esse tipo de atividade.

Desde então, sete dirigentes da Frente de Libertação foram mortos em sessões de tortura nos cárceres e muitos outros poderão ter a mesma sorte, dada a total falta de garantias. Todas as atividades políticas e sindicais continuam proibidas. O único que está permitido é um movimento social (do qual participam diferentes correntes), que se autodenominou *Yamahiriya*, e que propõe uma nova organização da sociedade. Nesse movimento militam atualmente intelectuais e dirigentes femininas.

"Os norte-americanos estão se infiltrando nas diversas instituições, em particular no movimento juvenil", denuncia Abdulla Al Rashid, que afirma que nos serviços secretos do Bahrein atuam agentes britânicos e norte-americanos.

Reapensar a estratégia

Para a Frente de Libertação Nacional do Bahrein, o momento exige redefinições. "Começamos a repensar toda a situação da área quando Carter enviou as Forças de Deslocamento Rápido, e impulsionou a criação de novas bases militares. Agora, com mais razão, nós, dos movimentos revolucionários da área, temos que redimensionar nossa luta. Com Reagan no poder, alteraram-se as regras do jogo a nível internacional. É necessário refletir com profundidade sobre o eixo de nossa luta atual: como expulsar os norte-americanos do Golfo Árabe. Nossa região converteu-se em área de segurança nacional para os Estados Unidos e por isso foi incentivada a criação do Conselho de Cooperação", afirma Al Rashid.

A Frente entende que hoje a situação exige um estudo de conjunto. Não seriam exclusivamente as organizações revolucionárias do Golfo as destinatárias da repressão montada a nível regional com o respaldo norte-americano. Na opinião de Al Rashid,



Manama, capital do Bahrein, é hoje o principal centro financeiro do Oriente Médio, substituindo o papel de Beirute

também se procura conter a luta dos palestinos. "Desde a Turquia até o Egito, passando por Omã e Arábia Saudita, os norte-americanos estão tentando cercar de países aliados do Ocidente a base física de operações dos palestinos. E conjuntamente com essa estratégia, ameaçam-nos com a bomba N. Estamos convencidos de que a idéia da bomba de nêutrons surgiu nos círculos da administração norte-americana a

partir da análise da conjuntura do Oriente Médio: a bomba lhes permitiria dominar-nos sem destruir os poços de petróleo..."

A contra-ofensiva

Existem alternativas ao trabalho político desenvolvido até o momento? Para a Frente de Libertação do Bahrein, alguns passos pioneiros são dignos de menção. Por exemplo, o acordo fir-

mado entre a Líbia, a Etiópia e o Iêmen Democrático. "Esses três países procuraram na aliança regional a forma de enfrentar as ameaças do imperialismo, simbolizadas pela política egípcia e os acordos de Campo David", afirma o dirigente.

Por outro lado, a Frente está incentivando os encontros periódicos entre os movimentos progressistas do Golfo e da Arábia Saudita. "Nos reunimos cada cinco ou seis meses para avaliar em conjunto a situação regional e internacional. Criamos um Conselho comum (a contrapartida do Conselho de Cooperação dos regimes reacionários) e um Comitê. Nossa meta atual é incrementar a luta de massas em toda a área."

Complementando sua plataforma política atual, a Frente pretende divulgar a proposta soviética para a região do Golfo. "Em geral, a propaganda norte-americana pretende justificar a presença militar dos Estados Unidos no Golfo Árabe afirmando que ela é a garantia contra o 'expansionismo soviético'", afirma Al Rashid. "No entanto — acrescenta — não houve resposta da administração Reagan à proposta de Leonid Brejnev em Nova Déli. Essa proposta de cinco pontos estabelecia: 1) eliminar todas as bases militares estrangeiras na área; 2) não admitir a presença de bombas atômicas na região do Golfo; 3) manter toda a área num não-alinhamento estrito; 4) assegurar o uso das matérias-primas para benefício exclusivo dos países da área; 5) permitir a livre navegação em todo o Golfo, para navios comerciais.

"Anteriormente a URSS tinha proposto retirar suas forças do Afeganistão, em troca da retira norte-americana do Golfo. E por que essas propostas não são divulgadas? Porque à administração Reagan não interessa a paz na região, ao preço de sua retirada", conclui Al Rashid. •

O que é bom para os EUA...

Os ministros de Defesa das seis nações do Conselho de Cooperação do Golfo — CCG — estiveram reunidos em fins de janeiro para elaborar um plano de segurança conjunto para a região. Nessa oportunidade, o secretário-geral do Conselho, o kuaitiano Abdullah Bishara, declarou: "Os interesses da área sempre coincidem com os interesses ocidentais, principalmente dos Estados Unidos."

A reunião foi presidida pelo ministro de Defesa e Aviação da Arábia Saudita, o príncipe sultão Bin Abdul Aziz. Por mais que se empenhem em disfarçá-lo, os sauditas aparecem cada vez mais claramente como a peça central do Conselho. Estiveram presentes também os ministros de Defesa dos Emirados Árabes, do Kuait, do Bahrein, Catar e Omã. Em setembro passado, já haviam estado reunidos os chefes de estado-maior das forças armadas dos seis membros do CCG. Entre as recomendações formuladas naquela ocasião — e analisadas na reunião dos ministros de Defesa — figurava a necessidade de se traçar uma estratégia militar conjunta (um plano unificado de defesa regional) e de se fortalecer as forças armadas.

O tema da segurança na região é considerado de alta prioridade pelos membros do CCG. E, no conceito desses regimes, a defesa regional está inseparavelmente unida à segurança interna de cada um dos membros do Conselho.

Um novo pólo de poder

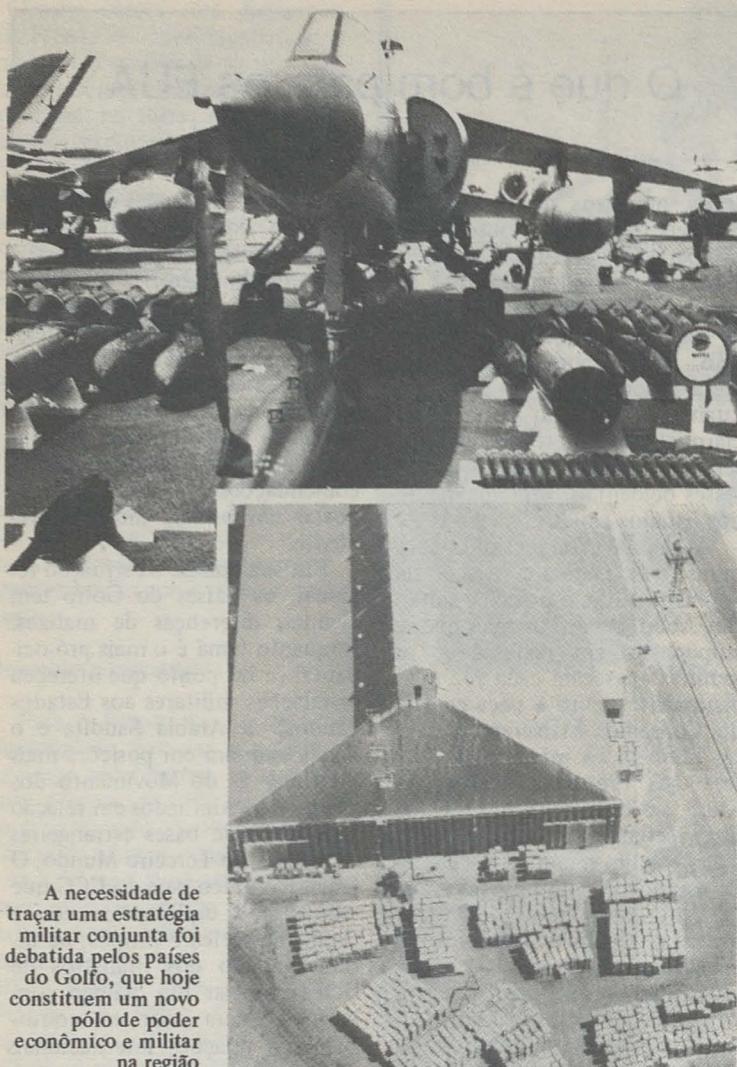
Segundo o Instituto International de Estudos Estratégicos com sede em Londres, os países do CCG contam com 132 mil

soldados e 287 aviões de combate. Esse novo poderio militar, agora coordenado por uma estratégia comum, significa — segundo o Instituto — uma guinada importante no equilíbrio estratégico do Oriente Médio. E se bem que ainda esteja distante a possibilidade de criar um comando unificado para as forças armadas dos seis Estados, algumas das recomendações dos militares serão postas em prática muito brevemente.

Em sua análise da situação regional, os países do Golfo têm algumas diferenças de matizes. Enquanto Omã é o mais pró-occidental (a tal ponto que ofereceu instalações militares aos Estados Unidos), a Arábia Saudita e o Kuait estariam em posições mais próximas às do Movimento dos Países Não-Alinhados em relação à presença de bases estrangeiras em países do Terceiro Mundo. O Kuait é o único país do CCG que tem relações diplomáticas com a União Soviética e propôs, na última reunião dos ministros de Defesa, iniciar um diálogo com Moscou "para criar um equilíbrio nas relações internacionais dos países do Golfo".

Os sauditas foram os mais inclinados a admitir tal possibilidade. Aparentemente isso se deve à posição que a administração Reagan vem sustentando em relação a Israel e, principalmente, pelo impasse da proposta do príncipe Fahd.

Um dos próximos passos do CCG será definir a estratégia para a diplomacia regional. Os regimes do Golfo preocupam-se particularmente com o prolongamento e a falta de perspectivas de acordo do conflito Irã-Iraque. Outro assunto que está merecendo a análise do CCG é o processo



A necessidade de traçar uma estratégia militar conjunta foi debatida pelos países do Golfo, que hoje constituem um novo pólo de poder econômico e militar na região

de unificação entre os regimes do Iêmen do Norte e do Iêmen Democrático (do sul). A tradicional inimizade entre os governos de Áden e Mascate (Omã) foi motivo de uma intermediação do CCG, tendente a conseguir uma reaproximação, mas até agora as tentativas resultaram infrutíferas.

A atitude em relação ao Irã

As aspirações territoriais do Irã em relação a Bahrein são um

dos motivos da crescente hostilidade dos países do Golfo para com Teerã. Na época do xá Reza Pahlevi, existia uma rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita, ambos com aspirações hegemônicas em relação ao Golfo. Omã, em contrapartida, era um sólido aliado do xá, o qual enviou em auxílio do sultão Qabus vários milhares de homens que contribuíram decididamente a sufocar o levante armado encabeçado pela Frente de Libertação de Dofar (ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 40). A queda do xá e

a ascenção de Komeini mudaram a situação. As forças progressistas da área sentiram-se identificadas com aquela revolução de massas que, sob a inspiração islâmica, acabou com um dos *gendarmes* dos norte-americanos no Oriente Médio.

No entanto, a posterior evolução dos acontecimentos internos do Irã recolocou novamente o problema das alianças. "Nosso povo viu com simpatia a queda do xá, principalmente a comunidade *shiita* que é aproximadamente 50% da população do país", comentava-nos Al Rashid durante nossa conversa. "No entanto — acrescentou o dirigente da Frente de Libertação do Bahrein — os fuzilamentos sumários dos revolucionários e a forma como se conduziu o processo posteriormente, tanto no plano interno como, depois, na guerra com o Iraque, nos levaram a reavaliar o regime de Teerã. E nosso povo não perdoa essa frustração de suas expectativas. Todas as esperanças iniciais no sentido de que receberíamos da revolução iraniana incentivos morais, e talvez até materiais, para continuar nossa luta contra os regimes reacionários do Golfo, se frustrou quando os iranianos demonstraram querer organizar um esquema próprio, apoiando-se em alguns elementos da comunidade *shiita*".

No mês de dezembro do ano passado, o regime de Manama acusou o Irã de estar por trás da tentativa de golpe de Estado que o emir Al Khalifa afirmou ter sufocado a 14 desse mês. Numerosas prisões ocorreram nos dias posteriores às denúncias; depois, nada mais foi informado.

No entanto, o tema da tentativa de golpe no Bahrein foi analisado na reunião dos ministros de Defesa do CCG do mês de janeiro. Uma das resoluções estabelece que se fará todo o possível para "impedir qualquer nova ação hostil por parte do Irã". (B. Bissio)

Os comunistas perdem Kerala

A esquerda é afastada do governo estadual, depois de ter convertido Kerala num modelo de progresso social

Narinder Koshla

O governo comunista de um estado com mais de 20 milhões de habitantes foi derrotado há poucas semanas sem que a imprensa internacional ao menos registrasse o fato. Tal omissão poderia ser interpretada como

um gesto intencional, motivado pelo desejo de não desmentir a já desgastada informação propagandística de que "os comunistas podem chegar ao poder por meios democráticos, mas nunca o abandonarão legalmente", invocada como pretexto do golpe de Pinochet no Chile. Ou então, a informação simplesmente não foi considerada importante, já que o governo comunista em questão não era de nenhum país localizado na linha de fogo Leste-Oeste, mas em Kerala, estado federado da União da Índia.

A 16 de outubro do ano passado, E. K. Narayan, ministro-chefe de Kerala e membro do Partido Comunista da Índia (Marxista), foi forçado a renunciar face à ruptura da Frente Democrática de Esquerda (LDF), uma ampla coalizão que se opõe à primeira-ministra Indira Gandhi. A LDF tinha conquistado 94 das 141 cadeiras do Parlamento estadual, derrotando dramaticamente o Congresso (I)* — facção indirista do velho e atomizado Partido do Congresso — que ganhou arrasadoramente em todo o resto do país.

Coalizões esquerdistas governavam Kerala desde 1967, mas em 1980, o PCI (M) passou a liderar a Frente, que antes integrava como sócio menor. O go-

verno de Narayan não se afastou muito dos alinhamentos políticos de seu predecessor no cargo, o líder do Congresso (S); A. K. Antony: continuou-se com o programa contra o desemprego iniciado por este último em 1977 e estabeleceu-se um plano de pensões para todos os trabalhadores agrícolas de mais de 60 anos de idade.

Um estado modelo

Kerala é, em muitos aspectos, um estado atípico na Índia. A reforma agrária já está consolidada, há uma reforma educativa em andamento e o nível de sindicalização dos trabalhadores do campo e da cidade é um dos mais altos do país. Os salários são superiores aos dos estados vizinhos e Kerala tem os índices mais altos de alfabetização e expectativa de vida da Índia, assim como as taxas mais baixas de natalidade e mortalidade infantil. As escolas e os serviços médicos foram equitativamente distribuídos no campo e na cidade, elevando o nível de vida rural e reduzindo a migração dos camponeiros para os centros urbanos. O governo proporciona alimentos gratuitos às crianças nas escolas e o estado tem o melhor sistema de racionamento de alimentos do país.

Essas reformas foram o fruto de décadas de lutas encabeçadas pelos comunistas. Como no resto

* (I) e (S) — facções do Partido do Congresso; (I), pró-Indira e (S), anti-Indira.

E. K. Narayan

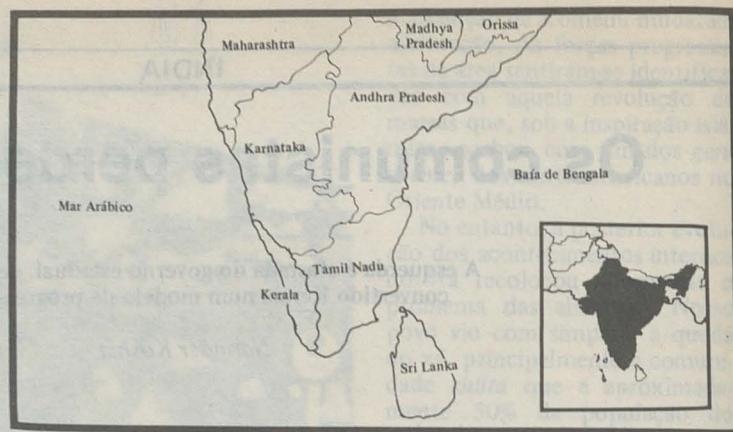
do país, o PCI de Kerala se dividiu em outubro de 1964, quando os setores mais radicais fundaram o PCI (M) por causa de divergências sobre a política adotada quando da guerra de fronteiras de 1962 entre a Índia e a China. Mas, em vez de formar um partido maoísta como em outras partes do mundo, os dissidentes optaram por uma linha internacional independente ("como a dos partidos do Vietnã e da Coreia do Norte", segundo explicou um membro do Politburo).

Isso possibilitou que, em 1967, o PCI e o PCI (M) concorressem às eleições numa Frente Unida que estabeleceu o primeiro governo esquerdista em Kerala. A coalizão entregou a propriedade da terra a quem efetivamente trabalha nela, eliminando o sistema de arrendamento além de estimular os camponeses sem terra a lutarem por uma reforma agrária profunda. A Frente tornou a ganhar as eleições em 1969 e a reforma foi implementada pela via dos fatos, quando o governo estimulou as ocupações dos latifúndios e impediu que a polícia interviesse, "exceto para manter a paz", ou seja, para reprimir a resistência armada dos latifundiários.

Durante os anos 70, o PCI abandonou a coalizão governamental, aliando-se a Indira Gandhi a nível nacional contra a campanha direitista do partido Janata. Para não perder o governo de Kerala, o PCI (M) estabeleceu alianças políticas centristas opositas a Indira, criando a Frente Democrática de Esquerda (LDF).

De novo na oposição

No fim de anos de trabalho, as vitórias conquistadas voltaram-se contra o governo de esquerda. Como nos estados vizinhos os salários são mais baixos e os sindicatos menos poderosos, os capitalistas deixaram de investir em Kerala, embora a grande capacitação e produtividade da



mão-de-obra local, assim como a disponibilidade de água e energia elétrica, poderiam ser uma atração importante para o desenvolvimento industrial. No campo, enquanto isso, o estímulo às grandes plantações de exportação (especiarias, borracha e coco) substituiu as culturas de alimentação. Foi um erro, já que seguindo a tendência mundial, os alimentos que Kerala passou a importar subiram mais do que as matérias-primas agrícolas exportadas, agravando o problema econômico.

Com isso, intensificaram-se também os conflitos trabalhistas. E continuando com sua tradição, o governo comunista ordenou à polícia — integrada em grande parte por militantes do PCI(M) — não intervir senão para manter a lei e a ordem pública.

Nesse quadro, aconteceu o abandono da coalizão governamental por parte do Congresso (S), o mais moderado dos partidos que integram a LDF. "Gracias a Deus, tudo acabou", comentou o presidente da Câmara de Comércio local, ao inteirar-se da renúncia de Narayan. Mas nem todos os empresários estavam tão satisfeitos, já que muitos temem que, com a esquerda fora do poder, os sindicatos sejam muito mais agressivos. Uma demonstração desse fato foi a greve nacional de protesto contra a política econômica de Indira

Ghandi, realizada em fins de janeiro passado, na qual Kerala foi o único estado da Índia que efetivamente paralisou todas as atividades.

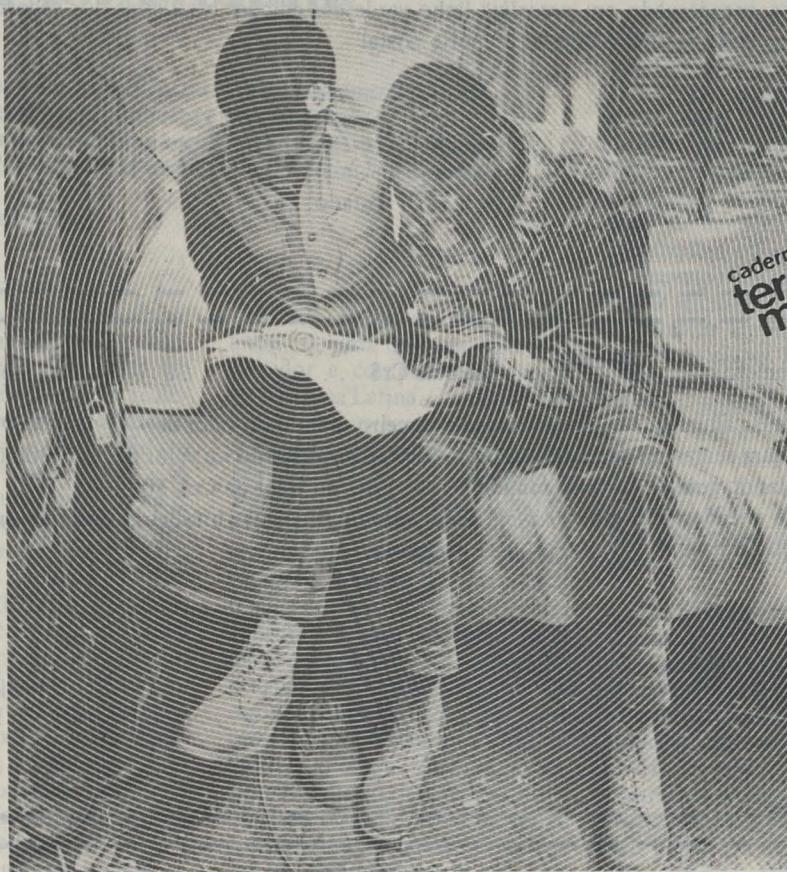
Difícies alianças

A experiência de Kerala será um importante antecedente para o congresso do PCI (M), que deve ser realizado nos primeiros meses deste ano. Alguns setores questionam a estratégia de criar alianças com partidos centristas, como o Congresso (S), de imprescindível lealdade. Outros consideram essas coalizões como consequência necessária da estratégia de luta parlamentar e de massas adotada pelo partido já que, dispor de uma cota de poder, seria possível avançar muito mais rápido na politização de operários e camponeses.

As alianças políticas em que o PCI (M) participou nos últimos anos foram basicamente anti-Indira. Isso é coerente com a identificação que o partido faz entre o governo da senhora Ghandi e os interesses da "alta burguesia". Mas não resulta, na prática, numa base muito sólida para frentes duradouras, nem mesmo entre a própria esquerda, já que o PCI, embora divergindo da política econômica, prefere evitar choques com Indira Ghandi, considerando "positiva" sua política exterior não-alinhada.

GRANDE PROMOÇÃO

editora terceiro mundo Itda.



cadernos do
terceiro
mundo

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom no verso, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo Itda

*Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ*

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guião do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guião do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guião do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

A “Nova Canção” latino-americana

Cantando livremente no exílio, ou “calculadamente” dentro de sua terra, centenas de cantores e compositores latino-americanos começam a recolher os primeiros resultados de uma longa luta contra as transnacionais e contra a opressão

Fernando Reyes Matta*

Existe uma canção de Pablo Milanés que ele costuma cantar com bastante frequência em seu país. Ela é síntese de realismo, de compreensão do mundo em que vivemos e do desafio em avançar construindo: “Não vivo numa sociedade perfeita/nem peço lhe dêem esse nome/se algo eu aprendi com ela/é que é feita por mulheres e homens” (1). Talvez algum político ou diplomata surpreenda-se com essa sinceridade. Como também podem surpreender-se aqueles que quiseram ver na revolução cubana uma soma de perfeições. Milanés coloca as coisas em seu lugar: essa sociedade, a sua, e pela qual daria a vida, como também diz a canção, não é perfeita, o que encerra o desafio da constante criação.

Essa é a transcendente contribuição que o canto pode dar. O violão e o verso são capazes de criar símbolos mobilizadores, lumenosidades no tempo que se vive. Por isso, também, o canto pode chegar a ser um perigoso inimigo para quem defende a ordem de interesses vigente. E na hora da repressão, perdoam a vida de um político ou de um funcionário importante, mas não a de um Víctor Jara, por exemplo.

Desde finais da década dos anos 60, uma onda de canto renovador e comprometido surge na América Latina. Grupos jovens e vozes novas tomam o caminho que de forma pioneira foi aberto por Violeta Parra e Atahualpa Yupanqui, em diferentes cenários e com estilos diversificados. A realidade do continente desafia e obriga. A imaginação dos criadores do canto vê-se sacudida pelos conflitos sociais internos, pelas consequências de uma migração progressiva e transbordante do campo para a cidade, por uma juventude que nasceu no fim da Segunda Guerra Mundial e que “inaugura” seu tempo na busca de valores que lhe sejam próprios, por uma Igreja que não pode deixar de comprometer-se cada vez mais com as necessidades do “povo de Deus”, pela dramática emergência da guerrilha que deixa à história o testemunho-símbolo do “Che” Guevara. Tudo isso envolve uma geração que faz do canto algo mais do que um instrumento de entretenimento passageiro ou de comercialização maciça.

No Chile, esse processo cristaliza-se no movimento que leva o nome de “Nova Canção Chilena”. Seus integrantes rompem com a corrente do chamado “neofolclore”, que mascara os

conflitos campesinos numa descrição de paisagem e de mundo autóctone visto a partir dos olhos patronais. Na vertente da “Nova Canção”, inscrevem-se as criações de Víctor Jara, Angel e Isabel Parra, Rolando Alarcón, Patrício Manns, juntamente com os grupos Inti-Illimani, Quilapayún e outros mais. Eles resgatam as formas e as palavras, para criarem um canto que venha do povo e vá para o povo. Entre cruzam instrumentos que, de uma forma ou de outra, cumprem com o sonho de integração latino-americana que nem as decisões políticas nem econômicas conseguem alcançar. O *charango* e o *quatro* unem-se à *quena andina*, ao *bombo-leguero*, as maracas abrem espaço para o *guiro* e os *claves*. Os violões mantêm sua presença, mas cercados por um mundo musical que se faz latino-americano. É outro o canto, são outras as palavras. Por tudo isso é que a “Nova Canção Chilena” acaba por constituir-se num fenômeno de grande influência no resto da América Latina.

Mas se o caso chileno converte-se num pólo de irradiação cultural — incrementado nos três anos do governo da Unidade Popular — há outros processos em marcha, especialmente com o aparecimento de um novo canto dentro da expressiva realidade cubana. É a “Nova Trova”, cujos integrantes mais conhecidos — Silvio Rodríguez, Pablo Milanés e Noel Nicola — fazem seu primeiro giro pelo exterior em 1970, precisamente ao Chile. Três anos antes, no Festival de Varadero, ficou evidente que suas canções estão abrindo um original e fecundo caminho. Por ser original, no princípio, nem sempre é compreendido e aceito em todos os âmbitos do processo cubano. Por ser fecundo, persiste e consegue constituir uma corrente de influência que no início da década dos 80 encontra eco em diversos lugares do mundo, especialmente na juventude latino-americana.

* Pesquisador do Ilet — México

O tempo em que a "Nova Canção Chilena" e a "Nova Trova" adquirem um perfil inicial, é época de consciência para um canto latino-americano que se faz, sabendo que as contradições da realidade nacional são expressões de um fenômeno mais amplo: o subdesenvolvimento e a dependência econômica e cultural de toda a América Latina. A expansão do capitalismo em sua fase transnacional faz deste continente uma das suas zonas privilegiadas. Isso atravessa a sociedade, afeta as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais. Invade as formas de conceber o desenvolvimento e de definir a história. As sensibilidades dos cantores não são alheias a esta realidade. "Se somos americanos", canta Rolando Alarcón; "Canção pela unidade latino-americana", é a proposta de Pablo Milanés; o uruguai Daniel Viglietti cria "Um canto para minha América"; e do reprimido Brasil, surge Milton Nascimento com "Coração americano", enquanto o argentino César Isella convida a cantar o irmão americano, a partir das diversidades geográficas, em sua "Canção com todos"

Exílio e raízes

É essa onda de criação — onde nomes pioneiros unem-se às novas vozes — que desenha um mapa renovador no canto latino-americano. Aquilo que na Argentina começou com Atahualpa Yupanqui, é seguido pela força expressiva de Mercedes Sosa, César Isella e muitos mais. No Uruguai, junto com Daniel Viglietti estão Os Olimarenhos e Alfredo Zitarrosa. No Peru, há um Nicomedes Santa Cruz resgatando raízes, enquanto Tania Libertad inicia o percurso de um caminho próprio. O mesmo faz Amparo Ochoa, no México. Soledad Bravo, na Venezuela, irrompe com a limpeza de sua voz, que eleva a níveis de extraordinária beleza o canto de

seus companheiros de criação latino-americanos. Enquanto em Cuba, Silvio e Pablo, juntamente com Noel Nicola e Vicente Feliú, recuperam a velha trova de 100 anos para um renascimento com a história revolucionária, no Brasil, Chico Buarque, Milton Nascimento e Geraldo Vandré insistiram em não deixar a criatividade morrer mesmo em meio à repressão e o autoritarismo que os rodeou no momento em que iniciaram suas carreiras artísticas.

Todos eles e vários outros, de uma forma ou de outra, semeiam uma época que se converte em expressão das transformações pelas quais luta-se em diversos países do continente. Por isso, por ser síntese e símbolo, sofrem as consequências de perseguições e exílios quando os processos populares, dos quais o canto se alimenta, são afogados ou reprimidos. Isso cria um canto latino-americano que vive especialmente na Europa e que é continuador da corrente, aberta no seio das lutas nos anos 70. Suas vozes clamam pela democracia plena e pelo direito específico de voltarem a cantar junto a seu povo. É o caso de Zitarrosa, de Mercedes Sosa, dos Quilapayún, Viglietti ou os Parra, para apontar alguns. Novos idiomas, novas geografias, viagens e aviões, distâncias e emoções, vão acrescentando um novo capítulo ao sentido de viver que o canto necessita para ser o que é.

Há quem duvide se o canto latino-americano exilado é a expressão atual desse ser latino-americano de hoje. Outros, por seu lado, acreditam ver no aparecimento das novas correntes — aquilo que no Chile estão chamando de "canto novo" — as dimensões do tempo fecundo, onde a heterogeneidade latino-americana procura seu sentido convergente. Nem um nem outro são dimensões absolutas de síntese: pelo contrário, são etapas que se entrelaçam numa continuidade criativa, onde o encontro

cria a memória coletiva e o instinto básico da sensibilidade popular.

Como disse o jovem ensaísta chileno Alvaro Godoy, a "Nova Canção e agora o Canto Novo, são dois momentos de um só movimento, com presente e passado, e que nós chamaremos *canto popular*, diferenciando-o do *canto do povo* que sempre existiu e que é sem dúvida sua raiz e seu continente" (2). Essa dimensão do "interior-exterior" procurando o momento da afirmação, a partir de diferentes experiências cotidianas, porém com um sentido nacional comum, surge como realidade que mais de uma vez afeta o diálogo dos criadores colocados em diferentes instâncias. Uns são os que avançaram com o povo na sua busca de construir novas realidades democráticas. Viveram os tempos do espaço aberto para dizer e proclamar seus compromissos, suas exigências e suas convicções. Outros, tiveram que aprender o tempo do semi-silêncio, da palavra calculada e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, de dar à poesia uma força maior e maior sugestão. Mas uns e outros foram vítimas de um fenômeno maior. Tanto o exílio (que é canto livre mas distante de seu povo) como a criação dentro do território (que é proximidade mas com voz calculada) têm a mesma causa: o modelo capitalista de desenvolvimento, que em suas expressões mais agudas dentro da América Latina postula a democracia do consumo, o individualismo, a atomização e tudo o que rompe o tecido social com o qual o canto se nutre e se define. É o mesmo capitalismo que, articulado com grupos defensores de interesses particulares, movimenta-se hoje contra a Nicarágua e El Salvador obstaculizando um desenvolvimento que vá em benefício das grandes maioria marginalizadas. Essa também é uma realidade que escapa ao canto. Daí vem a contribuição de Carlos Mejía Godoy e a de

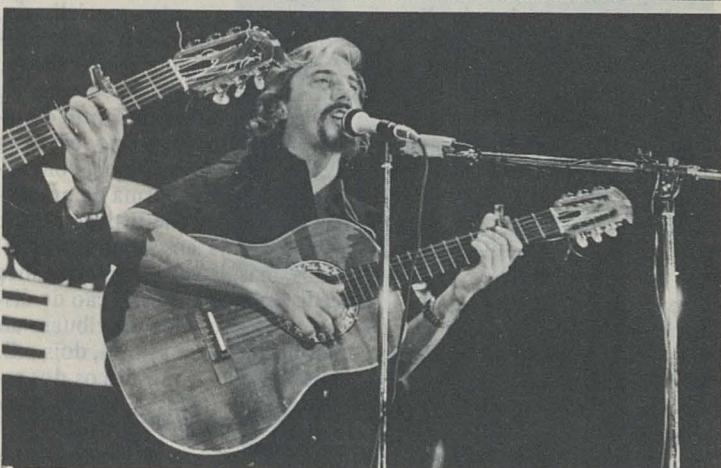
Palacaguina, como também da Banda Tepeuani. Os primeiros cantando o heroísmo sandinista contra a ditadura de Somoza. Os últimos procurando apoio para a luta do povo salvadorenho. Canto e heroísmo. Canto, luta e poesia. Como sempre. Mas hoje os centros dominantes têm uma estrutura mundial de meios de comunicação a seu favor, têm filósofos como Friedman proclamando os tempos da "liberdade de eleger" com dinheiro na mão, e têm também seus símbolos industriais inventados, como Travolta, que cantam a fibra plástica, as luzes alienantes, a juventude entregue a um descomprometido deambular pela cidade entendida como palco onde a personalidade se dissolve.

O desenvolvimento do canto popular sofreu diretamente a influência da expansão transnacional. Como esta também tem seu projeto cultural, a rádio, a televisão e a indústria do disco estão, praticamente, fechadas às expressões de um compromisso com as mudanças estruturais. Definitivamente, tal atitude é compreensível. Ela se inscreve na confrontação de interesses. E no quadro dessa confrontação — conscientes ou não — as rádios e estações de televisão convertem-se em instrumentos de uma espécie de "cultura transnacional", que alimenta a sincronização cultural em favor de um modelo mundial de dominação.* A publicidade, os discos, os programas importados, as notícias das agências transnacionais, tudo isso entrelaça-se para criar um marco comunicativo ligado a uma ordem, a uma coerência. Dentro dessa coerência, o canto popular resulta disfuncional ou só lhe permitem presença na medida em que não altere o modelo dominante.

* Ver a respeito, "The Cultural Synchronisation of the World". Cees Hamelink. WAAC Journal, 1/1978



Atahualpa Yupanqui (acima),
Alfredo Zitarrosa (à direita)
e Pepe Guerra ("Los
Olimarenhos"): exemplos
do canto latino-americano



"A rádio é um meio de comunicação auditivo e seu forte é a música. Depende, portanto, do material de discos com que conta. Os selos gravadores nacionais editam quase exclusivamente gravações estrangeiras e, inclusive, hoje existem casas de discos cujo único item de venda é material importado. Por outro lado, o público, tendo apenas essa gama de possibilidades, pede obviamente aquelas canções que lhe estão entregando", assinala o locutor

Miguel Davagnino numa recente publicação dedicada ao "Canto Novo" (3).

De alguma maneira, a mesma coisa foi dita pelo mexicano Gabino Palomares ao anunciar o aparecimento de seu segundo LP em cinco anos. Reconheceu ele que isso não era muito, mas chamou a atenção sobre os inconvenientes que a grande indústria colocava a cantores como ele:

"Nossa música está descartada pelas companhias transnacio-

nais. Esse fenômeno é compreensível, já que nossos temas chocam-se diretamente contra os interesses delas. Afortunadamente, há casas gravadoras que, embora modestas, permitem-nos gravar. Nossa trabalho lembra o que os jograis faziam no tempo deles. À falta de veracidade nos meios de comunicação, nós preenchemos esse buraco. É um árduo trabalho, principalmente porque não contamos com os elementos materiais necessários, mas a aceitação do povo em relação ao nosso trabalho é o que nos leva a ir em frente.” (4)

Discos, pressões e crise

Por sua vez, outro elemento que influi de maneira determinante na falta de difusão da música nacional, do canto popular e das manifestações folclóricas é a relação entre os selos de discos vinculados ao modelo capitalista transnacional e os cantores e os *disc-jockeys* e programadores das rádios.

“Fazendo discos independentes – diz Chico Mário de Souza, promotor de uma cooperativa de músicos no Brasil – descobrimos que as casas gravadoras pagam às rádios para que toquem os seus discos. A rádio se transforma em alto-falante das gravadoras, mediante suborno. Todos os meses alguns programadores recebem dinheiro para tocar determinados discos. Eles dizem: toquem esta música 20 vezes por dia, toquem esta outra 10 vezes, e assim por diante. Música brasileira, tocam pouquíssimas. Então as rádios vão tocando e fazendo enquetes de popularidade. Colocam as músicas nas telenovelas – porque aí também há suborno – e todo mundo começa a comprar o disco, proporcionando um grande lucro às gravadoras.” (5)

A situação parece ser semelhante na maioria dos países latino-americanos. O México, outro mercado gigante da música, é palco dos mesmos vícios. Mas,

neste caso, o testemunho é mais eloquente, porque vem de alguém que conheceu por dentro os turvos manejos: Jorge Alvarez, ex-diretor artístico do selo *Capitol*.

“As grandes companhias de discos têm um orçamento, logicamente bastante alto, para manipular suas relações, suas promoções publicitárias. Nos poucos casos em que não se usa a *payola* (ou seja, o cheque para que uma determinada música seja programada numa estação) isso é compensado, fazendo-se com que o radio-difusor viaje à Europa ou dão-lhe de presente um carro do ano ou então o mandam para Acapulco... Soube-se de diretores artísticos que pedem às companhias novas, pequenas, dois mil dólares mensais para promover seu produto em qualquer estação de rádio. As grandes companhias têm gente especializada, conhecida nos meios radiofônicos, que manipula essas coisas... Em outros casos, a companhia de discos manda um programador para um concerto em Los Angeles ou Nova Iorque, com tudo pago. Outra forma de promover discos é a que utiliza a *CBS*: não dá nada aos diretores artísticos, mas de vez em quando lhes cede uma superpromoção de discos para que eles distribuam ao público. Podem ser mil, dois mil, três mil, cinco mil discos dos artistas mais fortes: *Chicago* ou *Earth, Wind and Fire*”. (6)

“Diz-se que a programação na rádio é feita segundo os telefonemas... Mas isso também é arranjado. A *Capitol* tem dois, três ou mais garotos e garotas contratados para telefonar e dar o tema às rádios. Eu, até 1976, quando saí da *Capitol*, nunca estive de acordo com esse método, instituído em 1975”. (7)

Pressões, dinheiro, programações arranjadas. Tudo isso leva o sistema local para o caminho de adesão aos interesses dos grandes consórcios transnacionais da indústria do disco. Se olharmos o

coração do sistema, as cifras são eloquentes: cinco companhias repartem entre si os 80% do mercado norte-americano. A *Warner*, 25%; *CBS*, 20%; a *Polydor*, 15%; a *RCA*, 12%; e a *Capitol (EMI)*, 8%. (8) A partir daí, o negócio se expande para o mundo todo e seu crescimento afeta não só os pequenos selos locais, abertos à difusão do canto popular ou da chamada música engajada, mas também todo o sistema da indústria discográfica nacional em países como a Argentina, a Venezuela e o México.

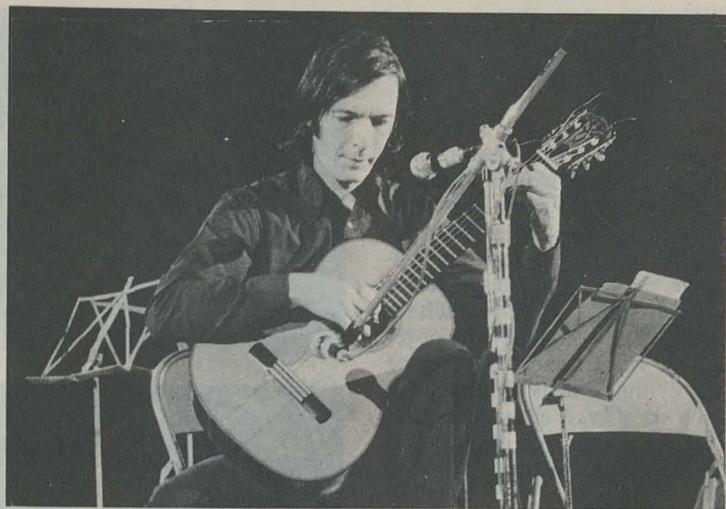
A política de abertura de mercados afetou diretamente as filiais e empresas gravadoras locais. “Os discos importados dos Estados Unidos e da Europa, que são vendidos nas grandes lojas, estão prejudicando o mercado nacional em geral; é por isso que nós, editores de música, levantamos um protesto diante das autoridades competentes para que limitem a livre importação”, declarou em novembro de 1980, Enrique Márquez, um conhecido editor mexicano, afetado pela grande abertura às importações que o governo mexicano permitiu, ao dispor dos recursos trazidos pelo petróleo (9). Em outro país petrolífero, as reclamações foram semelhantes, apenas dois meses antes.

“Um rude golpe recebeu a indústria fonográfica venezuelana com um decreto que permite a livre importação de discos a partir do mês de setembro (1980), como um dos 100 produtos que o governo federal venezuelano aprovou. Anteriormente, os únicos discos que podiam ser importados livremente era os de música clássica; as novas disposições legais estabelecem que qualquer pessoa física ou jurídica pode realizar a importação, pagando exclusivamente cinco por cento do valor do produto, o que prejudica a indústria nacional”, é o que diz uma nota procedente de Caracas, publicada na imprensa americana. (10)

Na Argentina, a situação é pior ainda, não só como consequência da crise econômica geral do país, mas também pela aplicação do modelo econômico "friedmaniano" de abertura dos mercados. Segundo uma informação da revista *Variety* de 16 de setembro do ano passado, as cifras demonstravam uma situação catastrófica: "O presidente da Câmara Argentina de Produtores e Industriais Fonográficos assinou que na primeira metade de 1981 foram vendidos 1.290 mil LPs, em comparação com os 5.970 mil vendidos em 1980; por sua vez, as vendas de *cassette* declinaram de 12.460 mil para 4.630 mil". Diante de tal situação, naturalmente, a citada Câmara do disco disse que sua situação era "caótica", acrescentando seu porta-voz: "Muitas empresas há bastante tempo lançam perdas em seus balanços e se a situação se mantiver, em breve todos desapareceremos".

Esses diferentes exemplos demonstram as contradições que a aplicação das políticas estratégicas do capitalismo transnacional em expansão gera nos países periféricos. Mas, por sua vez, há outro fator que determina condições particulares para a difusão musical: a presença abundante de *cassettes* e de gravadores para a sua reprodução. Um exemplo concreto é dado pelos números no caso chileno: "Em 1978, as vendas de discos e *cassettes* nacionais alcançaram 4,5 milhões de dólares, bem acima dos 3,6 milhões de dólares gastos em discos e *cassettes* gravados e virgens importados durante esse ano. Porém, a tendência observada em 1979 — um crescimento de 55% nas importações — revela que já nesse ano o mercado nacional fonográfico foi abastecido principalmente pelo exterior".

"A competição se dá principalmente com a gravação artesanal. Os quatro milhões de dólares de *cassettes* virgens importa-



Daniel Viglietti (Uruguai): abriu um caminho que hoje tem importantes seguidores no seu país



Violeta Parra, precursora da "Nova Canção Chilena"

dos durante 1979 indicam que existe uma substituição do consumo de material gravado pela simples cópia caseira desse material".(11)

No Chile, país com 11 milhões de habitantes, calcula-se que já existem 14 a 15 milhões de gravadores. É um dos instrumentos da produção eletrônica transnacional que conseguiu penetrar até nos setores populares de menores receitas. Isso será bom ou mau, visto da perspectiva do canto popular? Ricardo García, lo-

cutor e editor de discos reconhecido como o impulsor de "Canto Novo" no Chile, como antes tinha sido da "Nova Canção Chilena", coloca o problema em suas duas facetas: a industrial e a social. E o faz a partir da perspectiva do selo *Alerce*, casa editora que difundiu as novas vozes do canto popular chileno, assim como as criações de Víctor Jara, Violeta Parra, Silvio Rodríguez e Pablo Milanés. Seu caso, além disso, dá testemunho das possibilidades de atuação em espaços

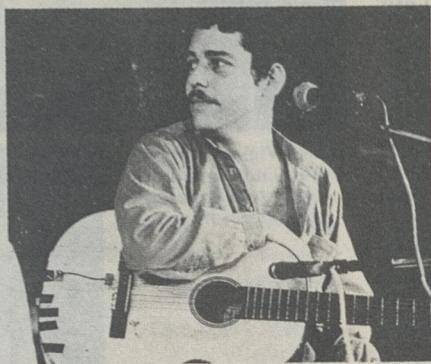
restritos quando há vontade e tenacidade para fazê-lo.

"O mercado mundial do disco encontra-se em crise, particularmente no Chile, onde o escasso poder de consumo das massas está dirigido a artigos importados. A este problema soma-se o fenômeno dos gravadores *cassette*, que permite a gravação particular de música. O caso da *Alerce* é muito mais crítico, pois seu receptor é, em geral, de poucos recursos. No entanto, o receptor real é muito mais amplo. Cada disco da *Alerce* chega a grupos mais ou menos grandes, interessados particularmente no folclore e na nossa música; e é regravado em *cassettes* que, por sua vez, chegam a outros grupos. Isso é bom para a difusão mas ruim para nós." (12)

Alternativas, força e poesia

É no quadro dessas realidades que aparecem as perspectivas da difusão alternativa para o canto popular. Os selos de discos que procuram criar um espaço independente de difusão se multiplicam: surgem nomes como *Pueblo*, *NCL (Nueva Canción Latinoamericana)*, *Fotón*, *Alerce* e vários outros. Por detrás deles, há uma vontade de resgate desses instrumentos criados pela grande indústria eletrônica — o disco e o *cassette* — para colocá-los a serviço de uma perspectiva cultural que inaugura tempos novos. Nem sempre conseguem ir adiante. Outros conseguem mas com dificuldades. Mas constituem um espaço que abre perspectivas a serem exploradas de formas diferentes daquelas propostas pelo modelo capitalista transnacional. Um eloquente exemplo foi dado aqui no Brasil, com o aparecimento da Cooperativa de Músicos do Rio de Janeiro, que criou um departamento do "disco alternativo".

"O iniciador disso foi Antônio Adolfo — conta Chico Mário de Souza. Ele tinha vários suces-



Milton Nascimento (acima), Chico Buarque (ao lado) e o conjunto Boca Livre com Nana Caymmi.



sos gravados e tinha participado de festivais. Mas depois começou a sentir-se mutilado sem poder produzir como queria. Ninguém queria gravar suas músicas. Então ele fez isso por sua própria conta e depois saiu vendendo seus discos de lugar em lugar por todo o Brasil. Assim, vendeu mais de 15 mil discos, criando a consciência de que era possível romper o boicote das transnacionais. Outros o seguiram: Danilo Caymmi, Luli e Lucinha. E os segredos do trabalho eram passados a outros

compositores: como fazer a capa, em que estúdio gravar, quantos discos imprimir, onde e como vender. E assim o movimento foi se expandindo." (13)

Se os primórdios da experiência foram modestos, hoje ela constitui uma corrente importante. Grupos como "Barca do Sol" ou "Boca Livre" conseguiram vender mais de 40 mil cópias em cinco meses. O próprio disco de Chico Mário, "Raízes", também vendeu bastante. Por isso, um telegrama da agên-

cia EFE transmitiu do Rio de Janeiro, no começo do ano de 1981, o seguinte:

"O mercado de discos de música popular no Brasil teve em 1980 como grandes novidades a explosão dos produtores independentes e o 'descobrimento' dos mercados regionais... 'Agora, chega', foi o grito de rebeldia dos músicos independentes, que tiveram seu merecido triunfo, pois se analisarmos a lista dos 20 melhores discos de longa duração de 1980, constataremos que nada menos que seis deles são independentes: Elomar, Carioca, Alcides Neves, Valença Filho, Sônia Vieira e Rogério do Maranhão... O êxito dos independentes deveu-se não apenas aos seus valores intrínsecos, como também ao descobrimento da existência de um mercado urbano que gosta dos temas regionais... Alguns músicos consagrados como Dory Caymmi colaboraram ou aderiram corajosamente a essa renovação do gosto musical que, em suma, quer escapar dos ditames da moda internacional para mergulhar nos ricos sons, ritmos e melodias mais próximos da terra e do que é brasileiro." (14)

Qual pode ser a força própria de um canto popular que chegue de maneira significativa às massas? Por um lado, a vitalidade e o respaldo que lhe outorga sua vinculação com as organizações sociais. Ainda em situações muito autoritárias, como no cone sul do continente, se produz essa relação entre canto e tecido social. Festivais de solidariedade, encontros estudantis, encontros organizados pelas igrejas, reuniões de sindicatos ou entidades de trabalhadores, festivais organizados por grupos culturais, criam o quadro onde o canto popular encontra suas ratificações e orientações.

Por outro lado, a força própria do canto popular surge de sua vocação de compromisso com a história da qual faz parte

e o destino das grandes maiorias abandonadas: "Hoje meu canto é solidário com El Salvador e com a luta de seu povo", diz o mexicano Gabino Palomares ao apresentar seu segundo Lp. Eduardo Peralta, jovem músico chileno, 21 anos, ao regressar da Europa depois de encontrar-se com seus companheiros da "Nova Canção", comenta: "Minha preocupação é por essa liberdade que ressalta a interioridade humana, que vai sempre mais além dos sistemas e dos esquemas. Nas minhas músicas quero destacar a possibilidade criativa do ser humano".

No Uruguai, ao falar da tarefa de quase 100 artistas que atuam em teatros e palcos de ginásios cobertos, o semanário *La Democracia* dizia em setembro do ano passado: "Não podemos afastar essa manifestação cultural do momento histórico em que vivemos... Nosso povo tem necessidade de participar, de encontrar caminhos e de fazê-lo dizendo que é ele quem os procura. Isso é que dá à nossa gente o Canto Popular porque esse é o caminho de sua busca". Litto Nebia surge da Argentina com seu Lp *Creer*, dizendo: "Creio que apesar de tanta melancolia, tanto pesar e tanta ferida, só se trata de viver".

Essa mistura de nova palavra, nova poesia, de outro espírito para aproximar o canto do povo, também percorre os caminhos do exílio. Em última instância, nem sempre a distância parece tão enorme quando se trata do canto. Eduardo Carrasco, diretor do Quilapayún e constante criador, assim o sintetiza: "Nunca fomos embora do Chile. O que acontece é que não pisamos a terra chilena porque não nos deixam. Mas para este mal encontramos uma solução provisória: quando podemos, construímos para nós uma terra chilena no exílio e quando não podemos, deixamos de viver com os pés na terra". (15) Talvez seja nesses momentos, quando o canto

toma outros rumos e se atreve a falar, vivendo no hemisfério norte, que é necessário "dar ao outono uma pancada de janela, para que o verão se prolongue até dezembro".

Talvez os Quilapayún não tivessem cantado algo assim em 70. Todos aprendemos. Compromisso e poesia sutil não são nem podem ser pólos opostos. Talvez um sinal desse novo tempo seja a enorme popularidade que as últimas criações de Silvio Rodríguez e Pablo Milanés encontram entre a juventude chilena. Talvez não haja uma "Nova Canção" nem um "Canto Novo", mas sim uma atitude e um estado de espírito para caminhar pela vida com olhar renovador. O destino do canto popular nos desafios atuais parece estar sintetizado naquilo que Silvio Rodríguez disse no México, em novembro passado:

"Aquele que vê na vida panfletos, só cantará panfletos. Mas aquele que vê poesia na vida, fará e cantará poesia."

NOTAS:

1. "Parole et Musique", Paris, janeiro de 1981; Régine Méllac: "Jornadas de la Canción Política".
2. Revista "La Bicicleta", nº 11, abril, 1981, Santiago do Chile.
3. "La Bicicleta", op. cit.
4. "El Día", 21 de dezembro, 1980, México.
5. "Cahiers du Terceiro Mundo", nº 24, junho, 1980, Rio de Janeiro.
6. "Uno más Uno", 29 de junho, 1980, México.
7. Ibidem.
8. "Everybody's Business", M. Moskowitz and others, Harper and Row Publs., 1980, Nova Iorque.
9. "Excélsior", 9 de novembro, 1980, México.
10. "Excélsior", 26 de setembro, 1980, México.
11. "Poder Económico y Libertad de Expresión", Diego Portales C., Editorial Nueva Imagen - Ilet, 1981, México.
12. "La Bicicleta", op. cit.
13. "Cahiers du Terceiro Mundo", op. cit.
14. "El Heraldo", 4 de janeiro, 1980, México.
15. "Entrevista a Quilapayún", Desiderio Arenas, mimeo.

cultura



Rubén Darío

Maratona Rubén Darío

País de poetas por excelência, a Nicarágua celebrou, em 18 de janeiro passado, de forma original, o 115º aniversário do maior dos poetas nascidos nesse país centro-americano: Rubén Darío.

Na cidade natal do poeta, Cidade Darío, no departamento de Matagalpa, ao norte do país, uns 60 poetas nicaraguenses e estrangeiros se reuniram durante todo o dia na realização de uma maratona de poesia.

Pelo terceiro ano consecutivo, a pequena cidade viu-se assim praticamente ocupada por escritores — entre eles, Antonio Cisneros (Peru), Eugênio Evtuschenko (União Soviética), Roberto Fernández Retamar (Cuba), Juan Gelman (Argentina) — músicos e cantores de música-testemunho, no que se chamou de Jornada Dariána.

Os atos, encabeçados pelo ministro da Cultura da Nicarágua, poeta e sacerdote Ernesto Cardenal, e pelo comandante de Brigada e escritor Omar Cabezas, acolheram delegações governamentais de diversos países, entre elas a de Cuba, presidida pelo ministro de Cultura da ilha, Armando Hart Dávalos.

Uma destacada participação teve a música-testemunho ou de protesto, especialmente a do grupo Mancotal, de Luis Enrique Mejía Godoy, cujas canções unem a poesia de Rubén Darío com a atual realidade nicaraguense. Durante quase sete horas, os poetas, escritores e músicos foram protagonistas de um agitado dia na pequena cidade matagalpina, berço de Darío.

Tradição dos orixás

Cerca de 500 a mil pessoas transitaram diariamente no local onde se realizou, em janeiro último, o Evento Secneb-82, organizado pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil — Secneb. O seminário teve como tema, este ano, a "Tradição dos Orixás no Brasil".

O encontro reuniu professores, artistas, pesquisadores, estudantes, líderes comunitários, integrantes de blocos afro e *afoxé* e sacerdotes da tradição dos orixás — inclusive com a presença de convidados especiais dos Estados Unidos, Caribe e Nigéria — todos voltados para uma reflexão conjunta para debates e trocas de idéias e experiências que possam traçar rumos de ação ligados ao desenvolvimento sócio-cultural do negro no Brasil.

O significado histórico e contemporâneo da "Tradição dos Orixás" é a sua dimensão anticolonialista. "O negro sempre teve consciência do valor de seu sistema cultural", diz a Secneb em suas conclusões, acrescentando que "a Tradição dos Orixás se constitui num sistema de vida, numa forma de ser que caracteriza a atuação dos integrantes dessa cultura em todas as escalas, não se restringindo a uma forma de percepção dicotomizada que a classifica apenas como religião. A Tradição dos Orixás acompanha a vida; o orixá está em nós, na natureza, no cosmos".

Conferência de Políticas Culturais

Jorge Castañeda, secretário mexicano de Relações Exteriores e Amadou Mahtar M'Bow, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), firmaram um acordo para realizarem no México, de 26 de julho a 5 de agosto próximos, a Primeira Conferência Mundial de Políticas Culturais, informou a chancelaria mexicana.

O Encontro tem como objetivo analisar e formular novas orientações destinadas a facilitar a cooperação cultural internacional no quadro do terceiro decênio das Nações Unidas para o desenvolvimento.

Como antecedentes desse foro, mencionaram-se a Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (Veneza, 1970), assim como as conferências regionais de Helsinque (1972), Jacarta (1973), Acra (1975) e Bogotá (1978).

A reunião do México recolherá as principais contribuições dessas conferências, com a finalidade de formular os alinhamentos que os países membros da Unesco recomendam aos Estados no plano educativo, científico e cultural.



A presença feminina em Granada

As mulheres da ilha de Granada rompem uma discriminação de muitos anos para ocupar posições chaves na economia e na política do país

Merle Hodge*

A dois anos da revolução que derrubou um aliado de Augusto Pinochet na pequena ilha caribenha de Granada, as mulheres aparecem no balanço social como o setor mais favorecido pelo processo de transformação.

Quando o primeiro-ministro Eric Gairy foi deposto num movimento armado, a 13 de março de 1979, a mulher granadense estava tão marginalizada como continuam estando hoje a maioria das mulheres do Caribe de fala inglesa. O progresso realizado desde então não está marcado por nenhum fato espetacular, mas sim pelo resultado gradual de uma política que aplicou planejamento, trabalho, recursos, leis e apoio moral à causa da

igualdade da mulher, que em outras partes só é atendida com pomposas declarações de princípios.

O movimento começou em dezembro de 1977, com a criação da Organização Nacional da Mulher (*NWO*), como braço feminino do *New Jewel Movement (NJM)**. A organização contava em 1977 com 120 membros apenas. Um ano depois da revolução, seus militantes já eram 400. Em maio de 1980, a *NWO* mudou seus critérios de filiação e abriu suas fileiras "a todas as mulheres que querem ver nosso país desenvolver-se e progredir, e aspiram a que nesse processo conquistemos a verdadeira igualdade". O número de filiadas cresceu rapidamente para 1.800,

* Jewel, que em inglês quer dizer "jóia", é a sigla de Joint Endeavor for Welfare, Education and Liberation – Esforço Conjunto para o Bem-Estar, a Educação e a Libertação – movimento juvenil que em 1973 transformou-se no partido com o atual nome, às vezes traduzido por "Movimento da Nova Jóia". O primeiro-ministro Maurice Bishop é também o secretário-geral do NJM.

* Jornalista do The West Indian – Granada

organizadas em 49 grupos. A *NWO* tem planos para triplicar hoje essa cifra, com a criação de 100 novos grupos femininos, entre os quais incluem-se muitas mulheres que no passado foram filiadas ao partido de Gairy.

Não há uma organização separada para as novas gerações, e as jovens granadenses participam em pé de igualdade na Organização Nacional Juvenil do *NJM* e nas milícias populares. É notório, além disso, o incremento da presença feminina nas organizações de base, sindicatos, grupos paroquiais e na Organização Juvenil Católica, núcleos da atividade social que dão ao processo revolucionário em Granada um clima de entusiasmo e participação.

Preparar-se para o poder

Durante uma conferência sobre o papel da mulher, realizada nos primórdios da revolução, o professor Beverly Steele, da Universidade das Índias Ocidentais, observava que os homens continuam ocupando os altos escalões do poder político na maioria dos países do mundo porque só eles são preparados para exercê-lo. As mulheres, observou, não podem ir mais adiante porque não foram treinadas para o exercício do poder.

Esse treinamento é um elemento importante das atividades da organização feminina em Granada. Dentro dos grupos, estimula-se a renovação periódica das dirigentes e estas fazem regularmente cursos de capacitação. No fim de um certo período, cada *irmã* (militante) de um grupo deve ter assumido algum cargo de responsabilidade na organização.

Já são numerosas as mulheres que ocupam postos de responsabilidade nos programas-chaves do governo granadense. Entre elas, as autoridades máximas do Centro de Educação Popular (primário para adultos), do programa de treinamento de profes-

sores, da Diretoria de Turismo, do planejamento da saúde, do Conselho de Nutrição e Alimentos, do programa de escolas comunais e da Junta de Importações, além do Ministério de Assuntos Femininos (o que não é tão óbvio quanto parece à primeira vista, já que em muitos países onde existe uma secretaria de governo semelhante, o posto é ocupado por um homem).

Com exceção da ministra da Educação, Jacqueline Creft, o gabinete do Governo Revolucionário Provisório é totalmente masculino, mas muitas mulheres estão sendo capacitadas para desempenhar responsabilidades semelhantes em futuro próximo.

Dirigentes da NWO sustentam que, na estrutura democrática da nova Granada, não há uma concentração de poder na cúpula que torne imprescindível ter uma mulher na direção nacional para poder afirmar que a igualdade feminina realmente começou. No entanto, acrescentam, "a designação de mais mulheres como ministras de Estado produzirá um impacto na consciência do povo e, em particular, melhorará a imagem que nossas jovens têm de si próprias e de suas possibilidades futuras".

Avante, mulher!

A educação é conceituada em Granada como um fator essencial no desenvolvimento da mulher e de todo o país. Centenas de professoras estão sendo treinadas e sua profissão será valorizada na medida em que recebam o título de normalista para exercê-la. E as mulheres participam em pé de igualdade nos novos programas de treinamento para trabalhadores em hotelaria, na pesca, nas granjas e no serviço público. Um plano de expansão do serviço de creches está em andamento, como medida concreta destinada a canalizar energias femininas e responsabilidades sociais.

"Avante, mulher", ou "Igual na produção e na defesa", são palavras-de-ordem frequentes nos cartazes em toda a ilha.

Mais importante que a propaganda para dar confiança à mulher, foi o recente julgamento do

dono de um restaurante por violação da Lei da Maternidade, aprovada em 1980. Uma de suas empregadas — que trabalhava 10 horas diárias, seis dias na semana, por um salário de 30 dólares mensais — tinha sido despedida quando estava com cinco meses de gravidez. O patrão foi multado e obrigado a reincorporar a trabalhadora além de pagar-lhe pelo tempo transcorrido desde sua demissão ilegal. Foi a primeira condenação da nova lei e, desde então, o Escritório para a Mulher divulgou amplamente o caso, instando as mulheres a denunciarem outras violações e oferecendo-lhes assistência jurídica.

Assim, a organização, a educação e o exercício de liderança convergem em Granada num esforço pouco espetacular mas cheio de êxito no sentido de incorporar a "outra metade da sociedade" na dinâmica das transformações.



Cerca de 150 mulheres consideraram o auxílio a povos de outros países como essencial

A SOLIDARIEDADE DAS MULHERES

O primeiro encontro distrital da NWO deste ano, realizado na Escola Metodista de Saint Andrews em janeiro passado, reuniu cerca de 150 mulheres que discutiram e planejaram, com seriedade, o seu trabalho para o primeiro trimestre deste ano. Segundo um observador, isso é muito encorajador, já que 1982 é o Ano da Construção Econômica.

A vice-presidenta da NWO, Rita Joseph, resumiu alguns dos êxitos da organização durante o ano passado, enfatizando que as mulheres granadenses têm uma árdua tarefa este ano a fim de alcançarem seus objetivos.

Com certeza, uma das mais significativas ati-

vidades será a coleta de roupas e dinheiro para mulheres e crianças de El Salvador e Namíbia. A coleta de roupas é uma resposta ao apelo da Organização das Mulheres Angolanas (OMA), no ano passado, em auxílio às mulheres e crianças refugiadas da Namíbia.

Muitas crianças e mulheres estão refugiadas em Angola, por causa da ocupação ilegal de seu país pelas forças da África do Sul.

O dinheiro foi coletado pelas mulheres da NWO e outras pessoas ou grupos, também com a finalidade de auxiliarem mulheres e crianças de El Salvador, onde a luta pela libertação deixa muitos desabrigados.

Mesmo sendo pobres também, as mulheres da NWO consideram o auxílio a povos de outros países como parte essencial de seu dever internacionalista.

PANORAMA TRICONTINENTAL

SENEGAL: DIOUF À PROCURA DO SEU PRÓPRIO CAMINHO

□ O reconhecimento de Angola pelo governo do Senegal, um fato importante em si mesmo, também é uma indicação de que o novo presidente Abou Diouf está se afastando gradativamente de seu antecessor, Leopold Senghor, o todo-poderoso senhor do país durante 20 anos.

Senghor, intelectual e político, ocupou a presidência da República após a independência do Senegal. Ele sempre contou com Diouf como seu estreito colaborador e dócil executor de sua própria política. No fim de 1981, Senghor renunciou à presidência para dedicar-se — segundo anunciou — a atividades literárias e à organização da Interafricana Socialista (seção regional da Internacional Socialista).

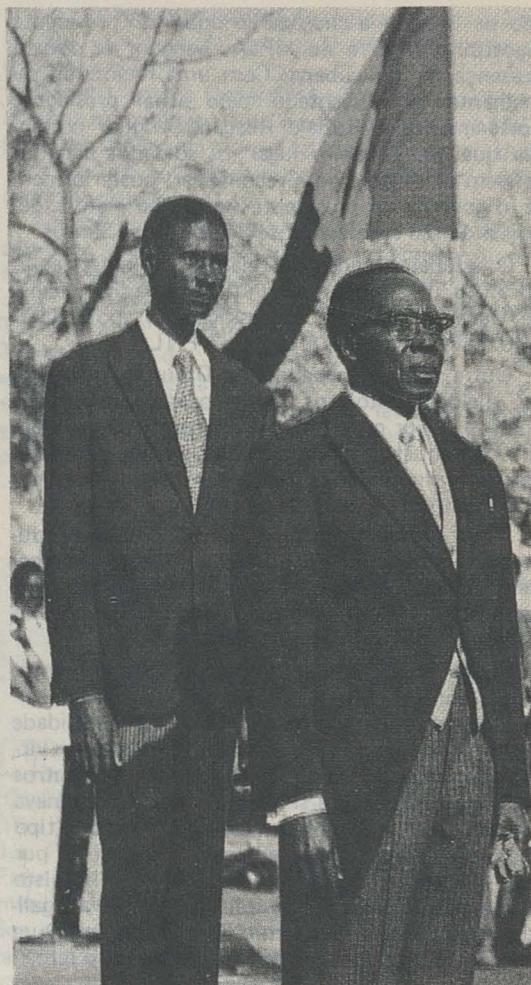
Diouf, primeiro-ministro na época, foi nomeado por Senghor seu herdeiro e, desde 19 de janeiro de 1981, transformou-se automaticamente em presidente da República sem ter de enfrentar o desafio eleitoral.

Esse precedente, assim como o fato de existir no Senegal um monopólio tácito do Partido Socialista fundado por Senghor, deram a impressão de que o velho político manipularia o poder por trás do trono ou haveria ao menos um continuísmo linear entre ambos os mandatários.

O reconhecimento de Angola é o derradeiro passo dado por Diouf em favor de uma personalização de sua política, com um claro conteúdo de abertura democrática.

A medida, anunciada a 16 de fevereiro, é relevante para a política africana, pois o Senegal era o único país do continente — com exceção do regime racista da África do Sul — que não havia reconhecido o governo de Luanda.

Senghor — o teórico de "uma negritude", que na verdade tinha como sustentação a cultura europeia e defensor de um socialismo africano que não foi socialismo e sim um conduto para a continuação da dependência dos interesses econômicos franceses e das empresas transnacionais — adotara uma política externa pró-occidental. Essa orientação levou-o a uma atitude negativa em rela-



Senghor (na altura, ainda presidente) e Diouf: apesar da sua fidelidade, o herdeiro marcou um caminho próprio

ção ao governo revolucionário de Angola. Senghor pretendia que o Movimento para a Libertação de Angola, cuja chegada ao poder em Luanda pôs fim a cinco séculos de colonialismo português, compartilhasse o governo com a Unita (agrupação apoiada por Pretória) e com FNLA, outra organização contra-revolucionária.

Apesar da invasão de Angola pelo exército da África do Sul, em novembro de 1975, com a inten-

ção de impedir a chegada ao poder do presidente Agostinho Neto e do MPLA, Senghor se opôs à presença militar cubana. Com uma raciocínio semelhante ao sustentado pelo atual presidente norte-americano Ronald Reagan, Senghor pretendia que, em primeiro lugar, os soldados cubanos saíssem de Angola para reconhecer, posteriormente, o governo do presidente Agostinho Neto e, depois o do seu sucessor, José Eduardo dos Santos.

O estabelecimento de relações diplomáticas é, portanto, uma mudança significativa na diplomacia de Dakar e implicará na cessação do apoio dado pelo regime senegalês à Unita e à FNLA.

Outra medida inovadora de Diouf foi o convite ao diálogo feito aos professores, considerados como o maior grupo de pressão contra o governo. Em consequência desta abertura, foram introduzidas no ensino escolar línguas senegalesas que Senghor mantivera à margem do sistema educativo.

Diouf também cancelou a dívida com os produtores de amendoim (o principal produto nacional de exportação), que estavam associados em uma cooperativa estatal e haviam sentido na pele as consequências dessa experiência falida.

Mas a iniciativa mais importante foi a implantação do multipartidarismo. Senghor — que se declarava democrata — somente em 1974 deu legalidade a um partido de oposição. Posteriormente, em virtude da Constituição de 1976, admitiu mais outros dois. Mas era sempre seu regime que determinava quais os partidos autorizados e inclusive que tipo de corrente eles deviam representar. Um deles, por exemplo, devia ser obrigatoriamente marxista, isto é, o governo elegia a oposição que desejava legalizar, enquanto mantinha fora da lei os partidos que o incomodavam realmente (ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 38).

A reforma adotada por Diouf não tem nenhuma restrição. Todos os partidos são aceitos na vida legal do país e têm possibilidades de chegar ao Congresso. Trata-se de um regime democrata-liberal, semelhante ao da Europa Ocidental. Desde janeiro de 1981, amparadas pelo sistema, dez agrupações foram legalizadas e agiram sem restrições até o momento. Surgiu também uma imprensa oposicionista. Mas só no início do próximo ano poderá-se comprovar a solidez do compromisso assumido por Diouf e o poderoso partido do governo com as novas regras do jogo.

MANOBRAS CONTRA A LÍBIA

Uma discreta mas incisiva campanha foi desencadeada pelo governo norte-americano para frustrar a nível diplomático a aspiração do governo líbio de assumir a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1985, depois que terminar o período em que a presidência ficar com o Iraque.

Segundo se soube nas Nações Unidas, o Departamento de Estado norte-americano estaria procurando impor a Indonésia como uma possível alternativa, nos contatos mantidos recentemente com países membros do Movimento.

A presidência da conferência de cúpula dos Não-Alinhados em 1985 deverá ser discutida na próxima reunião de chanceleres do Birô de Coordenação, marcada para Havana em maio. O governo de Ronald Reagan já tentou impedir que a Líbia hospede os participantes da próxima Conferência da Organização da Unidade Africana, que será realizada em Trípoli, em agosto. Tradicionalmente o país anfitrião do encontro de chefes de Estado africanos é escolhido como presidente da organização pelo período de um ano.

Segundo informou de Nova Iorque o jornalista Thalif Deen, a Indonésia ainda não se manifestou sobre a iniciativa dos Estados Unidos. A delegação indonésia alega desconhecer os planos norte-americanos.

Apesar disto, não é a primeira vez que o nome da Indonésia é usado como uma alternativa para a sede dos Não-Alinhados. Recentemente, o governo norte-americano sugeriu através de aliados dentro do movimento que a reunião de cúpula marcada para este ano, fosse transferida de Bagdá para Jacarta. A desculpa foi a guerra entre Iraque e Iraque.

Mas os Não-Alinhados dificilmente aprovarão uma proposta neste sentido, já que a Indonésia ocupa desde 1975 o território da República Democrática do Timor-Leste, atitude expansionista que tem sido condenada por muitos países membros do Movimento.

CHILE: O GOVERNO PODERIA ESTAR POR TRÁS DO ASSASSINATO DE JIMÉNEZ

■ Milhares de trabalhadores participaram do funeral do presidente do Agrupamento Nacional de Empregados Fiscais (Anef) do Chile, Tucapel Jiménez, assassinado em Santiago. Os trabalhadores gritaram palavras-de-ordem antigovernamentais no trajeto para o cemitério. Também participaram do cortejo o ex-comandante-em-chefe da Força Aérea e ex-membro da Junta Militar, general na reserva Gustavo Leigh e o filho do recentemente falecido ex-presidente Eduardo Frei. Leigh declarou à imprensa que sua presença devia-se ao desejo de "repudiar este abominável crime". Também esteve presente o sindicalista norte-americano Joseph Campos, da AFL-CIO, representando o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IASDL).

Os dirigentes sindicais que falaram durante a cerimônia do sepultamento exigiram uma "investigação profunda" de parte do governo para a identificação dos culpados pelo homicídio.

O vespertino *La Segunda*, de Santiago, reproduziu a última entrevista de Jiménez concedida a esse periódico pouco mais de uma semana antes de ser assassinado. Nela, o dirigente afirmava: "As coisas vão de mal a pior. Onde já se viu trabalhadores, em vez de lutarem por aumento de salários, terem que fazê-lo para que não os rebaixem?"

O dirigente assassinado foi substituído pelo primeiro vice-presidente da Anef, Hernol Flores. Com 59 anos, Jiménez havia assumido a presidência da organização em 1963. De tendência social-democrata (estava filiado ao Partido Radical, na ilegalidade desde 1973), foi um dos fundadores da proscrita Central Única de Trabalhadores (CUT) e vice-presidente da União Democrática de Trabalhadores (UDT), criada em abril de 1981.

Jiménez foi encontrado degolado em seu automóvel, com o qual trabalhava como motorista de táxi nos fins de semana. Altos funcionários do governo reuniram-se no Palácio de la Moneda para analisar o acontecimento. A Secretaria de Imprensa da presidência informou que "o presidente da República condenou energicamente o assassinato"

e que "as forças policiais e de segurança foram instruídas para que realizem as investigações com a máxima urgência".

Por seu lado, o Departamento de Estado norte-americano expressou sua "profunda consternação" pelo assassinato do líder sindical, assinalando que "Tucapel foi um velho amigo do movimento sindical norte-americano".

Poucos dias antes de sua morte, Jiménez havia exortado todos os trabalhadores a formarem uma Frente Sindical comum. Este apelo, juntamente com suas negociações com a Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos e com a Associação de Trabalhadores de Telégrafos, provocaram fortes ataques da imprensa oficialista e dos sindicatos sustentados pela Junta Militar, o que levou os meios sindicais a suspeitarem de que o governo chileno poderia estar envolvido em sua morte.

OUA: UMA VITÓRIA DIPLOMÁTICA SAARAUI

■ Depois de ser oficialmente aceita como membro da Organização da Unidade Africana (OUA), a República Árabe Saaraui Democrática (Rasd), procura agora entrar para o Movimento dos Países Não-Alinhados. O secretário-geral da Frente Polisario, Mohamed Abdelaziz, dirigiu uma mensagem a Fidel Castro, presidente em exercício dos Não-Alinhados, pedindo que "todas as forças favoráveis à paz e liberdade" intensifiquem os esforços para que o "Marrocos e os Estados Unidos ouçam a voz da razão e cessem as agressões contra o Saara".

Abdelaziz enviou esta mensagem a Fidel Castro a propósito do reconhecimento oficial da Rasd como membro da OUA, fato considerado como passo prévio para que o Estado saaraui seja aceito pelo Movimento dos Não-Alinhados e pela ONU.

A vitória na Organização da Unidade Africana foi decisiva na luta que a Rasd trava no campo diplomático. Embora a República Saaraui tenha sido proclamada pela Frente Polisario em 27 de fevereiro de 1976, o movimento consumiu todos estes

anos para vencer as manobras do regime de Hassan II, que na qualidade de invasor e interessado direto nos destinos do antigo Saara Espanhol, se opôs tecnicamente ao reconhecimento oficial do Estado saarauí por parte da OUA.

Quando a bandeira da Rasd foi içada oficialmente na sede da Organização da Unidade Africana em Addis Ababa (Etiópia), 12 delegações solidárias com o Marrocos abandonaram a sala onde se realizava a sessão do Conselho Ministerial da organização africana.

PAQUISTÃO: ACORDO POLÍTICO OPOSITOR

□ Já sobe a três mil o número de prisões registradas recentemente em Islamabad. As medidas repressivas do governo também foram intensas em Lahore, onde foram detidas mil pessoas, e em Rawalpindi, onde cerca de 300 oposicionistas foram mandados para as prisões.

O regime do general Zia Ul-Haq qualificou os detidos como elementos "anti-sociais", mas na verdade eles são militantes políticos que tentam de várias maneiras pressionar um relaxamento da lei marcial e o progressivo restabelecimento dos direitos democráticos.

Em declarações feitas em Lahore, em fevereiro, Zia Ul-Haq voltou a insistir na proibição de toda a atividade política em futuro próximo e acusou à oposição de tentar impor a "anarquia" no país, com o objetivo de "facilitar uma intervenção estrangeira por inimigos do Paquistão".

Desde que assumiu o poder há quatro anos, Zia Ul-Haq tem reiterado que seu governo procura "definir uma atividade política saudável" e criar uma certa estabilidade política, sem no entanto conseguir apoio. O regime já prometeu eleições em três oportunidades, sem que elas tenham sido realizadas. E esta foi a primeira vez que o presidente paquistanês descartou qualquer consulta popular em futuro próximo.

O jornal *Pakistan Times*, controlado pelo governo, afirma que "as pretensões hegemônicas da In-

dia" e a pressão soviética no Afeganistão, se constituem em "argumentos poderosos" a favor da continuidade da suspensão da atividade política. Também afirma que "o presidente Zia Ul-Haq está disposto a entregar o poder... mas espera o clima apropriado".

Apesar das últimas declarações de Zia Ul-Haq, o Movimento de Restauração da Democracia (MRD), que agrupa vários partidos, continuou as consultas com o partido *Jamiat Ul Ulema Pakistan* (JUP) e com a Liga Muçulmana, em busca de uma estratégia comum.

Segundo foi informado, estas conversações teriam levado a um entendimento sobre as formas de pressionar a curto prazo o relaxamento da lei marcial. O Partido Popular Paquistanês (PPP), fundado pelo falecido Zulficar Ali Bhuto, o principal alvo da campanha repressiva do governo, anunciou que apoiará a aliança oposicionista, caso os outros partidos façam uma frente comum a favor de eleições baseadas na Constituição de 1973. Esta Constituição, ditada por Bhuto, é considerada como o único documento sobre o qual existe consenso nacional para formar um governo provisório da oposição.

A fórmula de consenso entre as diversas correntes políticas contrárias a Zia Ul-Haq exige em primeiro lugar a suspensão da lei marcial e a formação de um governo provisório, que convocaria eleições num prazo de 90 dias. O governo provisório poderia ser chefiado pelo presidente da Corte Suprema do Paquistão.



Mohamed
Zia Ul-Haq

SURINAME: GOLPE OU REVOLUÇÃO?

Até o último mês de fevereiro Suriname havia mantido um governo civil-militar encabeçado pelo presidente Henk Chin Sen e cuja personalidade mais expressiva era o comandante do exército, coronel Desiré Daysi Bouterse, um dos principais protagonistas do golpe de Estado que em fevereiro de 1980 depôs o primeiro-ministro Henck Arrom, no governo desde 1973.

Mas a meados de 1981 já era evidente que as contradições crescentes entre Bouterse e Chin Sen não iam permitir a consolidação daquele esquema híbrido. Enquanto o comandante Bouterse (sob influência da Frente Nacional, integrada por sindicatos, partidos políticos progressistas, organizações estudantis, intelectuais e militares) era proclive a

uma transformação socialista, a uma política externa não-alinhada e a um reforçamento das relações com países progressistas do Caribe como Cuba e Granada, Chin Sen e outros elementos civis do governo eram bastante mais cautelosos.

Em fevereiro de 1982, um ano depois do golpe, o coronel Bouterse depôs o presidente e poucos dias mais tarde assumiu o poder uma junta militar encabeçada por ele. O detonador da substituição do presidente foi uma tentativa de reorganização do gabinete que Chin Sen havia planejado para aqueles dias, com homens que segundo declarações posteriores do próprio Bouterse, "constituíam uma ameaça à nação". Todos os ministros civis foram também obrigados a renunciar.

Pelo tipo de pronunciamento que Bouterse realizava desde fins do ano passado, de teor antiimperialista e em defesa de uma opção socialista para o Suriname, considera-se que o golpe que depôs o presidente Chin Sen possa constituir o primeiro passo visando uma trajetória no rumo das posições do atual homem forte do país.



Os militares tomam o poder: para acelerar a construção socialista?

TELEX

● Reunião

O vice-presidente do Sudão, general Omar Al Rayib, se reuniu com os embaixadores da Arábia Saudita, Estados Unidos, Japão e França, países que proporcionam substancial assistência econômica e militar ao governo de Jaafar Numeiry. O país atravessa uma situação econômica crítica em meio a uma profunda crise política. No mês de janeiro várias publicações estrangeiras foram proibidas no Sudão "porque ameaçaram a segurança do país". Na realidade se tenta evitar o impacto das notícias que estão sendo publicadas no exterior, dando conta da grave situação do país. Enquanto isso, cresce o escândalo em torno do presidente, que teria ajudado seu irmão, Mustafá Numeiry, a criar uma empresa com filiais em todo o país, representando várias empresas estrangeiras e contando com ativos que ascendem a vários milhões de libras sudanesas.

● Orçamento militar

O governo norte-americano anunciou que solicitará ao Congresso aproximadamente 225 milhões de dólares para as forças armadas no próximo ano, cerca de 15% a mais do que no ano fiscal em curso. O secretário da Defesa, Caspar Weinberger, participou de uma reunião secreta da Comissão de Defesa do Senado, onde teve que argumentar a favor do incremento dos gastos militares em uma conjuntura de redução dos recursos para a educação e benefícios sociais.

● Transformação

O capitão Jerry Rawlings concedeu uma longa entrevista a um jornal nigeriano na qual afirma que se propõe a implantar um programa a longo e médio prazo para transformar Gana de uma sociedade de consumo em uma sociedade de produção. "Milhares de estudantes estão ajudando na colheita do cacau e estamos orgulhosos de sua participação na salvação da economia nacional", afirmou. O regime encabeçado por Rawlings está decidido a acabar com a corrupção e está incentivando a criação de comitês de defesa populares com o propósito de proteger os cidadãos da exploração e de conservar os recursos naturais do país. O governo decidiu também nacionalizar a distribuição de produtos de primeira necessidade, esperando assim reduzir o mercado negro.

● Greves

Durante 1981 a economia da Guiana se viu sacudida por importantes interrupções de trabalho. Só na indústria açucareira houve 585 greves, mais do dobro do que em 1980. Na indústria da bauxita — nacionalizada em 1981 e principal fonte de divisas do país — se registraram 18 greves que representaram uma perda de 7.003 jornadas/homem no ano. Perante esta situação, o governo decidiu apelar para a consciência nacional sobre "a necessidade de aumentar a produtividade". O presidente Forbes Burnham e o vice-presidente Hamilton Green participaram com essa finalidade de uma conferência com trabalhadores, para lançar uma ação de alcance nacional.

● Exílio

Uma terça parte dos paraguaios vivem no exílio, segundo declarou Arturo Acosta Mena, do Partido Revolucionário Febrerista, em visita a vários países europeus. A população do Paraguai é de aproximadamente 2,9 milhões de pessoas. Do total de emigrados, uns 200 mil podem ser considerados exilados políticos.

Segundo o dirigente, cerca de 1.500 famílias possuem as melhores terras cultiváveis do país, enquanto que mais de 300 mil camponeses têm que trabalhar como assalariados ou emigrar para as cidades. Quarenta por cento da população paraguaia não sabe ler nem escrever e 30% da mão-de-obra está desempregada.

● Desinformação

"A opinião pública dos Estados Unidos está manipulada e desinformada sobre o que ocorre na América Central", afirmou o procurador de Justiça norte-americano Ramsey Clarck, que apelou para seus compatriotas para impedir uma eventual intervenção militar do governo Ronald Reagan em El Salvador.

Clarck presidiu uma delegação de juristas e dirigentes de organizações de direitos humanos dos Estados Unidos e de algumas nações asiáticas e latino-americanas, que percorreu em fevereiro passado El Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua. "Noventa por cento das notícias que se publicam nos meios de comunicação norte-americanos provêm do Pentágono", afirmou. Em relação à situação na Nicarágua, Clarck disse: "É falso que nesse país se violem os direitos humanos".

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*E estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES